



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO BÁSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO DA ESCOLA
BÁSICA

IZA ANDRIELLE BATISTA DUARTE MADEIRA

**PROCESSO EDUCATIVO DA COMPANHIA DE APRENDIZES
MARINHEIROS DO PARÁ: Crianças “de cor” a bordo de um “viveiro”
(1870-1877)**

BELÉM-PA
2024

IZA ANDRIELLE BATISTA DUARTE MADEIRA

**PROCESSO EDUCATIVO DA COMPANHIA DE APRENDIZES
MARINHEIROS DO PARÁ: Crianças “de cor” a bordo de um “viveiro”
(1870-1877)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica, do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica, da Universidade Federal do Pará (PPEB/NEB/NEB), como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Básica.

Linha de Pesquisa: História da Educação Básica.

Orientador: Prof. Dr. Alberto Damasceno.

BELÉM-PA
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- M181p Madeira, Iza Andrielle Batista Duarte.
PROCESSO EDUCATIVO DA COMPANHIA DE
APRENDIZES MARINHEIROS DO PARÁ : Crianças “de cor” a
bordo de um “viveiro” (1870-1877) / Iza Andrielle Batista Duarte
Madeira. — 2024.
102 f. : il. color.
- Orientador(a): Prof. Dr. Raimundo Alberto de Figueiredo
Damasceno
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo
de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica, Programa de
Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica, Belém,
2024.
1. Instrução Pública. 2. Ensino Militar. 3. Educação
Básica. 4. Companhia de Aprendizes Marinheiros do Pará. 5.
Infância na Amazônia. I. Título.

CDD 370

IZA ANDRIELLE BATISTA DUARTE MADEIRA

**PROCESSO EDUCATIVO DA COMPANHIA DE
APRENDIZES MARINHEIROS DO PARÁ: Crianças “de cor” a
bordo de um “viveiro” (1870-1877)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica - PPEB, do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica - NEB, da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Básica.

Data de Aprovação: 28/06/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alberto Damasceno - Orientador
PPEB/UFPA
Presidente da Banca Examinadora

Profa. Dra. Maria José do Rosário de Avis
PPEB/UFPA
Membro Interno

Prof. Dr. César Augusto Castro
PPGE/UFMA
Membro Externo

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

Ao meu orientador *Prof. Dr. Alberto Damasceno*, pelo incentivo e orientações desde a raiz do projeto de pesquisa até o desenvolvimento deste estudo, pelas palavras de compreensão aos *insights* sobre a pesquisa, pela dedicação e rigor na leitura do meu texto, além da singeleza e carisma nas horas em que mais precisei. Muito, muito obrigada por acreditar em mim.

À banca de avaliadores, *Profa. Dra. Maria José Aviz do Rosário* (UFPA) e *Prof. Dr. César Augusto Castro* (UFMA), que prontamente aceitaram o convite para avaliar meu texto e pelos pertinentes apontamentos que engradeceram ainda mais a presente pesquisa.

À *Profa. Dra. Karla Nazareth Corrêa de Almeida*, pelas riquíssimas recomendações bibliográficas que ampliaram as possibilidades de abordagens sobre a historicidade da educação paraense.

Agradeço ao Grupo de Pesquisa em Memória e História da Educação (LAPEM) pelas construções coletivas de parcerias, pelas sugestões e críticas que sempre contribuíram com a minha pesquisa e que ao longo do caminho suavizaram momentos de aflição durante a produção deste texto acadêmico.

À coordenação, à secretaria e aos professores do Programa de Pós-graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB) que me mostraram novos horizontes, sugerindo leituras, olhares e questões, além de cuidarem dos inúmeros detalhes administrativos, acadêmicos em meu processo formativo.

Aos dedicados funcionários do Arquivo Público do Estado do Pará, do Arquivo Nacional e do Arquivo da Marinha em especial ao Centro de Microfilmagem da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documental da Marinha (DPHDM), que foram mais que colaboradores nessa caça as fontes históricas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos, fundamental para a promoção da equidade no processo de desenvolvimento de pesquisas em nosso país. De modo que proporcionou o acesso aos arquivos no Rio de Janeiro.

Também externo minha gratidão:

Aos meus pais, *Ana Judith e Izaque*, pelo dom da vida, principalmente, a minha mãe que me ensinou muito, principalmente sendo símbolo de garra e força, um exemplo de coragem quase inabalável. Inclusive por sonhar e acreditar na possibilidade da educação transformar pessoas e realidades.

À avó *Nadir* (*in memorian* - 2024) pelas orações e preocupações comigo e com minha família. À avó *Caetana* (*in memorian* - 2022), que me instigou por meio de algumas histórias sobre a nossa família. E aos meus avôs, *Idalino* (*in memorian* - 2009) e *Raimundo* (*in memorian* - 2012). Ambos partiram deste plano terreno, mas deixaram ensinamentos, lembranças de amor e afeto gravados e eternizados em meu viver. Saudade!

Ao meu companheiro, *Emanuel*, que me apoio com as pausas necessárias, principalmente com os cafés da tarde. E ao meu amor – *Paulo Augusto* – do qual privei-lhe de um tempo enquanto estava no estudo e escrita da pesquisa, mas chego até este momento com empenho e dedicação para exemplificar que a educação transforma pessoas, vidas e o futuro.

Às minhas irmãs: *Rosinete, Ana Cláudia, Lucy, Ediene, Aline e Ida Gleidione*, aos amigos, amigas e familiares que torcem sempre por mim. Minha gratidão a todos vocês!

Contudo, a minha fé não me permite deixar de agradecer a Deus, pela vida e por me permitir passar momentos memoráveis ao lado de pessoas extraordinárias, amáveis e companheiras. Posso dizer: “até aqui o Senhor me ajudou”.

“as Companhias de Aprendizes-Marinheiros foram responsáveis pela entrada e formação de um grande número de homens, ainda na infância e adolescência, contribuindo para que fosse superado o número de homens provenientes do recrutamento”.

(Santos, 2022, p. 58).

“As marcas de procedência e de cor reiteravam hierarquias sociais referidas ao estigma da escravidão, racializando de forma profunda a sociedade brasileira”.

(Castro, 2013, p. 368).

“Não é simplesmente descobrir o passado, mas explicá-lo, e, ao fazer isso, fornecer um elo com o presente”.

(Hobsbawm, 2013, p. 298).

RESUMO

Esta dissertação busca analisar o processo educativo desenvolvido na Companhia de Aprendizes Marinheiros do Pará (CAMPa) para as crianças “de cor”, durante o período de 1870 a 1877, reconhecendo-os como sujeitos históricos no interior da Instituição Educativa e participantes do processo formativo, além de compreender os diferentes aspectos da Formação escolar, profissional e militar dos aprendizes. Para tanto, realizamos uma pesquisa histórico-documental por meio de fontes históricas levantadas no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), no Arquivo da Marinha (AM), que constitui a Diretoria do Patrimônio Histórico e Documental da Marinha (DPHDM), no Arquivo Nacional; e na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital, as quais foram analisadas e tratadas pelo método Indiciário proposto por Ginzburg em 1989. Abordamos os primórdios da Marinha, com a implantação das companhias de aprendizes marinheiros, inclusive a criação da CAMPa que, enquanto Instituição Educativa era concebida como um “viveiro” para a Marinha, com o propósito de geração e fortalecimento da tribulação e, uma “escola primária especial” por ter ofertado o ensino de primeiras letras, formação profissional e militar. O estudo revelou um perfil coletivo da infância na Amazônia – crianças “de cor” – sujeitos alvo da ação educativa, indicando a diversidade multirracial caracterizada por crianças caboclas, pretas, pardas e mestiças no interior de uma Instituição que funcionou como corretora de sujeitos considerados “indisciplinados” e subversivos. Em seu processo educativo, as diretrizes de controle social, vigilância da ordem e fiscalização foram estabelecidas como elementos fundamentais da formação educativa da CAMPa, que abrangeu as dimensões escolar (ensino de primeiras letras), profissional (prática naval) e militar (técnicas e táticas de combate, consciência de hierarquia e disciplina). Concluímos que a CAMPa enquanto Instituição Educativa formou e conduziu muitas crianças e jovens ao oficialato de marinheiro, a outros foram oportunizados o letramento e, outros que decidiram seguir um caminho diferente. Sobre a dimensão escolar era precária e suprimida, o que evidenciava rupturas no processo devido à redução do tempo de aulas de primeiras letras e/ou da vacância de professores.

Palavras-chave: Instrução Pública. Ensino Militar. Educação Básica. Companhia de Aprendizes Marinheiros do Pará. Infância na Amazônia.

ABSTRACT

This master's thesis seeks to analyze education processes developed at the Pará State School of Seamanship (CAMPA) to "colored" children from 1870 to 1877, acknowledging them as historical subjects within an educational institution, and as participants in training processes, as well as to understand different aspects of the apprentices' school, military, and professional learning. So, we carried out a historical and document-based research through historical sources found at the Pará State Public Archive, the Navy Archive, which is part of the Navy Historical and Document Heritage Management, the National Archive, and on the Brazilian Digital Library. Those sources were analyzed using a method the Indiciary Paradigm, by Ginzburg. We deal with the Navy antecedents, as the opening of school of seamanship, including CAMPA, understanding them as both a "laboratory" for the Navy, aiming at the generating and strengthening its crew, and as a "special kind of primary school", as it offered first letters teaching, professional and military training. The study revealed a collective profile of the childhood in the Amazon - "colored" children – that were target to that education action, pointing out to a multiracial diversity among mestizo, black and caboclo children within that organization, that was oriented to correcting those individuals deemed "undisciplined" and subversive. In is education process, CAMPA's guideline for social control, order guarantee, and inspection were fundamental elements in the education journey at that institution, which encompassed dimensions related to school (first letters teaching), professional (navy experience), and military practice (combat techniques and tactics, awareness of hierarchy and discipline). We conclude that CAMPA as an Educational Institution trained and led many children and young people to become a sailor, others were given the opportunity to become literate and others decided to follow a different path. About school dimension was poorly conceived and even suppressed, which renders visible ruptures in that process, due to first letters time being reduced and/or to a lack of teachers.

Keywords: Public Instruction. Military Education. Basic Education. Pará State School of Seamanship. Childhood in the Amazon.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 - Pintura Estrada do Arsenal de Marinha do Pará, de Joseph Léon Righini	41
Figura 2 - Fotografia do antigo Arsenal de marinha do Pará	42
Figura 3 - Fachada atual do 4º Distrito Naval	42
Figura 4 - Nota do Jornal do Pará.....	73
Mapa 1 - disposição das companhias pelas províncias (1840-1875).....	35
Mapa 2 - Mapa de 1872 com o percurso PA-RJ dos aprendizes	55
Mapa 3 - Sinalização das origens geográficas dos meninos da CAMPA.....	69
Gráfico 1 - Registro da filiação	68

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Organização dos cargos da CAMPA	38
Quadro 2 - Datas dos embarques para o Rio de Janeiro	56
Quadro 3 - Lista nominal de meninos “de cor” (1870-1877)	60
Quadro 4 - Relação das origens geográficas dos meninos oriundos do Pará	70
Quadro 5 - Rotina semanal dos aprendizes marinheiros da CAMPA	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Movimento da CAMPA (1855 – 1875).....	46
Tabela 2 - Cores dos aprendizes marinheiros da CAMPA (1870-1877).....	63
Tabela 3 - Faixa etária de crianças “de cor” da CAMPA.....	66

LISTA DE SIGLAS

AM	Arquivo da Marinha
AN	Arquivo Nacional
APEP	Arquivo Público do Estado do Pará
CAMPA	Companhia de Aprendizes Marinheiros do Pará
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CMA	Centro de Memória da Amazônia
COM4DN	Comando do 4º Distrito Naval
CRL	<i>Center for Research Libraries</i>
DPHDM	Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
PA	Pará
PIVIC	Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica
RJ	Rio de Janeiro
TC	Trabalho de Conclusão
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Navegando pelas rotas da pesquisa.....	17
2	A MARINHA DO BRASIL E A COMPANHIA DE APRENDIZES MARINHEIROS DO PARÁ	31
2.1	O alvorecer da Marinha.....	31
2.2	As companhias de aprendizes marinheiros.....	33
2.3	Companhia de Aprendizes Marinheiros do Pará - CAMPA.....	38
2.3.1	A instalação da CAMPA	38
2.3.2	Viveiro de aprendizes marinheiros – Navio escola	43
2.3.3	O ingresso dos Aprendizes Marinheiros na CAMPA.....	45
2.3.4	Do norte ao sul: A transitoriedade dos aprendizes marinheiros	54
3	AS CRIANÇAS “DE COR”: APRENDIZES MARINHEIROS A BORDO	58
3.1	Identificação de um perfil coletivo da infância na Amazônia: As crianças recrutadas na CAMPA.....	58
3.2	Trajetórias históricas de aprendizes “de cor” da CAMPA	71
3.2.1	Relatos: Origem, formação e resistência	71
4	O PROCESSO EDUCATIVO DA CAMPA: ESCOLAR, PROFISSIONAL E MILITAR	77
4.1	Rotina e formação geral: Educação nas dimensões escolar, profissional e militar.....	77
4.1.1	CAMP A: Uma “escola especial”	81
4.1.1.1	Instrução escolar a cargo do Mestre de escola / Professor / Capelão	87
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
6	REFERÊNCIAS	95

1 INTRODUÇÃO

Eu, como mulher negra, escrevo com palavras que descrevem minha realidade, [...]. Escrevo da periferia, não do centro. Este é também o lugar de onde eu estou teorizando, pois coloco meu discurso dentro da minha realidade. O discurso das/os intelectuais negras/os surge, então frequentemente como um discurso lírico e teórico que transgride a linguagem academicismo clássico. Um discurso que é tão político quanto pessoal e poético (Kilomba, 2019, p. 58-59).

Início¹ a escrita desta introdução a partir da perspectiva evidenciada no trecho acima, da autora Grada Kilomba², referente ao colonialismo na academia e à descolonização do conhecimento por meio da autoridade racial, que manifesta uma epistemologia do discurso teórico entrelaçada com a subjetividade. Tomo emprestadas as palavras desta escritora no que considero fundamental situar como uma síntese da minha trajetória educacional, em concomitância com a minha identidade enquanto mulher negra³, afro amazônida e periférica em formação na academia.

O acesso ao ensino superior, o encontro com a história da educação em geral e com a história da educação do negro no Pará constitui-se num processo de formação e construção da minha própria identidade. O ato de escrever sobre as próprias memórias e vivências é explorar uma seleção de eventos ocorridos e guardados no inconsciente, que me fizeram reviver sensações e refletir sobre o processo revisitado.

Sobre as memórias, em certo diálogo com minha avó materna, Caetana Batista, a respeito das histórias de nossa família e suas proximidades com a escola, percebi que as lembranças referentes à educação dela ou dos familiares eram poucas ou quase nenhuma, o que corresponde às dificuldades de acesso e permanência no espaço escolar. Aos 14 anos de idade, minha avó Caetana interrompeu os estudos para trabalhar na agricultura familiar, após a perda de sua genitora (minha bisavó) no município do Moju, em meados de 1950. Por consequência, ela aprendeu os princípios básicos de leitura, escrita e noções matemáticas; casou cedo, veio para Belém com a família – composta por 12 (doze) filhos, sendo 06 filhas e 06 filhos.

Na geração de minha mãe e meu pai, o processo educacional também foi descontínuo, pois ambos não concluíram o ensino fundamental. Apesar deste histórico familiar de poucas oportunidades de escolarização, não faltaram a mim incentivos para a dedicação aos estudos, processo que ao ir se constituindo vitorioso foi permitindo quebrar o ciclo familiar de “violência” da exclusão dos meus ascendentes à escola.

¹ Por conta do teor autobiográfico, esta seção contém trechos escritos em primeira pessoa do singular.

² Escritora, psicóloga, teórica e artista interdisciplinar portuguesa, cujo trabalho foca em memória, raça, gênero e pós-colonialismo.

³ Negra, pois me enxergo como sou para além do traço físico. Essa é a minha identidade, da qual tenho orgulho.

Na minha infância, recordo-me de algumas professoras/es de minha vivência escolar, mas uma professora em especial marcou os meus primeiros anos na escola, a professora Cleide, que lecionava da 2ª a 5ª série, Eis que era uma mulher negra que exercia o magistério com responsabilidade, empatia e respeito ao próximo; como sua aluna, durante 4 anos, foquei em ser uma estudante aplicada, pois queria me assemelhar à ela.

O processo de transição do ensino fundamental para o médio, em minhas recordações, foi desafiador por causa da troca de escolas que era necessário para o desenvolvimento da aprendizagem, mesmo com a possibilidade de permanecer na mesma Instituição Educativa em que cursei o ensino fundamental⁴, mas com coragem e determinação optei por mudar de escola, para uma mais distante de minha residência⁵, em outro bairro⁶. A transferência se deu por conta de meus planos em prestar o vestibular por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para ingressar em uma Instituição de Ensino Superior (IES), etapa necessária para a continuação dos meus estudos.

Tempos depois, quando terminei o ensino médio em 2016, fui aprovada no Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA) por meio das cotas⁷, como estudante egressa da educação básica em escolas públicas. Fui à primeira de minha família⁸ a ter acesso à educação superior, essa conquista não vem da perspectiva meritocrática, contudo a encaro na perspectiva de uma reparação histórica, por meio da luta ao direito à educação, tantas outras vezes negadas ao povo negro, mais próximo ou mais distante de mim.

A graduação foi um processo desafiador para mim, como também de muitas aprendizagens e relacionamentos vividos que impactaram a projeção de novos sonhos e metas para a minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional. Ainda na graduação, a temática da educação relacionada à questão étnico-racial me inquietou e ao mesmo tempo me atraiu. No segundo ano de Curso, precisei analisar o currículo vigente em 2018, que foi implementado em 2010, e percebi que o mesmo apresentava o dilema da inclusão e diversidade na formação docente, principalmente, voltada para as questões étnico-raciais na educação. Foi neste contexto que comecei as leituras e estudos sobre a temática e direcionei minha formação

⁴ Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Mário Barbosa, localizada numa região periférica, no bairro Terra Firme, Belém/PA.

⁵ Escola Estadual de Ensino Médio Professor Orlando Bitar, que atualmente é o Centro de Referência de Educação Infantil Professor Orlando Bitar. A distância dessa escola para minha residência, na época que estudei, era de aproximadamente 9,9 km, via Av. Perimetral.

⁶ Bairro de Nazaré, bairro considerado de área nobre da cidade.

⁷ Mecanismo político para a promoção da equidade social.

⁸ Tenho a expectativa de não ser a única, pois, com o princípio de ser aquela que desbrava o território, até então “desconhecido”, para os demais adentrarem também.

como pedagoga a partir de leituras em torno das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que tratam da obrigatoriedade da temática de história e cultura afro-brasileira e indígena no ensino da educação básica, pois tais diretrizes também repercutem na formação de professores (Brasil, 2003; 2008).

Estas leis que alteraram a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1996, ao instituírem a História e Cultura Afro-brasileira na rede de ensino da educação básica. Em especial, o conteúdo referente aos aspectos da história e da cultura que “caracterizam a formação da população brasileira, [...], a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil” (Brasil, 2008).

Assim, neste trajeto formativo, foi de fundamental importância o processo de iniciação à pesquisa, que se efetivou com meu ingresso no Grupo de Estudos em Educação no Pará na Primeira República (GEPRE), sob a orientação da Profa. Dra. Karla Nazareth Corrêa de Almeida, e inserção no Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC)⁹, com o intuito de estudar e pesquisar sobre a História da Educação paraense. Embora inicialmente não tivesse definida a temática de pesquisa, o pensamento já estava voltado à educação para as relações raciais numa perspectiva de educação antirracista. Com efeito, no final da graduação, desenvolvi como Trabalho de Conclusão (TC) a pesquisa intitulada “Escolarização da população negra na Primeira República no Pará”, defendida em julho de 2019, tendo como orientadora a professora supracitada.

Desse modo, a experiência no GEPRE, o estudo desenvolvido no TCC e a vontade de continuar os estudos me incentivaram concorrer ao curso de mestrado. Paralelamente a esse processo, integrei-me ao Laboratório de Pesquisas em Memória e História da Educação (LAPEM), sob a orientação do Prof. Dr. Alberto Damasceno, no qual tive a possibilidade de desenvolver uma investigação com profícua articulação com a historiografia estudada no grupo, gerando produções acadêmicas como artigos, apresentações de trabalhos em eventos, vivências, estudo de textos, entre outras, que fortaleceram meu desejo de prosseguir na pesquisa histórica educacional na perspectiva étnico-racial.

O meu ingresso no Curso de Mestrado, no programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB/UFPA) se deu por meio das cotas de acesso - ações

⁹ Como voluntária no projeto intitulado “A Educação para a cidadania no projeto educacional da Primeira República no Pará e a obra de Hygino Amanajás”, vinculado ao PIVIC/UFPA, no período de 2018 e 2019.

afirmativas¹⁰, na turma 2022 que compõe os primeiros estudantes da Linha de História da Educação Básica¹¹, também foi um marco na minha constituição enquanto pesquisadora em estudos da região amazônica, do estado do Pará.

Enfim, tais memórias e percursos formativos constituíram-me enquanto sujeito da classe trabalhadora, como mulher negra e periférica, nesse decurso de inclusão nos processos de escolarização, representando uma ruptura com a exclusão que aconteceu no passado com os meus antepassados. Não só a minha conquista pessoal, mas as demais conquistas históricas do coletivo, do Movimento Negro em prol do acesso aos direitos e políticas sociais como as cotas, ações afirmativas, entre outros, me levando a escolher esse *locus* de pesquisa, principalmente na investigação dos processos educativos de crianças amazônicas, pobres e de cor – “não branca”.

É no contexto da minha história pessoal, que nos processos de estudo e investigação da História da Educação de negros, compreendo a importância desta na formação docente, a fim de somar no processo de constituição da educação antirracista no país, haja vista que, tem crescido o número de pesquisas associando relações raciais e história da educação, ou seja, trabalhos sobre a presença de populações negras em instituições escolares, sobre debates e iniciativas de escolarização desta parcela de brasileiros (Barros, 2022).

Assim, este trabalho também é uma ação de resistência contra a exclusão no passado e que persiste nos dias atuais. Espero que minha produção contribua para a ampliação do conhecimento no campo da História da Educação paraense e que, somando-se às produções nacionais, colabore para o debate de uma Educação Básica no Pará e no Brasil. Enfatizo ainda seu potencial para o fortalecimento das pesquisas na Amazônia a respeito da história da educação da população negra, como sendo uma das manifestações de resistência com o propósito de ampliação dos estudos e discussões à luz da perspectiva histórica e sociológica.

Além disso, a articulação da minha formação em prol do fortalecimento da Educação Básica paraense, em particular no campo da historiografia educacional, visa à qualificação para atuação na docência e na pesquisa no referido nível educacional, capaz de oportunizar uma prática de transformação social, pois lutar pela consolidação da democracia requer uma luta e prática por meio de uma educação pública de qualidade, gratuita, laica e antirracista.

¹⁰ “São políticas sociais voltadas para a reparação histórica de grupos socialmente destituídos de direitos em razão de suas características coletivas” (Pinheiro, 2023, p. 133).

¹¹ Esta Linha de Pesquisa a parti das diferentes abordagens históricas, sobre o nível de ensino hoje denominado de educação básica, em diversos tempos e espaços, dando visibilidade aos sujeitos tradicionalmente excluídos da história, como os (as) empobrecidos (as), as mulheres, os (as) negros (as) e as populações tradicionais.

Considerando o exposto até então é nesse contexto que apresentamos como temática a História das Instituições Educativas, pelo prisma dos processos educativos desenvolvidos pela Companhia de Aprendizes Marinheiros do Pará no período de 1870 a 1877, e, com o objetivo geral de analisar o processo educativo desenvolvido na CAMPA as crianças “de cor”, durante o período de 1870 a 1877, especialmente dando inteligibilidade, reconhecendo-os como sujeitos históricos no interior da instituição educativa e participantes do processo.

1.1 Navegando pelas rotas da pesquisa

A Companhia de Aprendizes Marinheiros do Pará, doravante mencionada como CAMPA, foi criada com a finalidade de formar meninos, órfãos e desvalidos¹², com idade entre 10 e 17 anos, para a constituição de futuros marinheiros para a Armada Imperial, além de ter disponibilizado o ensino de primeiras letras e formação profissional militar. A Companhia era um modelo distinto das demais instituições educativas, sendo diferente das “instituições filantrópicas, caracterizava-se por ser de assistência público-estatal” (Lima, 2013b, p. 16). De certa forma, isso proporcionou a escolarização da infância na Amazônia, em especial de crianças “de cor”, tendo-os como sujeitos-alvo de um tipo de ação educativa (Gondra; Schueler, 2008).

Com base nisso, esta dissertação insere-se no campo da História da Educação, tendo como objeto de estudo os processos educativos na CAMPA junto a crianças “de cor” que vivenciaram esse processo no final do século XIX; contexto de eventos significativos como o fim da Guerra do Paraguai e a sanção da Lei nº 2.040, de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre, que viria a estimular debates sobre a destinação e instrução de crianças e jovens excluídos e marginalizados em todo país.

Escolhi o recorte temporal, período de 1870 a 1877, que engloba o momento característico por sua relevância para os estudos acerca da história social da infância, no qual adianto um ano antes da Lei do Ventre Livre, na efervescência dos debates abolicionistas voga e, também até o ano que as fontes históricas nos delimitaram sobre os aspectos do processo educativo dos aprendizes marinheiros da CAMPA, além do que essa delimitação de espaço e tempo nos proporcionava registros mais volumosos a respeito da Instituição Educativa em *locus* e os apontamentos referentes aos aprendizes marinheiros no Pará. Por

¹² Termo designado para a infância amazônica, ditas como crianças ou aquele que não tem valimento, que é desprotegido, desamparado (Sousa, 2010).

consequente, esse recorte adotado passou a ser crucial para a pesquisa, principalmente quando as fontes “lançavam” a “cor da caneta” para a escrita e desenvolvimento do objeto de estudo.

Nossa investigação visa a responder o seguinte problema de pesquisa: como se dava o processo educativo dos meninos “de cor” na CAMPA no período de 1870 a 1877? Em termos de questões norteadoras capazes de nos auxiliarem na resposta à questão principal, questionamo-nos sobre: i) Quais as características da CAMPA enquanto instituição educacional?; ii) Qual era o perfil coletivo dos aprendizes “de cor” da CAMPA?; iii) Que elementos constituíam o processo educativo da CAMPA e o que eles revelam acerca da formação de futuros marinheiros?

Temos como hipótese que o processo de formação de crianças “de cor” na CAMPA reproduziu ideologicamente as relações escravistas já arraigadas na nascente sociedade brasileira, por meio de um processo educativo com as dimensões escolar e profissional militar. Logo, uma educação disciplinar coercitiva, utilizando práticas violentas, aplicadas aos aprendizes marinheiros, que resistiam com comportamentos de oposição e resistência à realidade vivenciada através das fugas.

Diante do exposto, temos por objetivo geral analisar o processo educativo desenvolvido na CAMPA aos meninos “de cor”, durante o período de 1870 a 1877. Com os objetivos específicos, buscamos: i) Identificar características da CAMPA enquanto instituição educativa na província do Pará; ii) Reconhecer o perfil coletivo da infância amazônica - crianças “de cor”, aprendizes aquartelados na CAMPA; iii) Compreender os elementos que constituíam o processo educativo da CAMPA em relação à prática de formação dos aprendizes marinheiros.

Para dar conta desses objetivos adotamos como abordagem a História Social, importante para a compreensão das questões concernentes à situação social dos meninos matriculados na instituição de formação naval, quanto para reflexão do processo formativo de sua inserção social por meio da educação profissional. Para ampliação da discussão da problemática concernente aos grupos sociais e os estudos relativos aos marginalizados, excluídos e trabalhadores, fundamentamos a análise por meio das contribuições de autores que desenvolvem estudos nesse, tais como Hebe Mattos de Castro (1997) e Eric Hobsbawm (2013).

O intercurso do movimento dos *Annales*¹³ surge como relevante marco, real ou simbólico, de constituição de uma nova história, numa perspectiva opositiva pela postura

¹³ Movimento historiográfico que surgiu na França, durante o século XX.

historiografia tradicional, que predominava entre os historiadores durante a primeira metade do século XX (Castro, 1997). Com efeito, a História Social enquanto abordagem histórica busca formular problemas históricos específicos sobre o comportamento e as relações entre os diversos grupos sociais, indubitavelmente a História Social contribuiu para o desenvolvimento de estudos sobre a história da escolarização de sujeitos negros. Esses referidos grupos sociais e os processos de suas relações com a ênfase ainda maior no estudo dos comportamentos e da dinâmica social (Castro, 1997).

Hobsbawm (2013) parte da perspectiva de um estudo da História vista de baixo, como abordagem histórico-social de pessoas comuns, tornando-se relevante como fator constante na concretização das principais decisões e acontecimentos. Assim como o antigo arado, com a luz e ângulo de visão específico é possível ver as sombras de montes e sulcos (Hobsbawm, 2013). Esse tipo de historiografia tem a proposta de escrever e ensinar a História a partir da experiência de sujeitos históricos que tiveram pouca atenção, ou nenhuma, na abordagem tradicional.

Para tal análise histórica, Hobsbawm apresenta três passos fundamentais que são: i) identificar “os ‘sintomas’ ou peças do quebra-cabeça que precisam ser encaixadas” (Hobsbawm, 2013, p. 296); isso implica em nossa adoção pelo Método Indiciário¹⁴, de Carlo Ginzburg¹⁵, nesta fase; ii) “construir um modelo que dê sentido a todas essas formas de comportamento, ou seja, descobrir um conjunto de suposições que tornariam a combinação desses diferentes tipos de comportamentos coerentes entre si” (Hobsbawm, 2013, p. 296); iii) e, por último envolve a descoberta de evidências para responder a hipótese proposta, ou não. No caso deste trabalho, o processo educativo na CAMPA e a historicização educacional da infância na Amazônia, cujas crianças “de cor” eram meninos, o alunado alvo da ação formativa.

Seguindo esse ponto de vista, ressaltamos que o debate sobre a História da Educação Social parte fundamentalmente da discussão conceitual do campo de pesquisa desenvolvido por Julio Ruiz Berrio¹⁶ (1999) e, no Brasil, a referência tem sido a historiadora Cynthia Greive Veiga (2012). Conforme a sociedade desenvolvia-se, houve também o aumento de marginalizados nas áreas e populações urbanas, entre eles as crianças; à medida que as estruturas sociais se fizeram mais completas, aumentou a necessidade de uma educação social (Berrio, 1999).

¹⁴ Modelo epistemológico para interpretação, análises de narrativas.

¹⁵ Historiador italiano (1939 - ...) que pressupõe a função de historiador como de um detetive.

¹⁶ Historiador espanhol (1936 - 2013).

Por isso, estudar os discursos, as instituições e os processos educativos de recuperação social de crianças ou jovens excluídos é uma oportunidade de analisar diversas questões relevantes para o entendimento da História da Educação Social. Além disso, é pertinente a educação da criança desvalida no âmbito do processo civilizador e das dinâmicas de autocoerção em detrimento da coerção externa, e, principalmente, dos apelos para a aprendizagem de ofícios, de modo que as crianças fossem úteis a si e a sociedade (Veiga, 2012).

No Pará, o debate educacional a cerca da categoria “crianças desvalidas” engloba as “crianças indígenas, negras, mestiças, caboclas, pobres e abandonadas e órfãs” (Sousa, 2010, p. 19). Em meados oitocentos, Belém estava em desenvolvimento urbanístico, o que gerou um acentuado volume da população pobre as margens das mazelas políticas e sociais. A partir desde contexto as instituições educativas para meninos e meninas desvalidos surgiram e inserção dessas crianças ao processo de escolarização ganha notoriedade nos debates políticos e filantrópicos da época (Sousa, 2010). Assim como Rizzini (2004) que investigou sobre a educação dos ingênuos e crianças pobres na província do Pará e Amazonas, com indícios da presença nestes menores nas instituições educacionais, como a Casa de Educandos Artífices e nos Arsenais da Marinha e de Guerra, com acesso ao ensino de ofícios, nas principais instituições imperiais.

O conceito considerado “de cor”, cunhado por Hebe Mattos de Castro (2013), não apenas como representação, mas como signo de *status* social. A discriminação da cor da população brasileira era uma problemática no que se referia ao reconhecimento social em relação à liberdade. Tal conceito – “de cor” – é trabalhado como estruturas jurídicas e sociais, mas também potencialmente formadoras de identificação social (Castro, 2013), embora atualmente reflita o estigma da escravidão na sociedade brasileira.

Assim como, Assunção de Barros (2009) reitera que a percepção da cor da pele, percebida em diferentes sociedades modernas como uma dimensão que se destaca para compor a singularização do ser humano, é, sobretudo uma percepção socialmente construída (Barros, 2009). Essa construção social da cor, historicamente se constituiu no Brasil por intermédio do sistema escravista-colonial, na qual as diferenças forjaram a diferença maior está relacionada à cor socialmente aceita (Barros, 2009). Logo, o termo “crianças de cor” que utilizo neste estudo possui a finalidade de abrangência das particularidades amazônica entre negros, indígenas, cabocla e mestiça na condição de aprendizes marinheiros, inseridos no processo educativo da CAMPA.

Partindo da concepção de sujeitos históricos para o público desta formação interposta de um determinado espaço de escolarização, teceremos essa escrita pela História das Instituições Educativas ancorados na abordagem de Justino Magalhães (1996; 2004; 2005) e Décio Gatti Júnior (2007). Como a abordagem dos processos de formação e de evolução das Instituições Educativas é um campo conhecimento historiográfico em constante renovação no campo da História da Educação, sobretudo porque permite a construção de um processo histórico que confira uma identidade às instituições educativas (Magalhães, 1996).

No que se refere ao funcionamento, estrutura, organização e processo educativo da CAMPA, onde há aproximação ao objeto de pesquisa, pois foi neste espaço formativo que as crianças “de cor” foram aglutinados como mão de obra para a Marinha. Assim, sei que há uma história a ser contada, com base nisto chego ao processo educativo com as permeações das experiências sociais dos aprendizes marinheiros.

A História das Instituições Educativas manifesta o discurso envolto do projeto institucional e sua correlação com os seus idealizadores, administradores e o contexto social (Werle, 2004). Logo, a História das instituições escolares, além de histórias de projetos civilizadores, também “são histórias das relações entre pessoas nas instituições as marcas/lembranças que deixaram” (Werle, 2004, p. 32) ao longo da escolarização, em um dado espaço e tempo. Logo, a História das Instituições Educativas é demonstrada pelo cotidiano do espaço escolar, ou seja, o processo educativo dentro da formação geral, cujas práticas atravessam as perspectivas em relação aos alunos, sobretudo dos meninos “de cor”, em relação aos professores da CAMPA.

Sanfelice (2008), também ratifica o fato de que a instituição escolar é responsável por uma parte das práticas educativas que a sociedade desenvolve. O que justifica a importância do estudo da História das Instituições Educativas para a compreensão da educação em uma determinada sociedade histórica. Para Justino Magalhães (2004), a construção da identidade histórica das Instituições Educativas é um desafio complexo integrando e relacionando uma variável de categorias e variáveis, utilizando técnicas interdisciplinares de abordagem sociológica, pedagógica, econômica, organizacional, curricular e antropológica (Magalhães, 2004). Logo, isto requer que a escrita desta história educacional venha articulada com “variáveis externas com as variáveis internas à instituição, umas e outras mediatizadas por fatores socioculturais e biográficos, relativas aos públicos, incluindo a definição de público-alvo” (Magalhães, 2004, p. 142).

São muitas facetas para o desenvolvimento da história das instituições educativas, seja na descrição, compreensão e análise que evidenciem “espaços e a estrutura arquitetônica;

áreas organizacionais; estrutura física, administrativa e sociocultural; identidade cultural e educacional” (Magalhães, 2004, p. 142). Para Magalhães a relação educativa é uma dialética entre materialidade, representação e apropriação da instituição. Logo, ele explicita que a

materialidade inclui condições materiais, espaços, tempos, meios didáticos e pedagógicos, programas, estruturas (organizacional, de poder e de comunicação) - instâncias basicamente objetivas e de funcionamento. A representação engloba os aspectos relativos às memórias, à bibliografia, aos arquivos, e à modelização orgânica e projetual da ação, ao grau de mobilidade e de aplicação - pedagogias, currículo, estatutos, agentes. A apropriação refere-se às aprendizagens, ao modelo pedagógico, ao ideário, à identidade dos sujeitos e da instituição, aos destinos de vida (Magalhães, 2004, p. 139).

Magalhães salienta que a relação educativa da instituição em *locus* com os sujeitos, público-alvo, materializa o processo educativo na formação dos aprendizes marinheiros na idealização da concepção proposto pela CAMPA em uma realidade possível ou representada. Ademais, o processo educativo, também, é concebido pela identificação dos sujeitos, seja pela memória ou representação no interior da Companhia, tida como apropriação, que nada mais é o resultado da ação dos atores envolvidos na formação (Magalhães, 2004).

A identidade dos sujeitos é um componente da totalidade da História da Instituição Educativa, não factual, mas indissociável das demais. Nesta perspectiva que, a análise da História das Instituições Educacionais tem como objetivo revelar os diversos atores envolvidos no processo educativo, investigando o que ocorreu dentro das escolas, de modo a obter um conhecimento mais aprofundado destes espaços sociais (Gatti Júnior, 2007). Os sujeitos inseridos neste espaço perpassam as diversas formas de constituição de um ideal socialmente construído de sujeito após os processos de ensino e formação, seja esse o alunado ou o corpo docente da instituição.

Logo, a pesquisa deve elucidar preocupações com os procedimentos de criação e desenvolvimento das instituições de ensino, a arquitetura e as mudanças ocorridas no prédio escolar, a manutenção e a mudança no perfil dos professores, os processos de conservação e mudança do perfil dos docentes; os processos de conservação e mudança do perfil dos alunos, os destinos profissionais e pessoais dos alunos, bem como as formas de configuração e transformação do conhecimento transmitido por essas instituições educativas (Gatti Júnior, 2007). Esse exposto vai ao encontro com a nossa perspectiva de investigação da CAMPA, da História da Instituição Educativa à História Social,

Para discussão referente à formação de marinheiro, tomamos o estudo de Norbert Elias (2006) sobre a gênese da profissão naval e, principalmente, sobre a condição de aprendiz. Elias destaca a peculiaridade na formação dos marinheiros tendo em vista o local de atuação

dos mesmos, ou seja, tal aprendizagem necessariamente deveria ser realizada no mar. Para o autor, quanto mais cedo uma criança ou jovem fosse inserido na vida marítima, mais rápido dominaria a técnica que a profissão de marinheiro exige (Elias, 2006).

Em relação à discussão conceitual sobre vestígio, como sinônimo de indício, sinal, sintoma, vemos que foi delineada por Carlo Ginzburg (1989); são os vestígios que permitem decifrar uma realidade outrora opaca, nebulosa, obscurecida. A expressão “vestígios” na historiografia aproxima a ideia de investigação, uma busca que focaliza em muitas fontes, atentando para como estas efetuam um papel de enquanto “produtos ou resíduos de sociedades e processos” findos (Barros, 2019).

Logo, há uma diversidade de fontes históricas referentes à presença de sujeitos excluídos ou silenciados na documentação histórica – presença residual –, pois “tudo aquilo que, produzido pelo homem ou trazendo vestígios de sua interferência, pode nos proporcionar um acesso à compreensão do passado humano” (Barros, 2012, p. 130). Neste caso, dizem respeito ao processo formativo de aprendizes marinheiros da CAMPA, principalmente aqueles denominados na documentação pela cor, neste estudo o aspecto que designa o “não branco” – pretos, carafuz, fulos, morenos, pardos e caboclos.

Para o empreendimento, o qual nos possibilitou traçar o perfil coletivo dos meninos “de cor” inseridas na CAMPA, utilizamos as bases pesquisa biográfica que é entendida como a “investigação das características comuns de um grupo de atores da história por meio de um estudo coletivo de suas vidas” (Stone, 2011, p. 115). Essa investigação de uma série de questões em comum a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de moradia, educação, ocupação, religião, etc. (Stone, 2011).

Com base nas questões de investigações na construção da biografia coletiva do grupo de aprendizes marinheiros do Pará, elencamos o quesito cor da pele das crianças recrutadas, faixa etária, filiação e família, origem geográfica e suas vicissitudes da vida na instituição. Stone afirma que os “vários tipos de informações sobre os indivíduos no universo são então justapostos, combinados e examinados em busca de variáveis significativas” (Stone, 2011).

Continuando, na pesquisa bibliográfica sobre os estudos relativos às companhias de aprendizes marinheiros, iniciamos a pesquisa exploratória no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará (SIBI/UFPA) e no Sistema de Bibliotecas da Universidade do Estado do Pará. Em ambas não identificamos nenhum trabalho acerca dos processos formativos de sujeitos amazônidas “de cor”, como os aprendizes marinheiros na província do Pará nas últimas décadas do século XIX.

No entanto, localizados sete trabalhos, três (03) dissertações e quatro (04) teses, no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), os quais podem ser mencionados em relação: à educação e à História da Instituição (Santos, 2016, 2022; Silva, 2020); à criação da primeira Companhia no Rio de Janeiro e ao recrutamento, abordando as práticas educativas e a formação dos aprendizes marinheiros no interior das companhias/escolas de aprendizes marinheiros do Piauí e Sergipe (2013b; Silva, 2017); à militarização infantil como meio de controle social (Freire, 2014); e à perspectiva de pluralidade de trajetórias dos recrutas adultos (Jeha, 2011). Para os referidos trabalhos localizados no levantamento, utilizamos como recorte temporal os anos de 2011 a 2022, por compreender um espaço temporal recente, uma vez que a historiografia naval é abundante, com uma gama de objetos distintos do proposto neste estudo.

O estudo de Wagner Luiz Bueno dos Santos (Santos, 2016) analisou a criação da primeira Companhia de Aprendizes Marinheiros no processo de construção do Estado Nacional brasileiro, a partir do recrutamento, instrução, educação e formação de praças para a Marinha Imperial; nesse contexto, a Companhia de Aprendizes-Marinheiros era um espaço de promoção da educação como mecanismo de difusão da civilização. Em sua tese, Santos (2022) desenvolveu pesquisa a respeito do recrutamento de meninos para Marinha brasileira na perspectiva de um mecanismo normatizado e institucionalizado pelo Estado, para arregimentar aprendizes para o ofício de marinheiros nas Companhias de Aprendizes-Marinheiros. Em seu debate se deu em torno da prática de recrutamento de menores a partir da articulação da noção de subalternidade e de agenciamento.

Outro texto relevante sobre a história da instituição é de Valdiron Silva (2020), que contemplou em seu estudo a história da Companhia de Aprendizes Marinheiros do Pará, “a partir da sua implantação como um mecanismo de controle social e organização da mão de obra para Marinha militar nacional no século XIX” (SILVA, 2020, p. 12), com foco de análise sobre a história da CAMPA, nosso diferencial está nas fontes históricas e na abordagem adotada.

Já Solyane Silveira Lima (2013b) analisa em sua tese a Companhia de Aprendizes Marinheiros de Sergipe em relação à Escola de Alunos Marinheiros de Lisboa, enquanto Rozenilda Maria de Castro Silva (2017) analisa a do Piauí. Ambas dão ênfase à discussão pedagógica da proposta de educação e à prática educativa na ação do corpo formador de marinheiro, destacando a regulação do autocontrole dos menores mediante a cultura escolar da instituição militar para uma formação moral de crianças e jovens, para a recuperação e inclusão social pelo trabalho. Lima (2013a) considerou a educação na formação de crianças e

jovens desamparados na Companhia de Aprendizes Marinheiros de Sergipe como sendo diferenciada e proporcionadora de inserção social a partir da profissionalização nos arsenais, por meio da educação dos aprendizes. Para a autora, a educação e o trabalho foram, no século XIX, alavancas fundamentais para a redução da pobreza, e cumpriam “uma tripla função: econômica, moral e política” (Lima, 2013b, p. 8).

Tarantini Pereira Freire (2014) analisou aspectos da atuação da Companhia de Aprendizes Marinheiros da província do Maranhão, entre os anos de 1870 e 1900, principalmente por meio da narrativa centrada no modo como os alistamentos eram realizados, no processo de formação pelo qual as crianças passavam, no cotidiano institucional, nos conflitos com os familiares dos aprendizes, e demais problemas existentes para a transformação de meninos pobres em marinheiros.

Silvana Cassab Jeha (2011), em *A galera heterogênea: naturalidade, trajetória e cultura dos recrutas e marinheiros da Armada Nacional e Imperial do Brasil, c. 1822-c.1854*, aborda as trajetórias de marinheiros e recrutas que atuaram na Armada Nacional e Imperial do Brasil. Tais recrutas eram homens estrangeiros e nacionais, que possuíam múltiplas origens, os quais apresentaram uma pluralidade de trajetórias que contribuiu para o desenvolvimento de uma cultura marítima (Jeha, 2011).

O levantamento bibliográfico evidencia uma tradição de contribuições em torno da história de implementação das companhias de aprendizes marinheiros, ao passo que poucas obras tratam do processo formativo ou prática educativa, embora haja o estudo de Jeha (2011)¹⁷, que trata da diversidade e pluralidade dos marinheiros adultos. Contudo, ainda persiste em lacunas, portanto, a presente proposta se diferencia em algum grau por adotar como particularidade a narrativa pela via das relações sociais construídas entre os meninos “de cor” na condição de aprendizes marinheiros no Pará.

Para abordar a referida perspectiva, precisei rastrear indagações, indícios e abordagens tanto nas pesquisas bibliográfica e documental de modo a podermos responder às questões aqui apresentadas. Partimos da definição de fontes históricas, por Assunção de Barros (2019), como marcas da história, as quais permitem aos historiadores revisitar o passado das mais diversas sociedades, grupos e indivíduos; isso se dá por meio da apreensão das interpretações das relações humanas e sociais como marcas ou até mesmo vestígios e evidências de rupturas do passado, motivo pelo qual seus desdobramentos no presente se apresentam como as fontes

¹⁷ Jeha, Silvana Cassab. **A galera heterogênea: naturalidade, trajetória e cultura dos recrutas e marinheiros da Armada Nacional e Imperial do Brasil, c.1822 - c. 1854.** 2011. 242 f. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

históricas de um objeto específico. Seguindo essa lógica, buscamos pensar o processo educativo da CAMPA por meio dos meninos “de cor”.

Assim, os arquivos oficiais representam o cerne do trabalho historiográfico, a depender da especificidade do objeto e/ou dos problemas históricos a serem examinados. As fontes históricas, contempladas neste escrito, são oriundas de diferentes instituições localizadas nos estados do Pará e Rio de Janeiro. Neste primeiro, o Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) foi fundamental para subsidiar as fontes de nossa pesquisa, que estavam catalogadas no acervo na Área Guerra, Fundo Arsenal da Marinha, entre os anos de 1870 até 1877.

No Comando do 4º Distrito Naval (COM4DN), antigo Arsenal de Marinha do Pará, obtive a autorização para uma visita técnica ao espaço onde funcionou a Instituição que recebeu os meninos; contudo, a ação do tempo e as consequentes modificações ocorridas no século XIX, aquela deixou de existir – foi demolida – levando consigo parte da história¹⁸, reconfigurando-se novas instalações no espaço desapropriado.

Já no *site* da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital, além de inúmeros documentos históricos oficiais do governo e legislações, foi possível encontrar e acessar os periódicos da época que contavam com notícias sobre a CAMPA. São eles: *A Constituição*; *Diário de Belém*; *Jornal do Pará*; *Jornal 13 de Maio*; e *Jornal Tapajoense*. Nos periódicos selecionados para a pesquisa, localizamos notícias referentes à Companhia e a alguns aprendizes marinheiros.

No Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, tivemos contato com algumas poucas correspondências e ofícios diversos sobre a atuação dos órgãos da Marinha no Pará durante o período Imperial, como o relatório da CAMPA de 1874. Já no Arquivo da Marinha (AM), que constitui a Diretoria do Patrimônio Histórico e Documental da Marinha (DPHDM), em especial no Centro de Microfilmagem, localizamos filmes dos livros de registros de militares – Livros de Socorros, da Companhia.

Trabalhamos com o Decreto n. 411^a, de 05 de junho de 1845, que era o Regulamento para o Corpo dos Imperiais Marinheiros, no que concerne às normas de organização, de instrução, disciplina e recrutamento, aquartelamento, serviço e administração, vencimentos, hospital e castigos. Outro Decreto n. 1.517, de 04 de janeiro de 1855, além de ter instituído a criação e organização da CAMPA, tinha como objetivo regulamentar as companhias de

¹⁸ A realização do percurso da Companhia de Aprendizes Marinheiros do Pará até o Corpo Central da Marinha, ou seja, do espaço onde estava estabelecida a CAMPA até as dependências da Marinha no Rio de Janeiro, colocou-nos em uma espécie de reconstituição histórica dos passos de alguns meninos “de cor”, do Pará ao Rio de Janeiro.

aprendizes marinheiros e trazer os quesitos do recrutamento, instrução, castigos, destinação após tempo de formação dos aprendizes marinheiros. O Decreto de 1855 deve sua validade até 1885, quando foi revogado por outro¹⁹.

Trabalhamos com as fontes do Acervo do Fundo: Arsenal de Marinha (APEP), dos anos relativos ao recorte temporal analisado (1870-1877), com os volumes: 41, 50, 91, 94, 115, 121, 131 e 138. Nesse fundo constavam ofícios dos comandantes da CAMPA, relatórios e ofícios do inspetor referentes à admissão e inspeção, além de fichas com sinais e filiação com dados dos aprendizes marinheiros aos chefes de polícia para captura dos mesmos, ofícios dos presidentes da Província do Pará à CAMPA, remetendo alguns meninos para a Instituição e ofícios dos juizes de paz do Pará sobre o envio de crianças para a Companhia. Tratamos dos livros de socorros da CAMPA (1870 a 1876), nesses livros de registros de militares que trata da receita, despesa e histórico dos aprendizes marinheiros.

Utilizamos os relatórios do Ministério da Marinha (*site Center for Research Libraries - CRL*), que explicitavam Relatos dos ministros sobre a justificativa e as formulações para a criação das Companhias de aprendizes marinheiros. Nos relatórios dos presidentes da província do Grão-Pará, a partir de 1856, os registros referentes à Marinha, e/ou Arsenal da Marinha, logo, no rastro dos aprendizes marinheiros ou a CAMPA, estavam apresentadas no tópico Força Pública distinto das demais instituições educativas inclusas no tópico Instrução Pública paraense, e, no Relatório da CAMPA 1876, dispomos do Mapa do estado da Companhia, desde 1855 a 1874. E por fim, algumas notas de jornais da época - A Constituição, Diário de Belém, Jornal do Pará, Jornal 13 de Maio, Jornal Tapajoense. Esses com relatos sobre a Instituição e/ou sobre os aprendizes marinheiros.

Sobre as fontes apresentadas, sejam os documentos oficiais, as leis, os decretos, os regulamentos, as mensagens e os relatórios apresentados pelos presidentes da província no período imperial e pelos Ministros da Marinha. Tais fontes históricas constituíram-se como importante instrumento para o exame das ações dos governantes no processo de criação e manutenção da Companhia de Aprendizes Marinheiros do Pará em relação ao processo formativo de crianças desvalidas.

A respeito do conhecimento das fontes históricas, estas como discursos ou redes de práticas e representações que precisam ser analisadas (Barros, 2012). Além disso, o uso das fontes documentais é uma ferramenta indispensável para interpretar, criticar e conseqüentemente, construir um conhecimento histórico (Rodríguez, 2010). Embora as fontes

¹⁹ Decreto Nº 9.371, de 14 de fevereiro de 1885. Este reorganizou as companhias e instituiu novo regulamento, além de mudar a nomenclatura de companhia para “escola de aprendizes marinheiros”.

de origem estatal acentuem a atuação dos sujeitos da ação educativa, valemo-nos das contribuições de Walter Benjamin²⁰ com a maneira de “escovar a história contrapelo”, concepção dialética da história que se baseia em “escrever uma história que valorize as lutas das classes historicamente postas em posição subalterna” (Bemvindo, 2020, p. 30).

Em outras palavras, partimos da história e documentação da elite dominante para evidenciar a narrativa de sujeitos esquecidos; histórias essas que por vezes foram negligenciadas e precisam ser vistas, para trazer à tona as diversas relações, principalmente em decorrência do manuseio de documentos oficiais buscando os pormenores da identificação e relação com os sujeitos “vencidos” na narrativa tradicional.

Após a coleta das evidências nas fontes, as mesmas foram transcritas, catalogadas e submetidas à análise dos indícios mínimos, que revelam os elementos de fenômenos gerais (Ginzburg, 1989), o que nos permitiu encontrar os meninos “de cor” – sujeitos foco desta pesquisa –, a fim de compreendermos suas trajetórias por meio do processo educativo que era formulado na Companhia.

Com base nas afirmações de Ginzburg, o historiador é comparado ao médico quando olha os sintomas do paciente para traçar o perfil da doença, do mesmo modo que “o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural” (Ginzburg, 1989, p. 157), tal proposição se pauta em uma proposta de método interpretativo que se concentra nos resíduos, nos dados marginais, apontados como indicativos (Ginzburg, 1989), principalmente, rastreio de indícios das crianças “de cor” da CAMPA. Em síntese, as orientações de Ginzburg para adoção deste método, precisamos entender o que as pistas significam para posteriormente analisar o que os documentos revelam e assim contribuírem com as análises narrativas (Ginzburg, 1989).

As fontes utilizadas permitiram colher traços suficientes para revisitar a História da Educação através da ação dos sujeitos nela envolvida no âmbito da instituição escolar, significativamente, proporcionaram algo que, por meio da análise dos indícios, permitiram articular algumas ligações de rastros de perfil coletivo e das trajetórias formativas. Em nosso estudo, esse processo se deu com o intuito de relacionar as suas experiências formativas na CAMPA com outras formas, sejam comportamentais ou de ação, especialmente como resistência a formas de opressão.

Foram encontrados e catalogados 195 registros de meninos aquartelados na CAMPA, no período de 1870 a 1877, dentre esse total 50 meninos registrados constam apenas o nome,

²⁰ Filósofo judeu do século XX, vinculado à Escola de Frankfurt.

logo, 145 dispõem de dados: 26 crianças têm de uma ou duas ou três informações (idade e/ou origem e/ou filiação), além dos nomes. Os que possuíam os registros completos de informações 119 meninos – 02 eram tidos de cor “branca” e 117 considerados “não brancos”, que neste estudo foram aludidos como crianças / meninos / sujeitos “de cor”.

Desse modo, priorizamos fontes referentes ao registro de 119 meninos da CAMPA, considerando como fundamental a análise da escolarização desse grupo. Em meio a elas, vemos que há expressividade em relação ao processo educativo no interior do espaço militar na província do Pará. A compreensão de alguns relatos de meninos, especialmente dos chamados “de cor”, que tiveram experiências de educação disciplinar e coercitiva, além de apresentarem comportamentos em oposição e resistência ao processo educativo da CAMPA. Além da cor, a fuga é outro ponto comum entre estes meninos: Francisco Frutuoso; Joaquim Florencio; Marcos José da Silva; Justino Antonio de Vilhena; Manoel dos Santos Barreto e José Antonio Francisco de Oliveira. Foram esses os aprendizes marinheiros que evidenciaram não desejarem estar no espaço escolar, pela concepção truculenta de formação. Além do que foram esses meninos que tiveram suas histórias registradas nas fontes²¹, que o tempo não apagou, apenas silenciou, até este momento.

Na perspectiva de alcançar os objetivos propostos, esta dissertação organiza-se em quatro seções. Nesta primeira seção, introdutória, apresentamos as razões que nos fizeram embarcar nesta temática; e “Navegando pelas rotas da pesquisa”, tratamos da construção do objeto de pesquisa, da problematização, da hipótese, dos objetivos e dos percursos metodológicos da pesquisa histórica educacional. Na segunda seção, intitulada “Marinha do Brasil e a Companhia de Aprendizes Marinheiros no Pará”, é apresentada a história da constituição da Marinha, a concepção do modelo de companhias de aprendizes marinheiros – viveiros para formação de “homens do mar” e a criação da Companhia de Aprendizes Marinheiros do Pará, bem como sua finalidade estratégica.

Na terceira seção, “Crianças ‘de cor’: aprendizes marinheiros”, identifico o perfil coletivo de crianças “de cor” – referente às descrições a respeito da cor/raça, os cabelos, a faixa etária, a filiação e origem/naturalidade. Ainda com relação ao perfil dos aprendizes marinheiros e sublinho outras particularidades de alguns aspectos das histórias sociais educativas presentes nas fontes históricas no que se refere atuação de oposição e resistência de alguns meninos “de cor” da CAMPA.

²¹ Algumas fontes sobre os aprendizes marinheiros não tem detalhes e riquezas nos registros, sendo assim, conseguimos apenas mapear o perfil do grupo e não suas narrativas.

Na última seção, “O Processo Educativo da CAMPA: escolar, profissional e militar”, trago discussões de questões curriculares e cotidianas, as dimensões formativas - ensino primeiras letras, instrução náutica e militar. Também relacionamos tal processo com as questões e limitações do professorado (capelão, marinheiro, oficial de fazenda) responsável pela formação geral dos meninos paraenses. E por fim, apresento as considerações finais desenvolvidas e analisadas.

2 A MARINHA DO BRASIL E A COMPANHIA DE APRENDIZES MARINHEIROS DO PARÁ

Esta seção procura identificar a concepção de educação no interior da Marinha brasileira, além de identificar as características das companhias de aprendizes marinheiros, em especial da CAMPA enquanto instituição educativa na província do Pará. Logo, buscamos compreender marcos temporais de constituição e fortalecimento desta Armada, durante o Império, além de sua atuação no âmbito da instrução pública.

Nosso entendimento foi corporificado partiu das fontes históricas encontradas, desde a bibliografia consultada como referência até aos relatórios dos ministros da Marinha, dos relatórios dos presidentes da província paraense, o relatório da CAMPA e dos ofícios dos comandantes da CAMPA, ambos dispõem de dados que nos permitem elucidar este estudo.

2.1 O alvorecer da Marinha

A chegada da Coroa portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808, foi um marco na constituição de transformações, principalmente na organização do Estado Transnacional, que possibilitou ao governo português a implantação da “administração metropolitana, teve que ser montado para que a soberania se afirmasse, o Estado se constituísse e se projetasse sobre o território, e o governo pudesse tomar decisões, ditar políticas e agir” (Costa, 2008, p. 831) resultando na instituição da administração da colônia, que foi organizada em níveis, a saber, as instituições metropolitanas, a administração central, a administração regional e a administração local (Costa, 2008). Essa estrutura organizacional era precedida pelo Conselho Ultramarino, ligado à Secretaria Estado dos Negócios da Marinha, presente em todos os territórios de colônias portuguesas. Além do que, o governo criou instituições²², aparatos estatais, com finalidade de estruturar a organização. Nesse escopo de estruturação que a Marinha no Brasil foi concebida.

A história naval brasileira infere que após a independência, de 1822, o cenário política estava acirrado e com embates diretos entre liberais e conservadores, restando apenas à ideia de “construção de uma nova Marinha, constituída a partir de parques navios e uma tripulação híbrida,” (Santos, 2016, 52), o que repercutirá na década seguinte a reforma da administração

²² “Academia de Marinha, a de Artilharia e Fortificações, o Arquivo Militar, a Tipografia Régia, a Fábrica de Pólvora, o Jardim Botânico, a Biblioteca Nacional, a Academia de Belas Artes, o Banco do Brasil e os estabelecimentos ferríferos de Ipanema” (Costa, 2008, p. 836).

naval sob os moldes dos conservadores, que prevaleciam e fortaleciam os ideais do grupo saquarema²³ sobre um Exército forte e uma boa Marinha (Mattos, 1990).

E, em 1840, a Marinha ampliava o processo de controle da costa litorânea, pois era uma demanda urgente.

O governo do novo Império sabia da importância do domínio do mar para ser bem-sucedido. Para isso, foi necessário distribuir suas forças pelo litoral, deixando-as prontas para defesa. Portanto, é com essas finalidades: de proteção da longa costa brasileira e formação de uma marinhagem nacional, que o Império inicia a construção de escolas navais, tendo no decreto de no 14 de 1840 a fundação da primeira Companhia de Aprendizes Marinheiros do Brasil, sediada na Corte (Silva, 2011, p. 7).

Da constituição dos organismos estatais para estruturação e centralidade das decisões da Corte portuguesa no território da colônia brasileira à consolidação do Império brasileiro, temos a dimensão da força em prol da proteção territorial.

Logo, o engajamento para o fortalecimento da tripulação naval veio da implementação das companhias de aprendizes marinheiros ditas como,

O viveiro do Corpo de Imperiais Marinheiros [...] Os moços de 10 a 25 anos são os recrutas mais próprios para aquele destino; devendo os que tiverem menos de 18 anos assentar praça nas Companhias de Aprendizes, e os dessa idade ou maiores entrar como grumete nas Companhias de 1ª instrução. Não se carece que tais recrutas sejam de profissão marítima, porquanto é no Corpo que eles se devem educar e a bordo dos navios de guerra que se devem formar homens do mar. Essa asserção é confirmada pela experiência. Os melhores marinheiros e artilheiros da nossa Armada têm sido indivíduos que entraram para o Corpo ainda menores, e começaram o seu tirocínio como praça de Aprendizes-Marinheiros (Brasil, 1853, p. 11).

Em 1853, ao relatar sua concepção a respeito da criação das Companhias de Aprendizes Marinheiros, José Maria da Silva Paranhos²⁴, então ministro da Marinha, deixou evidente a finalidade da instalação destas instituições como “viveiro”. O termo advém de uma “concepção de laboratórios, de criadouros de marinheiros morigerados e verdadeiros ‘homens do mar’, por isso, nada como começar a produzir esse espécime marítimo para o futuro desde a mais tenra idade” (Lins, 2012, p. 24), onde seria ofertada uma educação militar a “menores”, tendo em vista a formação de “homens do mar”, dentre os quais os melhores seriam recrutados em um segundo momento para o Corpo de Imperiais Marinheiros da Corte.

²³ Este grupo era uma subdivisão (facção) do partido conservador, que também era conhecida como a “Trindade Saquarema”, composta por Paulino Soares de Souza (Visconde de Uruguai), Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí) e Eusébio de Queiroz Matoso da Câmara, além de outros apoiadores conservadores (Martins, 2012).

²⁴ José Maria da Silva Paranhos, o visconde do Rio Branco, nasceu na Bahia em 1819. Em 1836, iniciou seus estudos no Rio de Janeiro. A partir de 1843, iniciou carreira de professor na Academia dos Guardas-Marinhas e, em 1845, também na Escola Militar, onde alcançou o cargo de diretor (1875). Em 1853, ingressou o Partido Conservador e exerceu o cargo de ministro da Marinha (1853-1857).

A idealização de Joaquim José Rodrigues Torres²⁵ tinha uma proposta que contribuiria com o processo de inserção dos recrutas para Marinha, cuja “concepção de educação estava imersa numa ideia de civilização e ordem, cuja educação de todas as classes seria parte desse processo” (Santos, 2022, p. 43). Isso, porque Torres já havia explicitado a preocupação com a qualidade de formação de marujos em Relatório do Ministro da Marinha em 1834, sugerindo mediar uma boa preparação dos que “servem a bordo das embarcações de guerra, já fazendo engajar rapazes entre 12 e 16 anos, que possam ali dedicar-se à vida do mar, já, enfim, criando, para dar-lhe as instruções primárias, uma escola a bordo de cada navio” (Brasil, 1834).

As companhias de aprendizes marinheiros tinham como premissa a formação de militares de baixa patente para os ofícios nos navios de guerra da Marinha, razão pela qual a Marinha do Brasil conciliou os interesses de recrutamento de crianças e jovens para o desenvolvimento das práticas da Armada, à proposta do projeto de Estado, no qual a educação era o mecanismo de difusão da civilização. Esta dinâmica era uma das diretrizes já estabelecidas como mecanismos de recrutamento (Santos, 2016). A esse respeito, Paranhos defendia que

[...] que tais recrutas [fossem] tirados das províncias marítimas [...] A repugnância, tão natural nos pais, a separarem-se de seus filhos, para entrega-los em tenra idade ao cuidado estranho e à educação militar, talvez fosse assim vencida. E mais se pode esperar desta medida, indo ela acompanhada do incentivo de um maior prêmio. [...] As províncias de Santa Catarina, Espírito Santo e Pará são as que se designam como especialmente próprias para fornecer recrutas a Marinha (Brasil, 1853, p. 12).

Como percebemos, o alvo da execução deste projeto foram as províncias litorâneas, que, na primeira metade do século XIX, enfrentavam problemas sociais e econômicos advindos da Independência, pois as relações políticas e comerciais diretas com Portugal acabaram e iniciaram um movimento de resistência que se encerrou em 15 de agosto de 1823, com a Adesão à Independência, com as expectativas de mudanças pós-Independência não ocorrerem, gerou a insatisfação da população com a situação e eclodiu posteriormente a Revolta da Cabanagem, que se pendurou até 1840. Marcos esses que implicaram decisivamente na escolha e implantação da segunda companhia de aprendizes marinheiros.

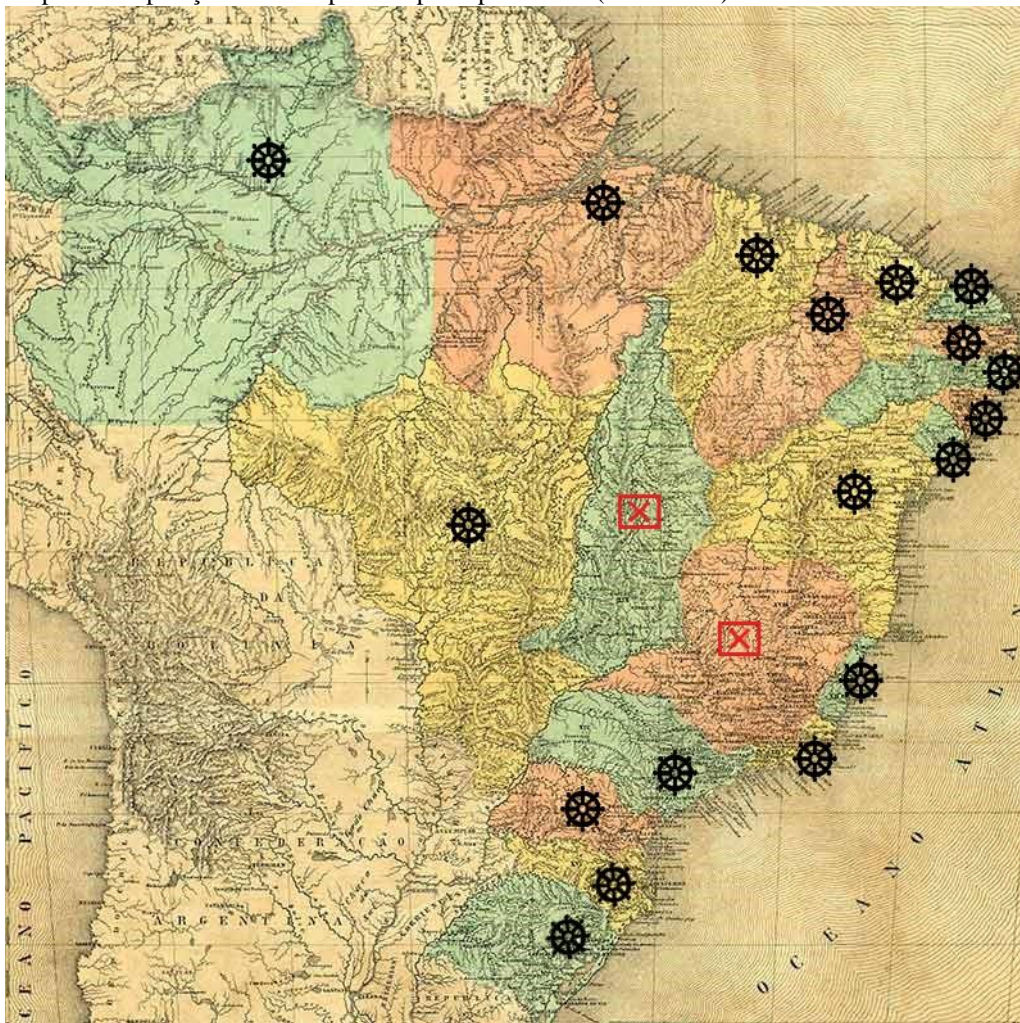
2.2 As companhias de aprendizes marinheiros

²⁵ Conhecido como o Visconde de Itaboraí (1802-1872), era natural da província do Rio de Janeiro, sendo matemático e jornalista. Assumiu a Secretaria da Marinha (1831-1832) e diversos outros cargos. Em 1837, ingressou no Partido Conservador, tornando-se um importante líder, ao lado de Eusébio de Queiroz e Paulino José Soares de Sousa, nomeados como a “trindade saquarema”.

Durante o período imperial que a Marinha iniciou a fundação das companhias, distribuindo-as, principalmente, no litoral do território brasileiro, para a promoção e formação de marinheiros. Ao longo do século XIX, as companhias de aprendizes marinheiros se consolidaram como um projeto de envergadura em âmbito nacional com a criação de 18 espaços para a formação de marinheiros entre os anos de 1840 a 1875, sendo que 16 companhias eram localizadas em províncias litorâneas, apesar disso, existiam 02 no interior do território – Mato Grosso e Amazonas. Apenas as províncias de “Goyaz” e “Minas Geraes” não tiveram a implementação de tal instituição no referido período.

As companhias estavam distribuídas (Caminha, 2002) entre as respectivas províncias: Corte - Rio de Janeiro (1840); Pará e Bahia (1855); Mato Grosso, Pernambuco e Santa Catarina (1857); Maranhão e Rio Grande do Sul (1861); Espírito Santo (1862); Paraná e Ceará (1864); Sergipe e Santos (1868); Paraíba do Norte e Amazonas (1871); Rio Grande do Norte (1872); Piauí (1873); e Alagoas (1875). Todas elas eram regidas pelo Regulamento de 1855, no Mapa abaixo podemos visualizar a divisão geográfica do território brasileiro e a distribuição das companhias de aprendizes marinheiros conforme o Mapa abaixo,

Mapa 1 - Disposição das Companhias pelas províncias (1840-1875).



Fonte: Biblioteca Senado - Mapa do Império brasileiro de 1872, adaptações da autora.

Esse Mapa mostra a divisão político-administrativa do Brasil em 1872, com destaque para províncias fronteiriças. As companhias de aprendizes marinheiros distribuídas pelas províncias brasileiras e no mapa estão identificadas pelo ícone leme/timão. Fica evidente a predominância de 11 instituições educativas nas regiões que atualmente compreendem o Norte e Nordeste do país.

A criação da primeira Companhia de Aprendizes Marinheiros a partir do Decreto n. 14, de 27 de agosto de 1840, foi na sede da Corte, o Rio de Janeiro. Após 15 anos, foi criada em 1855 a segunda companhia na Província do Grão-Pará principalmente, devido à grande quantidade de crianças desvalidas na região, sobretudo, formadas por menores aprendizes caboclos, que viriam a compor as guarnições dos navios de guerra (Lima, 2013a). Seria um meio para o desenvolvimento da Marinha e a prosperidade das províncias do Brasil (Lima, 2016), pois resolveria vários problemas em relação à instrução primária pública e profissional.

Para ser considerado um aprendiz marinheiro, era necessário ser menino e integrar uma das companhias acima citadas, além de atender às disposições do Regulamento da

Instituição (1855), sendo a primeira condicionalidade: *ser cidadão brasileiro*, cuja definição foi instituída na Constituição Política do Império brasileiro de 1824, no art. 6º, ao dispor sobre a nacionalidade e mencionava cinco grupos que legitimavam quem eram os cidadãos brasileiros²⁶ em: os nascidos no território, os filhos de pai brasileiro e os ilegítimos de mãe brasileira nascidos em outro país e que vieram ter domicílio no Brasil, os filhos de pai brasileiro que estivesse em país estrangeiro a serviço do Império e que não residem no Brasil, os nascidos em Portugal com residência e posses no Brasil, e, os estrangeiros naturalizados (Brasil, 1824).

A outra disposição para admissão dos aprendizes marinheiros versava sobre a faixa etária entre 10 e 17 anos, além da condição física “constituição robusta, e própria para a vida do mar” (Pará, 1872). No Regulamento também ficou expresso à possibilidade do alistamento de meninos com menos de 10 anos, mas desde que esses disponham de suficiente desenvolvimento físico para tal formação (Brasil, 1855). O público alvo da CAMPA eram meninos sadios e com desenvoltura, ou seja, com condições para a formação de aprendizes marinheiro exigia.

A legislação para as instituições educativas, do século XVIII e XIX, observava a interdição da matrícula de

escravos, doentes contagiosos e não-vacinados. No primeiro caso, trata-se de uma medida que colabora para a manutenção do regime de trabalho escravo, impedindo que os submetidos a esta condição tivessem acesso a qualquer outro tipo de saber. Nos dois últimos, trata-se de uma política à qual a escola se vê associada, de prevenir e evitar a propagação de doenças, sobretudo em lugares em que se supunha contato direto e continuado em pequenos aglomerados. Portanto, a escola é convertida em lugar para livres e sãos, daí as exclusões previstas (Gondra; Schueler, 2008, p. 53-54).

Como observado, o processo de educar já disseminava e limitava as estratégias de escolarização aos escravizados, ainda traçava um processo preventivo de apartar dos espaços de convivência, em especial a escola, as pessoas com alguma moléstia. Essas ideias adentraram no Brasil, durante o final do século XIX e início do XX, conhecida como “Movimento Sanitarista”, com base higienista tinha o foco na saúde do povo, posteriormente seus fundamentos alcançavam a educação – o alunado (Damasceno; Pantoja; Miranda, 2021).

Assim, a Marinha tinha um ideal de aprendiz marinheiro que fosse “conformado, robusto e são” (Pará, 1872), ou seja, buscava um perfil de menino resignado/submisso,

²⁶ A ideia de cidadania em um país que se com baseava no trabalho forçado (escravidão) causava danos a um quantitativo significativo da população e afligia os intelectuais da época, uma vez que não havia condições para a existência da cidadania e da nação.

crescido/desenvolvido e sadio/forte, o que impossibilitava a inserção de crianças com alguma limitação física ou de saúde para as companhias de aprendizes marinheiros, por exemplo.

Novamente, ressaltamos que a tripulação devia ser composta por indivíduos de naturalidade brasileira, conforme o Regulamento da Instituição (Brasil, 1855), uma vez que, entre 1820 e 1840, havia uma grande quantidade de marinheiros estrangeiros na Marinha brasileira (Jeha, 2011). Apenas na década de 50, do século XIX, número de estrangeiros foi reduzido em detrimento dos nacionais (Jeha, 2013)²⁷. Isso ocorre pela imersão da Marinha na organização da Companhia de Aprendizes Marinheiros, na preparação de marinheiros para a Armada Imperial, seja na condição de praças²⁸, ditos como grumetes²⁹ ou na marinhagem³⁰.

De acordo com Jeha,

A heterogeneidade entre os marinheiros não era apenas de nação. Havia no mínimo quatro classes: os de classe superior (ou primeira classe), o primeiro marinheiro (ou segunda classe), o segundo marinheiro (ou terceira classe) e o grumete. Sem falar de uma minoria de segundos grumetes, grumetes menores, criados e cabos. As três primeiras classes compunham-se de marinheiros profissionais [...] Já a categoria dos grumetes abarcava um grupo muito diverso de homens que não eram marítimos de origem e uma grande parte de recém-recrutados, ou que não tinham um ofício, ou ainda crianças que se iniciavam na vida do mar. Os grumetes, em geral, constituíam o grupo mais numeroso da tripulação: aproximadamente 40% dos homens (Jeha, 2011, p. 46).

A categoria funcional de grumete era a projeção de carreira naval dos pequenos aprendizes marinheiros quando completavam a formação nas companhias e direcionados para o Corpo de Imperiais Marinheiros, no Arsenal da Marinha no Rio de Janeiro. Ainda sobre as Companhias de Aprendizes Marinheiros, estas seriam um meio para o desenvolvimento da Marinha e a prosperidade das províncias no Brasil (Lima, 2016), pois resolveriam vários problemas em relação à instrução pública, ensino das Primeiras Letras e profissional, formando cidadãos úteis, de maneira que “as crianças aprenderiam desde cedo o amor pela vida marítima, transformando-se posteriormente em marinheiros preparados para servir ao país” (Lima, 2016, p. 282).

²⁷ Em paralelo a origem dos marujos, o marcador “cor” era emblemático na Marinha, pois os tidos como “brancos” eram os estrangeiros e “não brancos” os nacionais (Jeha, 2013).

²⁸ Postos destinados aos marujos negros/”de cor”, enquanto que os oficiais eram sempre brancos ou filhos da classe dominante.

²⁹ Termo originário da marinha portuguesa que se destinava aos adolescentes com idade que variava entre nove e dezesseis anos, com a posição mais baixa da hierarquia. “Embora adolescentes, eles realizavam a bordo todas as tarefas de um adulto, recebiam soldo menor do que de um marujo na mais baixa posição. Como grumete poderia fazer carreira na Marinha, mas não iria jamais ascender ao posto de capitão, esses cargos eram destinados a pessoas da nobreza” (BRASIL, [20--]).

³⁰ O termo proveniente da Marinha portuguesa referia-se àquele que realizava funções comuns no navio a outras atividades que pudessem ser desenvolvidas sem um determinado conhecimento técnico de navegação (Castro, 2013, p. 55-59).

2.3 Companhia de Aprendizes Marinheiros do Pará - CAMPA

2.3.1 A instalação da CAMPA

No decorrer do século XIX e XX, com a instalação da primeira Companhia de Aprendizes Marinheiros no Rio de Janeiro, na Corte em 1840, e após 15 anos da criação da primeira Companhia, foi instalada no Norte do país, em 1855, a segunda Companhia, na província do Pará, por meio do Decreto n. 1.517 de 04 de janeiro de 1855. Os motivos que fomentaram a instalação desta instituição se devem ao fato de a Administração Naval afirmar sua presença e força nas províncias do Império durante a segunda metade do século XIX, em especial na defesa contra ameaças internas, como a revolta da Cabanagem³¹ (1835-1840). Na situação mencionada, se sucedeu perdas no âmbito bélico e funcional, inclusive de uma significativa porcentagem da população paraense.

O Decreto n. 1.517, de 04 de janeiro de 1855, sancionado pelo Poder Executivo, como chefe do Executivo teve a figura do Imperador Pedro II e o Ministro da Marinha - José Maria da Silva Paranhos. A mencionada legislação instituiu o Regulamento para a organização, comando, e administração das Companhias de Aprendizes Marinheiros, além de instalação da segunda unidade da instituição educativa, a partir da data da Lei, na Província do Pará. Sobre a organização, da mesma, era composta por cargos de oficiais graduados e praças.

Quadro 1 – Organização dos cargos da CAMPA

Cargos		1855*	1858**
		Quantidade	
Comandante (Capitão Tenente ³² ou Primeiro Tenente da Armada)	Oficiais	01	01
Tenentes ³³ (Primeiros ou Segundos ditos)		02	01
Escrivão da Armada	Praças	01	01
Encarregado* / comissário**		01	01
Mestre		01	01

³¹Foi uma das revoltas mais violentas do período Regencial. "A cabanagem procedeu-se em um movimento ocorrido entre os anos de 1835 a 1840 na região conhecida como Grão-Pará (localizada nos atuais estados do Pará, Amazonas, Amapá, Roraima e Rondônia), envolvendo a elite da região, lavradores, camponeses, negros, escravos, pequenos comerciantes e servos indígenas, os quais aproveitaram-se de uma crise política, presente entre os governantes da província e apropriaram-se da região, criando uma revolta sangrenta" (Melo; Santos, 2020, p. 103320).

³² Corresponde ao cargo de oficiais com graduação intermediária.

³³ Corresponde ao cargo de oficiais com graduação subalternos.

Contramestre		01	-
Guardiões		02	01
Mestre de armas		01	01
Marinheiros de Classe Superior		08	-
Aprendizes Marinheiros	-	200	117
TOTAL		218	124

Fonte: Elaborado pela autora com base no Regulamento* (Brasil, 1855) e no Relatório provincial** (Pará, 1858).

A organização dos cargos na CAMPA seguia uma relação hierárquica em relação entre os oficiais e graduados na Armada, do oficial com o nível mais alto (comandante do Quartel da Companhia) ao graduado de nível mais baixo (aprendiz marinheiro), o que evidenciava os limites bem definidos de funções e a relação de poder. No quadro 1 consta a relação efetiva dos cargos atuantes na CAMPA no ano de 1858, na qual possuía mais da metade de aprendiz marinheiros previsto em Regulamento e apenas 06 adultos responsáveis, um terço do que foi estabelecido, pela formação e instrução destes. Ou seja, evidenciava uma carência no quadro funcional da instituição em relação ao que estava prescrito no Decreto de 1855.

Em relação aos cargos dispostos na CAMPA como os oficiais, temos o Comandante (Capitão-Tenente ou Primeiro-Tenente, o cargo de patente intermediário e subalterno, respectivamente) e os tenentes (Primeiros ou Segundos, posto de patente subalterno), que eram responsáveis por liderem uma subunidade da Força Armada. Os postos de praças eram amplos e englobavam os cargos de escrivão da Armada, encarregado, mestre, contramestre, guardiões, marinheiros, estes tinham atuação em áreas militares e operacionais na CAMPA. Já, os aprendizes marinheiros eram uma “linha abaixo dos praças”, uma vez que a carreira, como praça, era iniciada pela graduação como marinheiro, conforme observamos no Quadro1, acima.

Neste processo de implementação e organização da CAMPA, no ano de 1855, a província do Pará era presidida por Sebastião do Rego Barros³⁴, membro do Partido Conservador, no período de 16 de novembro de 1853 a 14 de maio de 1855. Entretanto, no relatório de 29 de maio de 1856, no ato de repasse da situação da província à outra administração presidencial, Rego Barros explicitou que a CAMPA estava

³⁴ Nasceu em Pernambuco (1803-1863). Foi militar e político, exerceu o cargo de ministro de Guerra entre 1837-1839, além de presidente provincial do Pará no período nos anos de 1853 a 1855, e chefiou a polícia na Bahia até 1863.

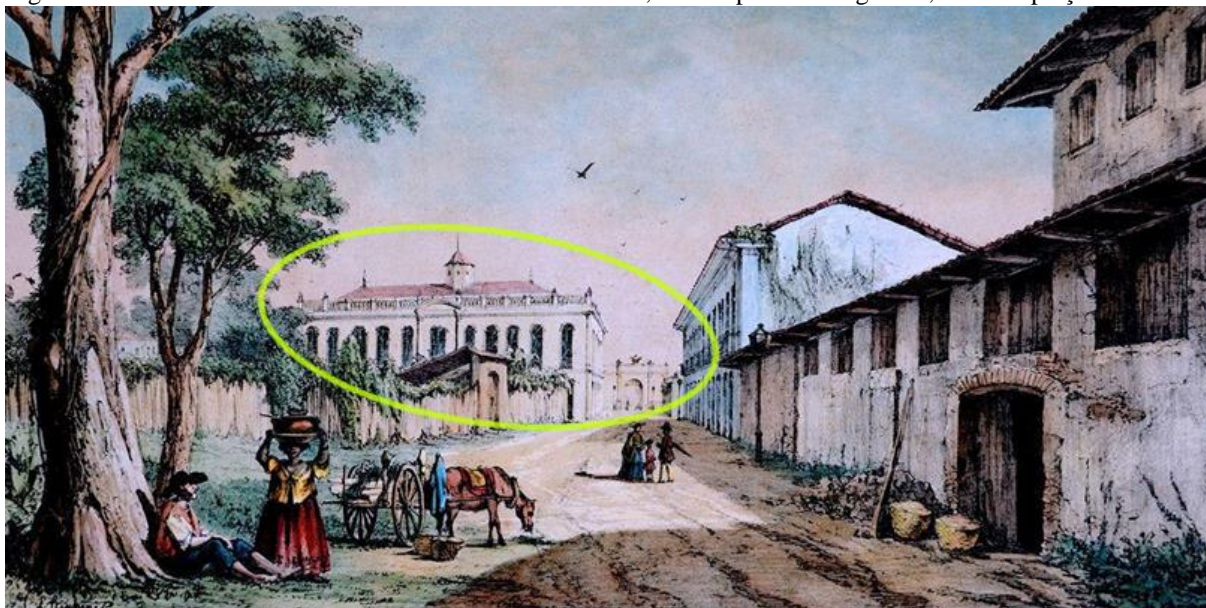
bem organizada e já conta com 41 menores, entre os quaes existem pequenos vagabundos que, por bem dizer, não tinhaõ quem por eles se responsabilizasse. A esse respeito tenho dado ordens para que sejaõ remetidos á Presidencia para serem educados nesse útil estabelecimento (Pará, 1856a, p. 25).

Nesta menção à instituição, Rego Barros, além de caracterizá-la pelo aspecto da organização e da utilidade para os fins educacionais, referiu-se aos meninos alistados como “pequenos vagabundos” por serem órfãos e crianças desvalidas. A expressão pejorativa em questão era uma desqualificação moral em relação ao trabalho, que, por sua vez, era valorizado socialmente. Fato esse decisivo para a intensificação do recrutamento dessas crianças, para a geração de mão-de-obra através de uma educação moralizante, aulas de ofícios de marinheiros e a formação das primeiras letras, tendo em vista “o atendimento de meninos pobres, órfãos e enjeitados, maiores de sete anos, serviriam de mão-de-obra especializada à Marinha” (Lima, 2013a, p. 3).

A CAMPA se caracterizava como uma instituição que funcionava em regime de internato, dando assistência às crianças desvalidas, com idade entre 10 e 17 anos, na província paraense. Além disso, a Companhia também oferecia o ensino de primeiras letras com ensino profissional – formação militar e naval –, educação religiosa, musical, moradia, alimentação, roupa lavada e engomada, assistência médica e o recebimento de pecúlio, que era efetuado ao final do processo formativo, dentro de um estabelecimento militar.

A instalação da CAMPA estava sediada em um dos prédios no Arsenal da Marinha, onde funcionava o Convento de São Boaventura.

Figura 1 - Pintura “Estrada do Arsenal de Marinha do Pará”, de Joseph Léon Righini³⁵, com adaptação.



Fonte: Centro de Memórias da Amazônia (Universidade Federal do Pará [UFPA], [20--]).

A Figura 1 é uma pintura ilustrada no século XIX faz parte de um raro álbum que contém doze gravuras que retratam a cidade de Belém durante o século XIX. Nesta gravura, observamos a estrada que dava acesso ao prédio do Arsenal de Marinha (ao fundo, prédio branco com 11 janelas e telhado marrom, com torre no centro, prédio identificado com contorno de figura oval de cor amarela), destinado como casa dos comandantes e inspetores; ao lado, temos o arco do portão da entrada. A pintura também ilustra algumas pessoas em suas atividades na referida estrada – uma mulher negra, possivelmente vendedora, um homem sentado ao pé de uma árvore, o que indica que seja o responsável pela charrete e o cavalo próximo; mais adiante, temos outro homem, uma mulher e uma criança; provavelmente estaria a caminho do Arsenal, o que chamou atenção do pintor italiano para ser objeto de registro.

³⁵ Era pintor, desenhista, gravador, fotógrafo, cenógrafo, professor (1820-1884). Nasceu e estudou em Turim na Itália, na Academia de Belas Artes. Veio ao Brasil por volta de 1856 e fixou-se no Maranhão e no Pará, falecendo em Belém do Pará em 1884 (Universidade Federal do Pará, [20--]).

Figura 2 - Fotografia do antigo Arsenal de marinha do Pará



Fonte: Biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, [19--]).

Figura 3 - Fachada atual do 4º Distrito Naval



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.

A Figura 2 é uma fotografia do século passado, para um cartão postal da cidade de Belém. Já a Figura 3 corresponde à atual fachada do antigo Arsenal de Marinha do Pará, e hoje é a sede do COM4DN. Em ambas as figuras, 2 e 3, o prédio não apresentava a torre, que na figura 1 era presente no telhado, possivelmente por ser um elemento mais comum em edifícios religiosos, como do antigo Convento São Boaventura.

Em referência as dependências da Companhia, para as práticas de formação dos meninos, foram identificadas na documentação a descrição realizada pelo presidente da

província, Henrique Pedro Carlos Beaurepaire Rohan, mencionou as obras públicas desenvolvidas no Arsenal da Marinha em prol da instalação das dependências da CAMPA (Pará, 1857b), como o

quartel da companhia de aprendizes marinheiros, a enfermaria de marinha, e a casa para a marinhagem. Fez-se o muro do lado sul e parte das armações do lado leste, os quaes já estão cubertos com telha; e assim também os alicerces dos frontispicio das oficinas do prolongamento do dito muro sul. Reparou-se a capella; e achão-se em andamento as obras da casa destinada para a inspecção e armazém do almofarifado, estando já colocado grande parte do vigamento, alem do que está aparelhado. Tem-se feito diversos aterros, e este serviço continua, por ser de muita importância (Pará, 1857b, p. 13).

Tais obras públicas, ocorridas no Arsenal de Marinha, comprovavam como era fundamental a instalação da CAMPA, principalmente pelo custeio de tais obras pelo governo provincial do Pará. Foi um investimento financeiramente alto na ampliação e reparo das dependências já existentes, na construção de muros e prédios no Arsenal de Marinha, além do aterramento da área. Ações essas e os discursos políticos tecidos a respeito da CAMPA mensuravam a Marinha como benemérita do processo civilizatório na província paraense.

2.3.2 Viveiro de aprendizes marinheiros – Navio escola

Além da instalação no prédio no Arsenal, a CAMPA também contava com o navio escola, que funcionava como “seção filial”, conforme previsto no artigo 12, do Regulamento, que dispunha sobre a aquisição de uma “Embarcação de Guerra para servir de Escola [...] igualmente como Quartel” (Brasil, 1855), esses navios de instrução, também, servia como um ambiente que funcionava com o propósito de acostumar os recrutas à vida ao “mar”; em nossa região, seriam os rios, principalmente os aprendizes marinheiros recém-recrutados nas viagens e cruzeiros do navio escola pela região paraense, uma espécie de estágio a bordo.

A permanência dos meninos na embarcação possuía o propósito do “tempo que for julgado sufficiente, [...], e á separação de suas familias, sendo então remetidos para a Companhia aquartelada na Capital da Provincia” (Brasil, 1855), esse fato foi prescrito no Artigo 13 do Regulamento da CAMPA que enfatiza uma postura higienista da época, cuja concepção no âmbito da educação afirmava que era “necessário educar os pobres para que o vício e os maus costumes não infectassem o conjunto da população. Era preciso fazê-los mudar de vida” (Costa, 2021, p. 32), o que ocasiona a separação da família dos aprendizes, pelo afastamento dos “maus hábitos” e vícios, que eram contrários aos ideais de moralidade e ordem.

Com base nas concepções higienistas, recomendavam que a localização dos internatos paraense, e a CAMPA também nessa perspectiva, fosse distante do centro de maior circulação da cidade (Damasceno; Pantoja; Miranda, 2021). A Locação do prédio do Arsenal e da CAMPA era estratégico, pois alinhava as medidas higienistas para os aprendizes marinheiros, a mobilidade prática das embarcações para as “águas” e sua proximidade com o Porto da província.

Sobre as condições estruturais do navio escola da CAMPA, no ano de 1856, o presidente Henrique Beaurepaire Rohan³⁶, anunciou que o navio de guerra Brigue Escuna³⁷ Andorinha³⁸ estava destinado à instrução dos aprendizes marinheiros, no comando do 1º Tenente Antonio Ernesto Lassance e Cunha (Pará, 1856b). A referida Embarcação continuou sendo navio escola para os aprendizes marinheiros até o ano de 1857 (Pará, 1857a). Apenas em 1858, no relatório do ano anterior, informava que o Brigue Escuna Andorinha encontrava-se em estado inapropriado para atividades da CAMPA, ou seja, “julgado inútil, e espera-se ordem do quartel general da marinha, para se lhe dar destino” (Pará, 1857b), e pelo qual veio pelo Ofício de 17 de julho de 1858, do Oficial Maior da Secretaria de Marinha, foi mandado para o desmanche (Mendonça; Vasconcelos, 1959). No mesmo ano, outro navio escola serviu de quartel a “companhia no mar” (Pará, 1858), o Brigue Escuna de Guerra Gararapes.

No ano de 1875, o presidente da província se referia ao estado de precariedade do navio escola Brigue Maranhão da CAMPA, cujo funcionamento seria temporário, pois não tinha as dimensões e não contemplava as demandas de formação dos meninos, além do que o reparo para tal empreita era oneroso aos cofres públicos, logo exigiria uma substituição pelo vapor Marcilio Dias. No ano seguinte, os problemas persistiam, a embarcação direcionada para o atendimento da formação dos meninos foi Brigue Maranhão, que na ocasião ainda se encontrava “em estado de desarmamento, e ancorado a enchente e nascente do Porto da Cidade de Belém em frente ao antigo convento do Carmo” (Pará, 1876a).

No relatório provincial (Pará, 1877), referente ao navio escola, no Patacho Rio de Contas, da Companhia, apontou a continuidade das atividades do na embarcação era de um modelo antigo, logo evidenciava que não era adequada ao processo formativo dos aprendizes marinheiros e deveria ser substituída mais uma vez por outra. Percebemos essa recorrente manifestação de que o anexo da CAMPA, os navios escolas, estavam em situações precárias e

³⁶ Nascido no Rio de Janeiro (1812-1894). Nobre, militar e político filiado ao Partido Liberal, também era conhecido como visconde de Beaurepaire Rohan, presidiu a província do Pará durante o período 29 de maio de 1856 a 26 de outubro de 1857, e, exerceu o cargo de ministro de Guerra no ano 1864.

³⁷ Navio de vela menor que o brigue, com dois mastros.

³⁸ A Andorinha foi Armada em 30 de janeiro de 1838. Seu primeiro comandante o Capitão-Tenente Francisco Romano da Silva. Em 03 de maio, foi desarmado, passando a servir de quartel da Companhia de Aprendizes-Marinheiros do Pará.

afetava a rotina e a formação das crianças, o que caracterizava um processo descontínuo e possivelmente insalubre ao cotidiano dos meninos.

O presidente da província do Pará, João Capistrano Bandeira de Melo Filho³⁹ foi o único que visitou as instalações da CAMPA, no navio escola e descreveu aspectos sobre “O aceio e disciplina que mostram os Aprendizes e que tive ocasião de observar na visita feita ao navio-quartel” (Pará, 1877, p. 48). Tal aquartelamento, fosse realizado em terra ou no navio escola, possuía o propósito de adaptação dos meninos à vida no mar e à disciplinarização militar no cotidiano da instituição educativa. A inferência feita nessa visita se contrapõe aos relatos dos outros presidentes da província, referente às péssimas condições estruturais das embarcações, com os aparelhos náuticos improvisados e sem as mínimas condições de uso, o que ocasionava muitas vezes adoecimentos dos aprendizes marinheiros.

2.3.3 O ingresso dos Aprendizes Marinheiros na CAMPA

O recrutamento era a porta de entrada, passaporte, para composição das fileiras dos navios, e por consequente da Armada e das companhias de aprendizes marinheiros. Acerca disto, Santos afirma que,

a criação do Corpo de Imperiais Marinheiros e das Companhias de Aprendizes-Marinheiros levaram a Marinha a consolidar seu projeto de formação e incipiente profissionalização de seus marinheiros ainda na segunda metade do século XIX. Naquela época, as Companhias de Aprendizes-Marinheiros foi responsável pela entrada e formação de um grande número de homens, ainda na infância e adolescência, contribuindo para que fosse superado o número de homens provenientes do recrutamento (Santos, 2022, p. 58).

No que se refere ao recrutamento dos menores nas Companhias de Aprendizes, era “uma forma de ingresso na vida militar, o recrutamento forçado era um eficaz mecanismo para exercício do controle social e manutenção da ordem” (Santos, 2022, p. 34), uma vez que, o recrutamento para as companhias se pautava em alcançar dois objetivos, o primeiro atender à necessidade da Marinha Imperial por homens treinados para o serviço naval, e o segundo era manter o controle social da população pobre, geralmente associada ao ócio, ao crime, desvalida e subalterna (Santos, 2022). Este processo ocorria de diversas maneiras, conforme vemos os aspectos de recrutamento na Tabela seguinte.

³⁹ Era pernambucano, formado em Direito, como político governou no Pará nos anos 1875 e 1876.

Tabela 1 - Movimento da CAMPA (1855 – 1875)

Mapa estatístico da Companhia de Aprendizes Marinheiros do Pará de 1855 a 1875																		
A N O S	Para mais (+)							Para menos (-)								Diferença		
	Remetidos por diversas autoridades	Remetidos pela inspeção do Arsenal de Marinha	Apresentados pela Agência	Contratados a prêmio	Voluntário sem prêmio	Capturados	Total	Baixa por inspeção de saúde	Baixa por ordem da Presidência	Remetidos para Quartel Central	Passados para Navio	Transferidos para Artífices	Ausentaram-se	Faleceram	Total	Para mais (+)	Para menos (-)	Existentes
1855	8	2	-	3	4	-	17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17
1856	21	7	-	13	2	-	43	-	2	-	-	-	6	1	9	34	-	51
1857	23	10	-	10	3	-	46	1	4	-	-	-	2	5	12	34	-	85
1858	46	1	-	15	1	2	65	4	2	9	-	-	10	10	35	30	-	115
1859	26	-	-	14	2	1	43	-	1	11	-	-	8	8	28	15	-	130
1860	21	-	2	2	3	3	31	-	-	30	-	-	23	4	57	-	26	104
1861	7	1	-	-	-	2	10	5	2	30	-	-	18	1	56	-	46	58
1862	15	-	1	-	1	3	20	1	2	28	-	-	3	1	35	-	15	43
1863	14	-	1	2		1	18	-	2	13	-	-	2	1	18	-	-	43
1864	4	-	2	1	1	2	10	-	2	10	-	-	3	1	16	-	6	37
1865	12	-	-	-	1	-	13	3	-	16	-	-	1	1	21	-	8	29
1866	7	2	-	-	-	-	9	-	3	6	2	-	2	3	16	-	7	22
1867	61	-	-	-	-	2	63	-	8	10	-	-	10	3	31	32*	-	54
1868	14	-	-	-	-	1	15	4	4	6	-	-	-	7	21	-	6	48

1869	9	-	-	-	-	3	12	1	2	6	-	-	8	1	18	-	6	42
1870	13	-	1	-	-	5	19	8	2	10	-	-	15	-	35	-	16	26
1871	25	2	-	-	-	4	31	7	3	7	-	-	5	-	22	9	-	35
1872	13	-	-	-	1	1	15	4	-	7	-	2	4	-	17	-	2	33
1873	29	-	-	-	-	-	29	8	-	2	-	-	-	2	12	17	-	50*/52
1874	34	-	-	-	-	3	37	13	-	16	-	-	3	5	37	-	-	50*/52
1875*	36*	-	-	-	-	-	-	6*	-	24*	-	-	3*	1*	-	-	-	54*

Fonte: Arquivo Nacional (NA). Série Marinha, subsérie Arsenais de Diversos Estados. Código XVIII M3. Relatório CAMPA de 1876 (Pará, 1876^a) Relatório do presidente da província (Pará, 1876b), com adaptações da autora.

*Informações foram adicionadas pela autora.

Na presente Tabela 1, consta o mapa estatístico com a movimentação dos aprendizes marinheiros da CAMPA, desde sua criação até o ano de 1875⁴⁰, período no qual, entre os 52 menores que passaram pela instituição, 16 aprendizes foram encaminhados para o Quartel-General na Corte e 34 foram entregues à instituição pela presidência da província. As fugas eram frequentes, a Companhia chegou a registrar 23 ausências no ano de 1860, quando somente três menores foram capturados.

Outro fato foi que a CAMPA não conseguiu a integralidade da lotação dos aprendizes marinheiros, de 200 vagas, isso se deu muito pelo intenso fluxo de entrada e saída dos meninos, o que oscilava entre recrutamento, capturas, deserções e remanejamento ao Corpo Central no Rio de Janeiro.

E referente à entrada (dito como “para mais”) e saída da Instituição (dito como “para menos”). Na primeira parte, o mapa apresenta as formas de entradas das crianças, pois havia os que eram remetidos por diversas autoridades, remetidos pela inspeção do Arsenal de Marinha, apresentados pela Agência, contratados a prêmio, voluntários sem prêmio e capturados.

A reforma Administrativa Naval, a partir de 1840, contribuiu para a criação de agências filiais; as primeiras, denominadas Estações Navais, que funcionavam como órgãos regionais de controle da administração naval, e, as Capitânicas dos Portos que eram órgãos de controle local cuja natureza era a fiscalização das atividades marítimas. Tais agências de fiscalização e controle além de locais de coordenação, recepção e distribuição de recrutas para a Marinha, nesta perspectiva assumiam o recrutamento de aprendizes marinheiros.

O recrutamento era parte da “dinâmica entre o poder local e o poder central da Administração Pública” (Santos, 2022, p. 50). Logo, essas agências eram integrantes da “rede de recrutamento” para as companhias, juntamente com os inspetores dos arsenais, comandantes de navios, comandante das estações navais e oficiais da Marinha, cujas atribuições eram de “agente recrutador”, que além do soldo ainda garantiam uma gratificação extra com o recrutamento de menores.

Outro grupo, também ativo no envio de crianças à instituição eram as autoridades competentes, detentores de grande influência local, os quais compreendiam os juizes de paz, juizes de menores, delegados de polícia, presidente da província e políticos regionais. Estes por sua vez, para alcançarem o número de meninos remetidos tinham a tarefa de capturarem

⁴⁰ Embora, os dados indicados tenham abrangência parcial do período do delimitado neste estudo (1870 a 1877), mas compreende uma mostra do fluxo do alunado da Companhia no Pará.

das ruas os menores julgados como desvalidos, vagabundos ou criminosos. Era a forma mais comum de entrada de crianças e jovens na Armada Imperial.

No Pará, o presidente da província apresenta suas ações para o recrutamento das crianças para a CAMPA, segundo o Relatório de 1875,

Além das reiteradas recomendações que tenho feito aos juizes de orphãos e autoridades policiaes da provincia, no intuito de dar o desejado impulso á 'essa companhia, incumbi o inspector do Arsenal de dirigir-se á alguns pontos do interior para, com aquellas autoridades, tratar da aquisição de menores lias condições exigidas pelo espectivo regulamento.

Infelizmente, porém, tal commissão foi de todo infructifera e em geral, os meos esforços produsirão um resultado águem da minha espectativa.

Todavia, durante o anno de que trato, a companhia recebeu 34 menores, dos quaes sete forão julgados incapazes (Pará, 1875b, p. 39).

Governo provincial do Pará expressou suas recomendações às autoridades competentes para o empenho de preencher as vagas estabelecidas pela Companhia no Pará (Pará, 1875a). O presidente mencionou que embora se encaminhasse os meninos para a Instituição, eles ainda eram inspecionados para efetivamente adentrarem a esse espaço escolar.

O empenho das autoridades para o preenchimento do quantitativo de vagas de aprendizes marinheiros para a CAMPA era significativo. Em uma dada ocasião, a polícia realizou a captura de quilombolas do Curuá, do termo de Alenquer – próximo do Rio Curuá, alguns foram libertos, outros destinados aos senhores escravistas, outros foram levados presos para a cadeia pública, mas alguns “menores e dos que nasceram depois da lei do elemento servil” foram encaminhados para serviços para obtenção de tutelas e os demais remetidos ao Arsenal de Marinha, segundo a notícia, do Jornal A Constituição (1877), esse procedimento inibiria que os meninos quilombolas não andassem “vagando pelas ruas” da Capital paraense.

No que diz respeito aos juizes de órfãos, eles foram os que mais recrutaram crianças desvalidas, dentre eles os ingênuos, como o fato do recrutamento para a CAMPA, do “menor André Curcino, natural d’esta Provincia, de 14 annos de idade, filho da liberta Maria Magdalena e remetido pelo Juiz de Orphãos do termo de Cintra⁴¹” (Pará, 1877), o referido menino após a inspeção foi considerado apto ao serviço naval, e de igual modo ocorreu com

⁴¹ Século XV, a região era povoada pelos indígenas Maracanãs. Com a invasão dos europeus, a mesma foi organizada passou a ser chamada de Vila de Cintra em 1757, depois Vila de São Miguel de Cintra, em virtude do achado da imagem do santo São Miguel. No ano de 1885 foi elevada a categoria de cidade. Em somente em 1897, o nome da cidade foi mudado para o antigo topônimo, nome original, Maracanã.

crianças, “os menores, expostos⁴², de nomes Arthur e José, criados às expensas da Camara Municipal d’esta Capital” (Pará, 1877).

O recrutamento tornou-se uma estrutura de poder que caracterizava uma rede das “cidades, vilas e aldeamentos ao longo do vasto território do Império” (Santos, 2022, p. 50). Ainda como parte deste movimento, houve o envolvimento de particulares que visaram o prêmio oferecido pela Marinha por cada criança desvalida entregue para o alistamento da Armada.

Particulares esses que viram uma oportunidade de fazer renda a partir da grande demanda na Marinha na formação de tripulação, principalmente nos anos da Guerra do Paraguai, cujo recrutamento dos meninos foi realizado de modo arbitrário. Estes sujeitos eram, muitas vezes, tutores. Para exemplificar, o caso registrado no Ofício de 1877, do Palácio do Governo do Pará para a CAMPA, no qual conta a ordem de alistar “o menor de nome Tiburcio, oferecido por seu protector, Bacharel Filipe José de Lima, a quem deveria ser entregue o premio de 100 mil réis, a que tem direito nos termos do Decreto nº 1591 de 14 de Abril de 1855” (Pará, 1877). Logo,

formou-se uma rede constituída por agentes públicos e privados para promoção do voluntariado e reforço do recrutamento. Além de homens adultos, essa rede se estendeu sobre a infância desvalida, muitos menores de idade foram entregues à Marinha e embarcaram nos vasos de guerra da Armada Imperial. Muitos desses menores eram entregues por seus **parentes, pais, mães, avós, tios** às autoridades navais, mas também muitos eram entregues por abrigos de órfãos e tutores, uma prática que joga muitas dúvidas sobre o caráter voluntário dessa forma de entrada para o serviço militar na Marinha (Santos, 2022, p. 50).

Esses particulares atuavam no primeiro ingresso direto das crianças. Mas, também havia a possibilidade das autoridades locais atuarem na apreensão de capturados, geralmente eram aprendizes marinheiros desertores. As fugas “como prática de resistência que desafiavam o mecanismo de recrutamento durante o século XIX” (Santos, 2022, p. 128), eram considerados de “fora da lei”, dessa forma, os meninos caçados e capturados poderiam ser devolvidos aos quartéis da Marinha.

Vale ressaltar que essas possibilidades de entradas de crianças nas companhias variavam entre si, como no caso da Companhia de Aprendizes Marinheiros da Província do Piauí, por exemplo, possuiu mais alistamentos por meio de indicação dos pais e responsáveis, que alguns menores, como os voluntários, poderiam ter acesso à escola, mas, para outros, uma

⁴² Ou seja, crianças abandonadas nas rodas dos expostos, abandono ocorria por diversos motivos como a pobreza, a ilegitimidade, crianças gêmeas ou doentes, além de servir como possibilidade para as mães cativas livrarem os filhos da escravidão. Essa prática originária da Europa adentrou o Brasil por meio da colonização.

imposição de suas próprias condições sociais, como os enviados pela polícia. Para a instituição, ambos eram trabalhadores para os serviços da Armada (Silva, 2003).

No Rio Grande do Norte, o alistamento voluntário e o alistamento forçado eram praticados pelos delegados das províncias e pelos juízes de órfãos no processo de recrutamento para as Companhias. Apesar dessas ocorrências, muitos pais ou responsáveis com recursos financeiros limitados, que não tinham condições suficientes para proporcionar uma educação aos seus filhos, prefeririam optar por “ver seus filhos perecerem nas trevas e na mendicância, que sujeitá-los à educação oferecida pelo estado ou vê-los seguir a carreira ‘honrosa’ nas forças armadas” (Francisco, 2018, p. 44). Isso, porque talvez, ao recrutar os menores aprendizes para realizar as tarefas em um navio na função de aprendizes marinheiros, a Marinha tivesse como intenção que essas embarcações funcionassem “como uma espécie de quartel/presídio responsável por reunir aqueles considerados ‘anormais’ à decência da cidade. Um espaço para adestramento de seus corpos, suas condutas, seus pensamentos” (Francisco, 2018, p. 60), no qual os menores eram “moldados” por meio da moralização.

Marques e Pandini (2004) analisam a singularidade paranaense em relação aos aprendizes marinheiros e suas formas de recrutamento para ingresso na Companhia, razão por que compreendem que a educação dos aprendizes era realizada no nível elementar e profissional, enquanto as limitações impostas ao aprendizado de um ofício apresentavam várias condições adversas relacionadas à sobrevivência destes meninos, que eram considerados feios, sujos e malvados por aqueles que os recrutavam.

Na Companhia do Paraná, a entrada dos meninos pela prática do recrutamento forçado era justificada, pelos juízes de órfãos e delegados de polícia, como oportunidade de melhores condições de vida e boa formação a serem oferecidas às crianças das classes desfavorecidas. Os menores desprovidos de condições salutaras eram vistos como empecilho para o Estado, sendo assim encaminhados ao quartel da Marinha, no qual se garantiria a sua “salvação” por meio da educação voltada para o trabalho.

A Marinha não só deu assistência a diversas crianças pobres e desamparadas, como também estas formavam o quadro funcional da instituição. Embora se tenha voluntários sem prêmio e os contratados a prêmio, ambos se mesclavam com os voluntários como um todo, um paradoxo como ação para construir na sociedade uma boa imagem em relação ao alistamento para a Armada. Sobre isto, era necessário o incentivo ao engajamento voluntário para servir à Armada. Dessa forma, foi preciso oferecer vantagens que, superasse a imagem negativa do serviço militar perante a sociedade imperial (Santos, 2022). Em virtude disso,

... uma das medidas adotadas foi a oferta de prêmios pagos aos próprios voluntários e, ainda, àqueles envolvidos na promoção do voluntariado e pela captura e entrega de recrutas. [...] Portanto, diante desses atrativos, não é difícil imaginar como essas gratificações e prêmios aumentavam os ânimos e acirravam a ânsia por homens disponíveis para o recrutamento (Santos, 2022, p. 49).

Era questionável o processo nomeado de voluntário nas Forças Armadas, mesmo com os atrativos monetários algumas medidas compulsórias ainda ocorriam, principalmente quando os civis ou autoridades se empenhavam em prol de suas recompensas por cada recruta apresentado e apto ao serviço da Marinha.

Ainda a cerca da Tabela 1, na segunda parte, referente às formas de saída⁴³ que aconteciam na Instituição. As baixas eram em casos de incapacitação na continuação dos meninos na instituição formativa, geralmente após uma inspeção médica, ou, quando um dos responsáveis legais requeria a guarda dos menores, que foram sequestrados de suas casas. Como registro disto na CAMPA, houve a ocorrência na enfermaria do Quartel, do aprendiz marinho Angelo encontrasse impossibilitado de exercer atividade ou serviço, pois estava com Malária, além de sintomas graves de desarranjos gástricos e hepáticos. Com base na fonte, já haviam tomado as medidas cabíveis para recuperar sua saúde, no entanto nada resultava. Logo, o parecer do Encarregado da Enfermaria da Marinha, Antonio José Pinheiro Tupinamba, foi declarada a dispensa do menino Angelo, o mesmo seguiria para ser entregue a sua família, para ter a saúde reestabelecida (Pará, 1870).

Assim como o aprendiz marinho Angelo, muitos outros adoeceram durante o percurso formativo na Instituição; foram desligados e tiveram a oportunidade de regressarem para suas famílias, se as tivessem; alguns doentes foram a óbito, que era a forma mais radical de perder o vínculo com o alistamento na Armada.

No tocante as moléstias diagnosticadas nos aprendizes marinheiros em seus percursos de formação na CAMPA conseguiram catalogar e identificar algumas expressões como – “sofre de tubercubiação pulmonar”, “leucoma no olho”, “hepatite chronica”, “lezão cardiaca”, “pihtysica pulmonar no 3º periodo” (tuberculose avançada), “ataques epilepdiformes”, “aslhma ligada a padecimento cardiaco” e “febre intermitente”, esse conjunto de sintomatologias e doenças foram detectadas na inspeção de saúde dos meninos, que nesses casos foram desligados e outros que faleceram pelo agravamento dessas e tantas outras doenças adquiridas enquanto estavam aquartelados na Companhia. Com efeito, podemos

⁴³ Baixa por inspeção de saúde, por ordem do presidente da província, remetidos para o Quartel Central no Rio de Janeiro, aprendizes que eram passados para navio, os que se ausentavam e os que faleceram e os que eram transferidos para a Companhia de Artífices [Instituição destinada às oficinas no interior dos arsenais de Marinha do Pará, fundada em 1871].

presumir que as recorrentes situações epidêmicas tinham um impacto no desenvolvimento da formação escolar e instrução dos meninos aquartelados na CAMPA, oportunizando uma assiduidade na enfermaria do quartel do que nas aulas.

Outro fato determinante sobre a saúde dos meninos refere-se à alimentação na instituição. Essa variável implicava juntamente com epidemias, ou não. Sobre esse assunto da nutrição dos internos, que em alguns casos eram punidos com a privação de uma das refeições ou parte dela. O que expressava ser uma punição de atitude bárbara “em face da sociedade, é um verdadeiro assassino perante as leis higienicas” (Damasceno; Pantoja; Miranda, 2021, p. 15). A Companhia adotava a política de castigo enunciada para controle das insubordinações dos meninos, como “prisão simples, solitária, a privação temporaria de parte da ração, e guardas ou sentinellas dobradas serão os castigos applicados aos Aprendizes Marinheiros” (Brasil, 1855).

A disciplina e a moralidade eram preservadas na CAMPA (Pará, 1870) o que resultava na aplicação das punições, principalmente os aplicados ao corpo, eram instrumentos de manutenção de disciplina na CAMPA, por consequentemente na Marinha, logo tinha um “efeito disciplinar global” – aparentemente mantinha a tripulação disciplinada (Castro, 2013).

As motivações das punições eram após captura de deserção, insubordinação, embriaguez, prática de atos imorais, etc. Pierre Castro (2013) salientou que nos registros de baixas aos hospitais de oficiais marinheiros ocorriam após aplicação de castigos corporais, pela aplicação de chibatadas, em consideração “que estes castigos corporais poderiam agravar um estado de saúde debilitado por alguma doença que ainda não tinha apresentado seus sintomas” (Castro, 2013, p. 247).

Ainda sobre as baixas, outro registro do Quartel da Companhia de Aprendizes Marinheiros do Pará, abordo do Brigue Maranhão de 1872, que consta a baixa pelo governo provincial por requerimento de um familiar e situação de transferência para o Corpo Central da Marinha, foi o episódio do

Cumprindo me, segundo a ordem de V.S^a de hontem de tarde, informar o ... que Bebiano Josafa Silverio, dirigio á Presidencia da Provincia, pedindo para que seu filho de nome José Angelo, que se acha com praça nesta Companhia, seja desligado por ter sido alistado ele no poder em 8 de Março de 1869 e por ser elles quem ajudava a manter se tenho a ... que o referido Aprendiz Mar.^o veio remettido pela Presidencia da Provincia em 8 de Março de 1869 foi ter praça nesta Comp.^a, tendo sido, para esse fim, aproveitado por sua ..., e que 3 do corrente tendo elle satisfeito ao ... pelo Regulamento desta Companhia, foi della desligado e passado por o Vapor Ipiranga afim de ser transportado para o Corpo Central (Pará, 1872).

Esse pai solicitou ao presidente da província, a baixa do aprendiz marinho Jose Angelo após três anos do mesmo ter sido admitido na CAMPA, logo esse tempo já habilita o referido aprendiz em ser transferido à Corte para continuação de sua formação naval. Possivelmente esse requerimento era uma ação familiar para evitar outra separação do filho, no caso geográfica, já que ele iria para o Rio de Janeiro. Esse ofício foi datado de 06 de agosto de 1872 e, segundo outras fontes analisadas, a data da transferência de dois aprendizes marinhos ao Rio de Janeiro foi datado em 03 de agosto, no Vapor Ypiranga, poucos dias antes da petição de desligamento.

Outra questão era a transferência de aprendizes entre as instituições localizadas no Arsenal de Marinha. Alguns meninos eram remetidos para a CAMPA, mas após a verificação médica eram indicados para serem admitidos na Companhia de Artífices, ou vice-versa. Na primeira situação, tal acontecimento recaiu sobre o menor Fernando que se achava na enfermaria em observação e posteriormente, foi inspecionado e os médicos, Antonio José Pinheiro Tupinambá e Friderico Hermetó Pereira Lima, afirmaram ao expressarem: “não o achamos apto para Marinheiro o julgamos proprio o serviço da Companhia de Artífices, com tanto que o destinem a um officio que não exija muita locomoção” (Pará, 1872).

Assim como na segunda situação, “o aprendiz, artifices Manuel Joaquim, que se deo, ao vicio da embriaguez e [...], recommendo, a V.S^a que o transfira para a Companhia de Aprendizes Marinheiros” (Pará, 1877). Outro caso similar foi transferência por “actos de insubordinação praticados pelo aprendiz artifice Cornelio Bezerra de Figueiredo, recommendo a V.S^a que, a bem da disciplina e moralidade da referida Companhia [...] transfira o mencionado Artífice para a Companhia de Aprendizes Marinheiros” (Pará, 1877), para esse artífice a última opção era a formação militar disciplinadora e coercitiva da CAMPA, que tornava em um ato punitivo pela correção das indisciplinas dos rapazes.

2.3.4 Do norte ao sul: A transitoriedade dos aprendizes marinhos

Da província do Grão-Pará à Corte no Rio de Janeiro, esse era o trajeto a que os meninos da CAMPA estavam destinados após três anos de formação ou após captura de fuga. Tratava-se de duas possibilidades distintas que levavam ao mesmo ponto – o Corpo Central da Marinha. Os aprendizes marinhos deixavam – ou eram obrigados a se desprender de – sua localidade, a vivência em família, suas vidas etc., para se enquadrarem em um novo contexto social.

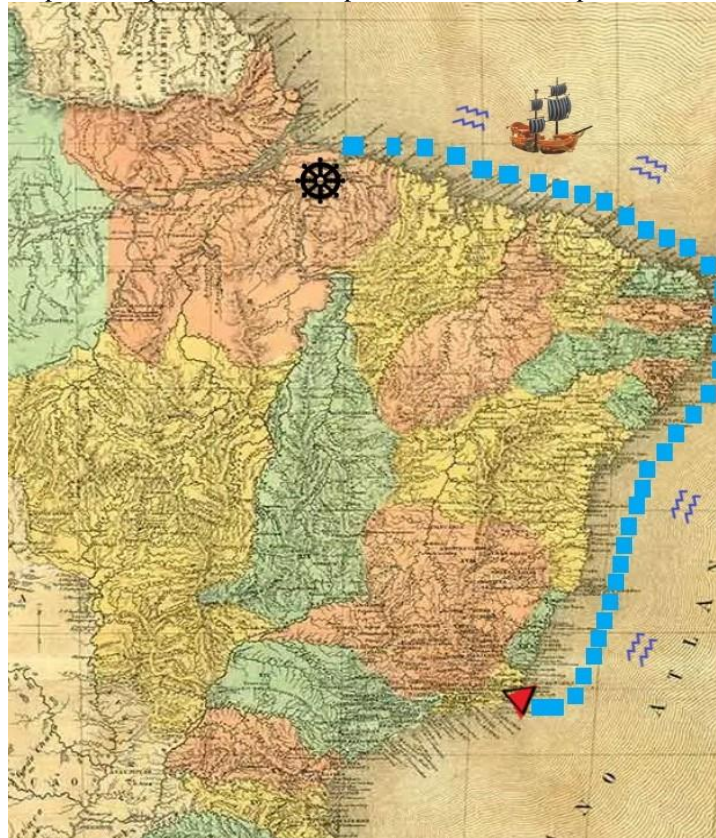
O Corpo Central da Marinha sediado no Rio de Janeiro, que durante o século XIX era a principal cidade portuária do Império, ficando conhecida como a “cidade de marinheiros” (Jeha, 2015). Título esse também em razão de ter recebido diversos recrutas e aprendizes marinheiros de todo o Império para a composição da frota, muitos destes homens e jovens, a maioria vinda das províncias do Norte.

A Corte do Império brasileiro

... foi tanto uma força centrípeta quanto centrífuga de recrutas. Homens de toda a parte eram enviados à capital do Império e, dali, realocados em outras províncias. Se, por um lado, o Estado criou esse processo de migração forçada, por outro, esse trânsito de pessoas gerou redes de informações incontroláveis (Jeha, 2011, p. 126).

De igual modo, essa migração acontecia entre os meninos recrutados pela CAMPA para irem ao Corpo Central. O Regulamento da CAMPA instituía o tempo de serviço dos aprendizes marinheiros quando alcançassem a idade de 16 anos ou completassem três anos de formação na CAMPA. Com as missões em viagens e cruzeiros estabelecidas, eram enviados para a Capital do Império, onde continuariam a educação militar e náutica (Brasil, 1855). Por sua vez, a continuação desta formação mais uma vez separava esses meninos de suas famílias, fosse no quartel Arsenal da Marinha do Pará ou no Quartel Central no Rio de Janeiro.

Mapa 2 - Mapa de 1872 com o percurso PA-RJ dos aprendizes



Fonte: Biblioteca Senado, com adaptações da autora.

Tal percurso era feito em navio cargueiro, numa viagem que durava em torno de 7 a 11 dias, caso a velocidade média fosse de 13 nós. Com base nas informações contidas nas fontes históricas, identificamos algumas datas e os nomes das embarcações responsáveis pela condução dos meninos da CAMPA para o Rio de Janeiro.

Quadro 2 - Datas dos embarques para o Rio de Janeiro

DATA	EMBARCAÇÕES	Nº APRENDIZES
18 ago. 1870	Vapor Amos	01
31 dez. 1870	Vapor Tocantins	02
17 out. 1871	Vapor Cruzeiro do Sul	01
03 ago. 1872	Vapor Ypiranga	02
02 abr. 1874	Corveta Vital de Oliveira	10
16 ago. 1874	Vapor Pará	01
12 out. 1875	Paquete Bahia	22
Não identificada	Não identificada	10
TOTAL de aprendizes que partiram		49

Fonte: Elaborado pela autora.

Ocasões como essas, em que se reunia um coletivo, ou apenas um ou dois aprendizes, em determinada data para o remanejamento de instituições entre Pará e Rio de Janeiro, possivelmente ocorriam para inibir as deserções dos aprendizes, logo, indica um alto índice de fuga dos meninos e jovens, no período que antecedia essa transição de companhias, eram geralmente por descontentamentos com os mestres e/ou oficiais superiores, o que os impulsionava a desistirem da vida no mar.

Aos que seguiam o fluxo da transferência, esses tinham as passagens e demais custos cedidas pela presidência da província do Pará ou entrava para as despesas do Ministério da Marinha (Pará, 1870 [1875], notação 41). Geralmente, as passagens dos meninos eram situadas na proa⁴⁴ da embarcação, possivelmente eram passagens mais baratas da época.

Em suma, a CAMPA deve um percurso de 30 anos de história como instância de ensino da Marinha na província do Pará, entre 1855 a 1885, formou e conduziu muitas

⁴⁴ Parte frontal do navio, na qual se sente de forma intensa a movimentação da embarcação.

crianças e jovens ao oficialato⁴⁵ de marinheiro, a outros foram oportunizados o letramento e, outros que decidiram seguir um caminho diferente do proposto pelo ofício de aprendiz de marinheiro. Diante disso, no que concerne as experiências formativas e como se deram pelos embates nas relações profissionais com os diferentes sujeitos que compunham a Instituição Educativa.

⁴⁵ Militar das Forças Armadas.

3 AS CRIANÇAS “DE COR”: APRENDIZES MARINHEIROS A BORDO

Esta seção procura tratar do perfil da infância na Amazônia - crianças “de cor” - jovens recrutas e futuros marujos, da Armada Nacional e Imperial do Brasil, ao definir o grupo-alvo a partir da dinâmica do mesmo com o processo de educação ofertado. Logo, buscamos compreender como estes estavam inseridos e relacionados, enquanto grupo selecionado, como o processo educativo na CAMPA, sobretudo, por terem sofrido com as práticas disciplinares de modo rigoroso e também insurreição as autoridades da instituição, durante o final do século XIX, mais especificamente entre 1870 e 1877.

Nossa compreensão partiu das narrativas, o desconhecido aqui seriam os testemunhos indiretos, narrativas por outrem, que “nas pesquisas de Ginzburg leva à busca por outros documentos históricos, por outras associações que possibilitem observar o sujeito de diferentes miradas, dado que os sujeitos já não vivem no mesmo tempo do pesquisador” (Leandro; Passos, 2021, p. 10). A partir dos ofícios e dos livros de socorro da CAMPA, dispõem de registros com o nome dos aprendizes marinheiros⁴⁶, a descrição de cor/raça, tipo de cabelo, a idade, o registro de filiação e, por último, as origens geográficas dos meninos recrutados para a formação naval. Essas peculiaridades do perfil dos meninos se confluem com as questões referentes à disciplina, castigos corporais e trabalho, resistências, fugas, entre outros.

3.1 Identificação de um perfil coletivo da infância na Amazônia: As crianças recrutadas na CAMPA

No Brasil, após a independência, foram demasiadamente acentuadas as “práticas legais baseadas em distinções de cor e de raça, mas também pela presença demograficamente expressiva, e mesmo majoritária, de negros e mestiços livres, antes da Abolição” (Castro, 2013, p. 31). Esse processo resultou nos debates sobre as questões raciais e instrução nos censos populacionais do século XIX.

Durante o Império, a classificação de raça/cor preta foi utilizada para designar pessoas africanas, negras e crioulas. A denominação “parda” caracterizava o cruzamento da raça africana com outras raças. Já a designação cabocla deveria ser compreendida como raça indígena ou, ainda, como a mistura entre brancos e indígenas (Gouvêa; Xavier, 2013, p. 105).

⁴⁶ Principalmente, dos que foram possíveis catalogar para este estudo.

As nuances de classificação de cor e raças remetem ao processo de mestiçagem, que representava uma forma de relativização quanto à origem do cativo e constituição da população brasileira, inclusive na província do Grão-Pará. De acordo com o Censo imperial (Brasil, 1872), a população paraense se caracterizava pela condição “livre ou escrava”, sendo a primeira condição distribuída pela cor/raça branca, parda, preta e cabocla, e os inseridos na segunda condição, identificados como pardos e pretos; ambas as condições totalizavam mais de 275 mil habitantes. Deste contingente populacional, se englobarmos todos os descritos como caboclos, pardos e pretos, em ambas as condições, chegamos ao percentual de 66,35% de uma população “de cor” no Pará (Brasil, 1872).

Apesar de o Censo ter apresentado diversas dificuldades e problemas, como o estigma racial de uma sociedade ainda sob a escravidão, cuja declaração era realizada pelo chefe de família, que se referia a si mesmo e aos familiares como brancos quando eram pardos, ou como pardos quando eram pretos. Outras questões “foram a falta de resposta de algumas poucas paróquias, que nunca devolveram os formulários, e a impossibilidade de recensear certos povos indígenas e ribeirinhos que viviam nas matas do Amazonas e do Pará, que precisaram ser estimados” (Brasil, 2022).

Assim, se considerarmos as implicações mencionadas, o levantamento dos paraenses englobaria mais sujeitos de cor, já que estes que foram negligenciados e com estimativa fora da realidade, o que nos leva a presumir que esta população era significativamente maior do que foi contabilizada em 1872.

Sobre esta perspectiva, o intelectual paraense Vicente Salles (1971) abordou a dificuldade de estudos referentes à divisão e classificação da população amazônica segundo suas características étnicas, pois o que era apresentado era genérico e marcado por ambiguidades. Ademais, no século XIX, Antônio Ladislau Monteiro Baena⁴⁷ levava em consideração a heterogeneidade da população no Pará, que era “mesclada de homens brancos, de pretos, de indianos, de pardos, de mameluco, de curibocas⁴⁸, e de cafuzos” (Baena, 2004, p. 21-22).

Atentando-nos a essa descrição complexa sobre o processo de mestiçagem da população de cor, teremos a mestiçagem sob distintos ângulos – discursivo/ideológico, experiencial/subjetivo, e epistêmico – que, na prática, são indissociáveis. O primeiro,

⁴⁷ Antônio Ladislau Monteiro Baena (Lisboa, 1782-1850) foi militar, geógrafo e historiador português. Escreveu o Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará, em 1839.

⁴⁸ Termo sinônimo de caboclo.

ideológico ou discursivo, era um preâmbulo da organização da sociedade em raças e etnias, e de como tal processo torna todos os não-brancos em mestiços. Em vista disso,

parte do projeto nacional, a mestiçagem ideológica marginaliza negros e indígenas, minimiza ou nega o racismo estrutural legado pela colonização europeia e a violência perpetrada contra os povos de cor, enquanto valoriza a branquitude como parâmetro e saída civilizatória para a nação (Merlo, 2023, p. 103).

Como segunda perspectiva, temos então a experiencial ou subjetiva, com ênfase “na experiência de viver nessa zona transitória e no conseqüente desenvolvimento de uma consciência mestiça capaz de acomodar a contraditoriedade que frequentemente emerge da mestiçagem” (Merlo, 2023, p. 104). Já a terceira perspectiva é epistêmica, enquanto fundamento conceitual do pensamento histórico no Brasil, que produz sempre a diferença.

Por esse motivo, “A mestiçagem, como categoria analítica, é provavelmente o primeiro conceito a articular o sentimento de dialética, ou dualidade estrutural, da história brasileira” (Merlo, 2023, p. 114). Logo, este mestiço “não é o branco nem o não-branco, o negro nem o não-negro, o indígena nem o não-indígena; ele é ambos e nenhum” (Merlo, 2023, p. 115). Em síntese, a mestiçagem como processo que define o Brasil em algo indefinido. Essa perspectiva chegava à Marinha durante o Império brasileiro, cujo contingente contava com uma

tripulação majoritariamente estrangeira e branca, especialmente europeia, para encetar sua participação no Atlântico. Aos poucos, no continente, foram recrutados homens mestiços, pretos, caboclos e brancos. A face escura marítima dos brasileiros também informou ao mundo a nossa condição mestiça, negra e indígena, vista como inferior em um tempo em que as teorias racistas brotavam em todas as margens dos oceanos (Jeha, 2011, p. 146).

As características da tripulação nos navios das primeiras décadas da Armada Nacional mantiveram a tradição de tripulações miseráveis, multinacionais, multiétnicas e multirregionais das marinhas da Europa (Jeha, 2011). Entretanto, as Companhias de Aprendizes Marinheiros fixadas pelo litoral do país oficializaram o recrutamento de meninos em “tenra idade” como processo de formação naval para constituição de sua tripulação com caráter mais nacional. Na província do Pará, as crianças recrutadas na CAMPA também apresentavam aspectos multirraciais e heterogêneos em seu interior.

Quadro 3 - Lista nominal de meninos “de cor” (1870-1877)

NOMES	COR	NOMES	COR
Constantino Aleixo Antonio	Caboclo	Joaquim	Moreno

Licínio Travassos Gomes	Preto	Manoel Bento Ribeiro Sumagueiro	Caboclo
José Vicente	Carafuz	Clarindo Rodrigues Chaves	Caboclo
Victorino Rodrigues dos Santos	Caboclo	Manoel Francisco Rodrigues	Caboclo
Manoel Avelino dos Santos	Caboclo	Cyrillo Antonio dos Reis	Carafuz
Manoel Francisco	Caboclo	Manoel José da Conceição	Caboclo
Manoel Lourenço da Cruz	Caboclo	Alfredo Guimarães	Moreno
Sebastião dos Santos	Caboclo	Manoel Vieira	Caboclo
Manoel Pedro Castillo	Caboclo	Francisco Rodrigues Vianna	Moreno
Felippe Antonio de Araujo	Caboclo	Raymundo	Pardo
Vicente de Paula	Branco moreno	Manoel Theotônio Cordovil	Caboclo
Agostinho Jose	Caboclo	Odorico d'Oliveira Pantoja	Caboclo
João Coutinho	Caboclo	Hygino Guajará	Caboclo
Francisco Frutuoso	Preto	Manoel Pereira Vieira	Caboclo
Emiliano Antonio D' Assumpção	Caboclo	Francisco José Dias	Pardo
Francellino Jose Teixeira	Caboclo	Romão Moreira	Caboclo
Felizardo Monteiro da Silva	Caboclo	Francisco de Souza Pimentel	Caboclo
Pedro Antonio Maximo	Fulla ⁴⁹	Camillo Coutinho Cardozo	Caboclo
Agustinho Antonio Monteiro	Caboclo	João da Silva	Pardo
João Antonio	Caboclo	Manoel Olympio de Almeida	Caboclo
Joaquim Constantino	Caboclo	José Pedro	Caboclo
Jose Antonio da Costa	Caboclo	Joaquim Clarindo da Trindade / Souza*	Caboclo
Alessandro de Rozario	Caboclo	Jesuino Guamá	Carafuz caboclo**
Bento de Amaral	Caboclo	Belmiro José de Lima	Caboclo
Elisbão Antonio Nogueira	Caboclo	Evaristo José da Cunha	Preto
Francisco Rodrigues Vieira	Moreno	José Antonio	Caboclo
Firmino de Lima da Conceição	Caboclo	José Angelo	Caboclo
Manoel José Antonio	Caboclo	Virgolino Ferreira	Caboclo
Jacinto das Neves	Preto	Elias de Santana	Pardo
Justino de Oliveira	Caboclo	Lucas Gomes Balieiro	Caboclo
João Felício Damasceno	Fula	Manoel Antonio	Caboclo

⁴⁹ Termo designado ao mulato cuja cor da pele tende para o amarelado.

Camilo José	Caboclo	Feliz Cursino	Caboclo
Manoel dos Santos Barreto	Moreno	Antonio Collares	Caboclo
Raymundo Alves	Caboclo	Manoel Jose Vicente	Preto
Henrique dos Anjos	Morena	João Thomaz da Silva	Moreno
Antonio Ayres	Caboclo	Alfredo de Amaral	Moreno
Hermenegildo	Caboclo	Manoel Antonio da Costa	Caboclo
Ricardo da Paixão Ferreira	Carafuz	Manoel Pereira de Souza	Caboclo
Ezequiel Antonio Pio	Pardo	Norberto Affonso	Caboclo
Zeferino Antonio	Carafuz	Manoel Angelo	Carafuz
João Pedro	Caboclo	Claudino Antonio Souza	Caboclo
Tertuliano José	Caboclo	Luiz Antonio do Espírito Santo	Carafuz
Domingos de Bragança	Caboclo	Adrianno Thomaz	Preto
Marcello	Preto	Jose Antonio Francisco de Oliveira	Carafuz
Fidelis Antonio da Cunha	Caboclo	Torquate José da Silva	Caboclo
Manoel Domingues da Silva	Pardo	Gregorio Ferreira Dias	Moreno
Victorio José de Freitas	Caboclo	Agostinho de Souza	Caboclo
Ponciano Cameté	Caboclo	Gregorio Nunes Collares	Caboclo
José	Caboclo	Manoel Rodrigues de Souza	Caboclo
Luiz Antonio	Caboclo	Malaquias Balieiro de C...	Caboclo
Pedro Baptista de Alcantara	Pardo	Manoel Pinto de Oliveira	Caboclo
João José Baptista	Caboclo	José Gomes de Freitas	Caboclo
Eufrazio Antonio Rodrigues	Caboclo	Joaquim Florencio	Pardo
João Emilio da Cruz	Preto	Marcos José da Silva	Caboclo
Alfredo Antonio dos Santos Leal	Preto	Justino Antonio Vilhena	Pardo
Guintiliano Victorino de Lemos	Caboclo	Bento Francisco Cardoso	Caboclo
Innocencio	Caboclo	Candido Antonio Tavares	Caboclo
Vicente Antonio Ferreira	Carafuz	Honorato Antonio da Silva	Caboclo
Egydio Antonio Gil	Caboclo	Manoel Claudomiro de Souza Portal	Branco
Antonio Joaquim do Valle	Branco	-	-

Fonte: Elaborado pela autora com base nas fontes do APEP e Arquivo da Marinha.

*Variação do nome de aprendiz marinho em diferentes fontes.

**Variações das cores são encontradas nos registros do mesmo aprendiz marinho nas fontes históricas.

No Quadro 3, percebe-se a diversidade nas denominações que correspondem à cor dos meninos nos registros, as quais algumas refletem a dificuldade de classificar os meninos paraenses, ora ditos como caboclos, ora carafuz⁵⁰, e o que era reconhecido por branco moreno; nem tão branco nem pardo. Inicialmente, precisamos compreender como a expressão “de cor” foi utilizada pela Marinha, durante o século XIX, na classificação de recrutas nacionais e estrangeiros, ao mesmo tempo em que a referência “de cor” recaiu mais usualmente entre os nacionais denominados de caboclos, pretos e pardos.

Os dados encontrados são os seguintes:

Tabela 2 - Cores dos aprendizes marinheiros da CAMPA (1870-1877)

Raça/cor	Nº de identificados	Porcentagem (%)
Cabocla	78	65,54%
Parda e outros mestiços ⁵¹	30	25,22%
Preta	09	7,56%
Branco	02	1,68%
Total	119	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base nas fontes do APEP e Arquivo da Marinha.

Tendo em vista os dados apresentados na Tabela 2, o que chama a atenção é o quantitativo significativo de meninos identificados como caboclo (78), em detrimento das demais nomenclaturas utilizadas para a classificação na documentação, que posicionaram em segundo lugar um volume de 30 aprendizes marinheiros descritos com cor parda e entre as nuances de mestiços correspondendo a 25,22%. Fica explícita a diversidade nas denominações que correspondiam à cor dos meninos nos registros, o que revela uma conotação racializada encontrada nos livros de socorros e ofícios dos comandantes da CAMPA.

Na mesma perspectiva, percebeu-se que a “classificação dos brancos que, apesar da classificação centrada na cor, representa uma dimensão que tem um nível racial preciso no imaginário social brasileiro” (Fonseca, 2005, p. 102), Logo corresponde a complexidade nos leva a um questionamento acerca de como a expressão “de cor” foi utilizada pela Marinha brasileira durante o século XIX (Jeha, 2011), sobretudo, na classificação de recrutas nacionais e estrangeiros, ao mesmo tempo em que a referência “de cor” recaiu mais usualmente sobre os nacionais denominados de caboclos, pretos e pardos.

⁵⁰ Termo usado na província do Pará para mestiço de negro e indígena, o mesmo que cafuzo.

⁵¹ Junção das nomenclaturas mestiças: carafuza, morena, fula, branco moreno.

Como já foi mencionada, a necessidade de nacionalização brasileira da tripulação da Armada em detrimento dos estrangeiros marinheiros; que, entre 1820 e 1840, era a maioria. Mas após os efetivos alistamentos nas companhias de aprendizes marinheiros, a Marinha começou a caracterização de seus marujos com naturalidade brasileira a partir da segunda metade do século XIX. Com base nessa amostragem dos aprendizes marinheiros, a CAMPA corporificou essa singularidade na Armada com o envio de meninos caboclos, pardos e pretos.

Logo, os que eram declarados como caboclos representavam uma ambiguidade de *status* racial e também se confirmava que tinham a

procedência indígena, que facilmente poderia ser classificado de pardo na Marinha. Ao longo dos séculos XIX e XX, chamar uma grande parte dos afro-descendentes, assim como indígenas e seus descendentes de pardos foi uma tendência crescente. Se, por um lado, escravos pretos poderiam tornar-se pardos quando libertos, indígenas eram transformados em pardos, para serem escravizados, ou caboclos, para serem incorporados à sociedade nacional (Jeha, 2011, p. 156-157).

A origem indígena na composição das Forças Armadas, principalmente dos reconhecidos neste universo de caboclos, era uma tradição colonial das Américas durante o século XIX, a qual “consistia em que o recrutamento estava na agenda do processo civilizatório. A inserção dos índios na ‘sociedade nacional’ podia e devia ser feita por meio do trabalho” (Jeha, 2011, p. 159). Essa corporação era provida pelas províncias de São Paulo, do Pará e do Espírito Santo, pois possuíam um grande número de indígenas e seus descendentes exerciam diversos tipos de trabalho, às vezes remunerado, às vezes forçado e, às vezes, escravizados (Jeha, 2011).

Em relato de viagem, de Daniel Parish Kidder⁵², do século XIX em suas incursões nas províncias do Norte do Império brasileiro, em especial na província do Pará. Ele registrou sua visão estrangeira sobre a população local, dizendo

Quando se entra no Pará, nota-se imediatamente a aparência peculiar do povo. Os descendentes de portugueses e de africanos não diferem dos de qualquer outra parte, mas são aqui muito numerosos; predomina a raça indígena. De fato, encontra-se, em Belém, desde o índio puro até as mais variadas formas de mestiçagem com pretos e brancos. Ocupam esses mestiços todas as posições sociais: o comércio, as artes manuais, a marinha, a milícia, o sacerdócio e o eito” (Kidder, 2008, p. 208)

Esse relato afirma tal procedência da população paraense ser majoritariamente cabocla, de descendência indígena. O missionário ainda notou que essa presença era mais expressiva no “serviço do exército e da marinha; e curioso e às vezes até mesmo cômico é o

⁵² Daniel Parish Kidder (1815-1891) foi um missionário metodista norte-americano. Esteve no Brasil em duas oportunidades (1836-1837 e 1840-1842). Kidder escreveu o livro *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil*, publicado em 1845.

processo pelo qual ensinam a esses filhos das selvas as atitudes rígidas da disciplina militar” (Kidder, 2008, p. 208), já que não vigorava a escravidão dos povos originários⁵³. Fato esse, que ratifica da maioria de aprendizes marinheiros “de cor” terem origem cabocla nos registros da CAMPA, juntamente com os pardos e pretos.

Entretanto, a partir da subclassificação das crianças mestiças recrutadas na Instituição – como é o caso do aparecimento de outros termos, como carafuz, moreno, fula⁵⁴ e branco moreno –, bem como de menções do Ministro da Marinha sobre o Pará, percebemos como essa província foi a que mais designou recrutas à Marinha, bem antes da instalação de uma companhia (Brasil, 1853). Logo,

A Marinha de Guerra, em consonância com leis do Império, promoveu o recrutamento de indígenas dentro do processo civilizatório característico do século XIX. Expedições de recrutamento foram realizadas em províncias como Espírito Santo e Pará. Esses indivíduos eram muitas vezes referidos como índios na correspondência que os acompanhava de suas províncias natais e se transformavam em caboclos nos registros da Armada (Jeha, 2015, p. 87).

Outro item significativo é o termo pardo, que é uma palavra polissêmica e “poderia significar negro forro, indígenas e mestiços de variadas origens” (Jeha, 2011, p. 152), bem como também incluía outros mestiços, a saber: “morenos, pardos-escuros, pardos-claros, pardos-brancos, escuros, cabras, cafuzos, trigos, trigueiros, ‘quase preto’, ‘quase branco’” (Jeha, 2011, p. 152). Pois “todo escravo descendente de homem livre (branco) tornava-se pardo, bem como todo homem nascido livre que trouxesse a marca de sua ascendência africana” (Castro, 2013, p. 42), o que configura a qualificação de pardo como uma dupla classificação, racial e social. Por si só, essa articulação configurava possibilidades ao sujeito intitulado “pardo”, com a pretensão de distanciamento da condição social de cativo, diferentemente do que ocorreria com pretos e negros.

É baseado nesse indício que concordamos com a afirmação de Fonseca (2005) no que explicita que a “classificação a partir da cor denota também um determinado lugar que se ocupa, e possivelmente a escola constitui-se em um dos espaços de “promoção” neste complexo jogo de estratificação e hierarquia racial/social” (Fonseca, 2005, p. 105). Logo, a CAMPA, como espaço educacional, racializava as relações com os aprendizes marinheiros,

⁵³ O fim da escravidão indígena ocorreu em dois momentos, no ano de 1755, com uma lei válida apenas para as províncias do Grão-Pará e Maranhão, e somente em 1758, que a lei foi estendida para todo o Império.

⁵⁴ Ivana Lima afirma que o “termo poderia designar africanos originários da Guiné, ‘de cabelos encarapinhados e de cor mais ou menos baça’, ou ainda, no uso brasileiro, o ‘mestiço de negro e mulato, pardo’” (Lima, 2003, p. 124).

em especial crianças “de cor”; era a internalização da complexidade que era a sociedade da época, ao demonstrar a categorização racial como construção cultural na Marinha.

Para além da cor, havia outros elementos constituintes da identificação dos aprendizes marinheiros. Ao fazermos uma análise das descrições dos meninos recrutados, temos que

cabelo preto indica predominância de origem indígena. Explico: em relação ao “cabelo” todos os caboclos os têm preto, com exceção de alguns que têm cabelo corredio ou liso. Por sua vez, todos os homens pretos têm cabelos grenhos ou carapinhas. E, finalmente, os pardos têm cabelos carapinhos, grenhos e pretos, e os morenos, em geral, têm cabelos pretos (Jeha, 2011, p. 157).

Na CAMPA, os cabelos de todos os caboclos eram descritos predominantemente como corredios⁵⁵, ou seja, lisos, salvo os termos crespos⁵⁶, “próprios”, crespos-pretos, castanhos e ruivos (Pará, 1870-1876). Nota-se uma diversidade de texturas e cores dos cabelos dos meninos tidos como caboclos. Os meninos pretos tinham os cabelos descritos como crespos, carapinhas⁵⁷ e “próprios”; os pardos e os mestiços tinham os cabelos descritos com bastante diversificação, variando entre carapinhas, lisos, “próprios”, crespo, “anelo”/anelado⁵⁸ e grenho, dentre esses o distinto era os dos aprendizes considerados “brancos morenos” descritos como cabelos pretos; e finalmente, os “brancos” tinham cabelos descritos como “próprios” e “castanho”.

Em referência aos parâmetros relativos aos tipos de cabelos de marujos e marinheiros, Jeha (2011) explica que havia uma grande distinção entre os meninos paraenses, possivelmente, pela presença da mistura étnico-racial, predominantemente entre indígenas, descendentes africanos e brancos. O que se observa, em síntese, é como as características de cabelo estão intrinsecamente atreladas à descrição de cor, além da complexidade registrada em distintos documentos correspondentes ao século XIX.

Um outro aspecto importante a se mencionar na construção do perfil dos meninos “de cor” é a faixa etária a que eles pertenciam ao serem recrutados/admitidos na CAMPA.

Tabela 3 - Faixa etária de crianças “de cor” da CAMPA

Faixa etária	Cor / Nº de meninos	Total	Porcentagem (%)
- de 10 anos	Caboclo [09] e pardo/mestiço [01].	10	8,40%

⁵⁵ Corredio, sinônimo de liso, não encrespado, desembaraçado.

⁵⁶ Crespos são os cabelos que têm os fios que crescem em forma espiral, mas uma espiral com a curvatura mais larga.

⁵⁷ Carapinha (ou encarapinhado) seria o cabelo um pouco menos crespo, com os fios podendo variar entre espessura fina, média ou grossa.

⁵⁸ Cabelo no formato de conhecemos, hoje, como cacheado, ondulado.

10 a 13 anos	Caboclo [46], pardo/mestiço [19], preto [08] e branco [02].	77	64,70%
14 a 17 anos	Caboclo [23], pardo/mestiço [07] e preto [01].	31	26,05%
Não declarada	Pardo/mestiço [01].	01	0,84%

Fonte: Elaborado pela autora.

O contingente de aprendizes marinheiros analisados compreendia, majoritariamente, 64,70% do público-alvo no interior da Companhia, com a faixa etária de 10 a 13 anos; meninos de 14 a 17 anos representavam apenas 26,05%. Além disso, o documento determinava a admissão de meninos menores de 10 anos somente nos casos de estes apresentarem boa saúde e condição física.

A faixa etária, quanto menor fosse se constituía um dos aspectos da cultura marítima. Por muito tempo, a profissão naval requeria uma mentalidade de artesão (Elias, 2006) para o comando das embarcações, o que direcionava a iniciação da tripulação desde a tenra idade para a

vida no mar poderiam esperar dominar essa técnica. “Recrutá-los jovens” era um conhecido lema na antiga Marinha. Era normal que um jovem começasse sua futura carreira de oficial naval aos 9 ou 10 anos diretamente a bordo. [...] teria que se acostumar ao balanço do mar e superar o enjôo o mais rapidamente possível, mas também porque a arte de amarrar e dar nós em cordas, a maneira correta de subir ao mastro – segurando o ovém e não a enfechadura – e várias outras operações mais complicadas somente poderiam ser aprendidas com uma longa prática e exaustiva. Para se conhecer as embarcações a vela, tinha-se que trabalhar, ao menos por um tempo, com as próprias mãos (Elias, 2006, p. 91-92).

Nobert Elias (2006) também enfatiza como os “Marinheiros experientes, por sua vez, que aprenderam seu ofício da única forma possível, começando cedo como aprendizes, não eram considerados *gentleman*⁵⁹” (Elias, 2006, p. 93). Por consequência, essa distinção era oriunda do *status* social; isto é, se este fosse de origem humilde, era destinado ao rígido e duro treinamento desde cedo para marujo profissional, enquanto os de origem nobre ou próximos da Corte realizavam eventuais e poucos trabalhos como voluntários, logo conseguindo uma recomendação e sendo promovidos a tenente (Elias, 2006).

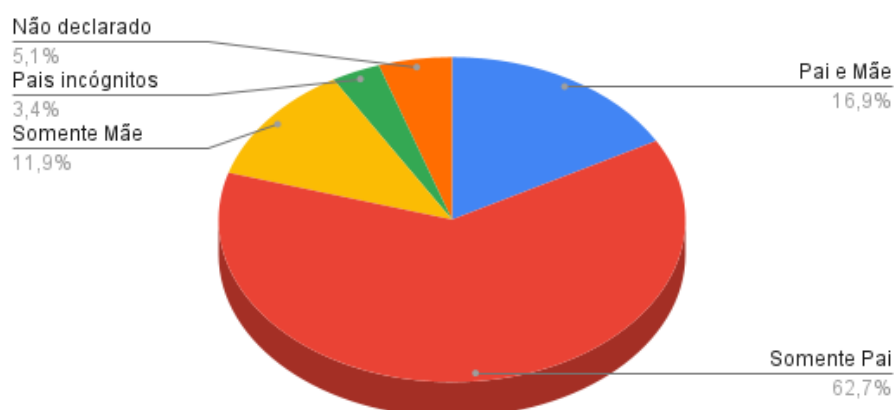
No que se refere à idade da tripulação adulta, a maior parte dos marinheiros tinham a média de trinta e 35 anos (Rodrigues, 2022), o que ressaltava o ingresso mais cedo dos meninos para o aproveitamento de sua juventude e conseqüentemente sua força para a

⁵⁹ Era o cavalheiro - *gentleman* – termo britânico de significado social muito restrito, durante os séculos XVII e XVIII: “Tratava-se, durante o período de formação da profissão naval, da marca distintiva dos homens da classe altas e algumas porções das classes médias, uma designação que o diferenciava do restante do povo (Elias, 2006, p. 92).

Armada. Logo, a cultura marítima era “uma cultura de homens jovens” (Rodrigues, 2022, p. 200), podendo ser no recrutamento de crianças ou no desenvolvimento das atividades nas embarcações e arsenais. Apesar da variável de mortalidade entre esses sujeitos, “homens do mar”, seja pelo rigor do trabalho marítimo, sejam pelas más condições do trabalho a bordo dos navios ou nos quartéis da Companhia, pela escassez de nutrientes na alimentação e doenças típicas da época, que resultavam em baixas nos hospitais e alguns casos óbito dos aprendizes marinheiros e oficiais.

Conforme Silva, “a nacionalidade, a idade, o corpo e a pobreza eram condições seletivas permanentes para o ingresso das crianças nessas instituições e definiam o perfil desses alunos” (Silva, 2019, p. 90). Em relação aos seus parentescos/filiações, foi possível destacar nos registros dos meninos a amostragem seguinte:

Gráfico 1 - Registro da filiação



Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação ao parentesco/filiação, foi possível perceber nos documentos a existência de um número significativo de registros que contavam apenas com o nome do pai, equivalente a 62,7%, o que pode indicar um apagamento da presença, ou decisão, da mãe no recrutamento do filho, nesse contexto. Em apenas 20 casos, que correspondem a 16,9% de registros, havia o nome do pai e da mãe. Em um deles, do aprendiz-marinheiro Bento Francisco Cardoso, mencionava-se que a mãe já era falecida. As situações de pais incógnitos, ou seja, desconhecidos ou não registrados nas fontes correspondem conjuntamente a 10 casos, que, somados, representavam 8,5%.

Podemos inferir que a presença masculina no registro se deu pela posse da tutela dos meninos desvalidos no período escravista e pela possibilidade de recebimento do prêmio de

100 mil réis por cada criança recrutada e alistada na CAMPA, tal qual estipulado em Regulamento (Brasil, 1855), o que ocasionou uma corrida para sequestro de crianças de suas famílias.

Sobre a origem geográfica dos meninos, analisados neste estudo, constatamos que a maioria era descrita como paraense (98,31%)⁶⁰. De forma significativa dos registros indicavam o Pará, salvo de alguns registros constavam, de modo específico, estas localidades do território da província.

Mapa 3 - Sinalização das origens geográficas dos meninos da CAMPA



Fonte: Arquivo Nacional (seção de mapas). Adaptações da autora com as informações das fontes.

① Identificador da possível localização no mapa.

O mapa 3 é um recorte específico do Mapa da Amazônia, organizado em 1870 pela *Amazon Steam Navigation Company Limited* (ASNCL) e completado em 1893 por Luiz

⁶⁰ Com base nas fontes identifiquei apenas dois aprendizes marinhaeiros alistados na CAMPA, provenientes de outras províncias; Manoel Pereira de Souza (caboclo) do Ceará e Antonio Joaquim do Valle (branco) de Alagoas.

Rodolpho Cavalcanti de Albuquerque⁶¹, que demonstrava o percurso de navegação regular dos vapores na região⁶². Percebo que o fluxo constante de embarcações nessas “malha hidrográfica”, que caracteriza a distribuição territorialmente dos aprendizes marinheiros que vinham de lugares com acesso ao mar e ou rio. Dessa forma, conseguimos sinalizar, no referido mapa 3, 25 localidades, são elas:

Quadro 4 - Relação das origens geográficas dos meninos oriundos do Pará

Número	Localidade/origem	Número	Localidade/origem
01	Rio Capim	14	Bragança
02	Guamá (Rio Guamá)	15	Gurupá
03 ⓘ	Anabiju (Rio Anabiju)	16	Marajó (Ilha do Marajó)
04	Óbidos	17 ⓘ	Benfica
05	Vila Franca	18	Melgaço
06	Porto de Mós	19	Breves
07	Ilha de Curuá (Rio Curuá)	20 ⓘ	Termo de Cachoeira
08 ⓘ	Vigia	21	Capital (Belém)
09	Cametá	22	Moju
10 ⓘ	Cintra (atual Maracanã)	23 ⓘ	Vila de Muaná
11	Santarém	24	Termo de Chaves
12	Monte Alegre	25	Termo de Almerim
13	Macapá	*	*

Fonte: Elaborado pela autora com base nas fontes.

ⓘ Identificador da possível localização no mapa.

Essas localidades e sua localização territorial de fato favoreceram e contribuíram com o recrutamento das crianças para a CAMPA. Ao analisarmos as narrativas, pela ótica indiciária, a reconstrução analítica da geografia e da cronologia pode auxiliar o pesquisador a compreender os movimentos de mudança, bem como revelar indícios de momentos difíceis (Leandro; Passos, 2021). Logo, com base nas fontes históricas podemos compreender que a territorialidade das origens está diretamente relacionada com as vias hidroviárias, na qual compreende uma possível faixa sobre a província do Grão-Pará.

⁶¹ Autor da obra “A Amazonia em 1893”. O livro trata da riqueza da região amazônica, além de dados referente à navegação, produção, comércio, tratados, estradas de ferro, colonização e emigração, entre outros. É nesta obra que consta o Mapa apresentado com as rotas das Linhas de navegação.

⁶² Os traços vermelhos representam as Linhas da ASNCL e de outras empresas que percorriam pelos principais rios e afluentes na Amazônia.

3.2 Trajetórias históricas de aprendizes “de cor” da CAMPA

Alguns vestígios das trajetórias educativas de aprendizes paraenses foram marcados pelo recrutamento compulsório, baixas na enfermaria do quartel da Companhia, ou, em circunstância grave de saúde paravam no Hospital Santa Casa de Misericórdia para tratamento de recorrentes doenças da época, como febre amarela, cólera, varíola, entre outras. Em alguns casos, as trajetórias foram interrompidas por falecimentos e, em outros, tiveram que seguir para o Rio de Janeiro.

Neste texto, são identificadas através dos vestígios das histórias de meninos “de cor”, estavam residualmente em registros de comportamentos de oposição e resistência a opressores vivenciados na Companhia, principalmente, quando foram e/ou seriam encaminhados para a Corte, conforme previa o Regulamento da Instituição.

3.2.1 Relatos: Origem, formação e resistência

O aprendiz marinho Francisco Frutuoso, este menino foi admitido na CAMPA no dia 8 de maio de 1866, quando possuía 11 anos de idade. Era um menino preto, “filho de José Frutuoso e de Rosa, natural do Pará, [...] estado solteiro, estatura a crescer, cor preta, cabellos propios, olhos pretos, imberbe⁶³” (Pará, 1870). Após quatro anos do seu alistamento, o inspetor do Arsenal de Marinha, Manoel Carneiro da Rocha, informou ao chefe de polícia da capitania que, no dia 27 de março de 1870, o aprendiz Francisco Frutuoso havia fugido de escaler⁶⁴ pelo igarapé do navio escola para o Quartel da CAMPA: “veio em serviço neste arsenal o Apprendis Marinho, Francisco Frutuoso, por ocasião de largar a escaler deo - se por falta e por falta d’elle e até esta data não comparecêo; porisso que evadio-se pelo igarapé d’este arsenal” (Pará, 1870 [1875], notação 41). O referido inspetor também repassou ao chefe de polícia um arquivo com os sinais e filiação de Francisco Frutuoso para auxiliar na captura; esse anexo apresentava informações e características coletadas na inspeção.

Levando em consideração a entrada de Francisco Frutuoso na CAMPA em 1866, podemos deduzir que ele teria completado os três anos de formação na instituição e

⁶³ Pouca ou sem nenhuma barba.

⁶⁴ Embarcação de pequeno porte, de proa fina e popa larga, movida a remo e vela, geralmente utilizada para prestar pequenos serviços de transporte ou reconhecimento.

possivelmente estava próximo da idade de 16 anos, conforme enfatizava o Regulamento da Companhia no

Art. 23. Os Aprendizes Marinheiros que tiverem completado dezesseis anos de idade, e contarem tres pelo menos de instrução no Quartel da provincia, e nas viagens ou cruzeiros acima indicados, serão remetidos para o Quartel Central do Corpo na Capital do Império, onde concluirão sua formação militar e náutica (Brasil, 1855).

Tais fatores listados, idade do aprendiz e tempo de formação, de uma forma ou outra implicavam o deslocamento dos aprendizes marinheiros para a Corte. No entanto, Francisco Fructuoso arquitetou retardar sua ida ao Quartel Central por meio da sua fuga. Segundo o Livro de Socorros (Pará, 1870), Francisco Fructuoso “foi capturado em 25 de dezembro de 1870 pelo Cabo do Batalhão Naval - Leonardo Francisco de Oliveira”, que estava a bordo do Brigue Rio Formoso. Além do mencionado fugitivo, também foi capturado em sua companhia o aprendiz Celestino João. Ambos os aprendizes, na condição de desertores, enquadravam-se no artigo 39 do Regulamento da Companhia, o qual instituíra que:

O Aprendiz marinheiro que desertar e for capturado, ou se não apresentar dentro de tres mezes, será remetido logo para o Quartel Central na Côrte, sendo conservado preso até a occação da partida. Se, porém, apresentar-se voluntariamente dentro de tres mezes depois da deserção, continuará na Companhia, sofrendo neste caso castigo correccional que o Comandante julgar justo (Brasil, 1855).

Da sua fuga à captura foram 9 meses ausente da Companhia, logo, o destino de Francisco Fructuoso era a transferência para o Rio de Janeiro. O inspetor do Arsenal de Marinha chegou a solicitar à presidência da província as passagens dos dois aprendizes declarados (Pará, 1870 [1875], notação 41). As últimas notas na sua caderneta dizem respeito ao seu envio ao Rio de Janeiro, a fim de recolhimento no Quartel Central, a bordo do vapor Tocantins (Pará, 1870). Para tal viagem, além de Francisco Fructuoso, estavam à espera de um vapor outros aprendizes marinheiros, Celestino João Manoel, João da Conceição e Manuel Lucas. O inspetor do Arsenal de Marinha ressaltava que a despesa financeira das passagens estaria a cargo do Ministério da Marinha (Jornal do Pará, 1871a, p. 1). Não obstante, no *Jornal do Pará*, evidenciou que o embarque não ocorreu em dezembro de 1870, mas sim em fevereiro de 1871.

Figura 4 - Nota do Jornal do Pará

— Aos agentes da companhia brasileira de paquetes a vapor, para que mandem dar passagens á proa, no primeiro vapor que se espera do sul, até á corte, aos aprendizes marinheiros do arsenal de marinha, Francisco, Fructuozo, Celestino João Manoel, João da Conceição e Manoel Lucas, devendo a despeza correr por conta do ministerio da marinha. Communicou-se ao inspector do arsenal de marinha.

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, (Jornal do Pará, 1871a, p. 1).

Não se tem ao certo o motivo da divergência de datas, mas, com base na nota jornalística (figura 4), percebemos a urgência do envio dos aprendizes no próximo vapor que seguiria para o “Sul” do Império, com passagens até mesmo na proa da embarcação, lugar frontal do navio em que se sente com intensidade a movimentação do mar, ou seja, qualquer lugar ou até mesmo o pior lugar de embarque destinado aos meninos.

Justino Antonio de Vilhena, natural de Gurupá/PA, menino pardo, cuja filiação era Vilhena Constantino de Souza e Domingas Antonia Francisca, recrutado na CAMPA com 13 anos de idade. Os documentos não detalham com mais precisão anos iniciais de seu aquartelamento, mas sua presença passou a ser notada a partir de sua ausência da instituição, em ofício nº 14, de 07 de junho de 1870, do oficial de fazenda do Arsenal de Marinha, J.º Sebastião da S.ª Lisboa, ao chefe de polícia, notificando que no dia 3 de junho daquele ano, o aprendiz marinho Justino Antonio Vilhena, que estava em serviço, até esta data do ofício não havia se apresentado no Arsenal de Marinha, o que levou-o a comunicar a autoridade competente o ocorrido para auxiliar na apreensão do dito aprendiz, fugido por 4 dias, para tal encargo anexou uma cópia da ficha de Justino com seus sinais, sua filiação e sua procedência de origem (Pará, 1870 [1875], notação 41).

Após dois meses, Justino foi capturado pelo “o cabo de imperiaes marinheiros” e guardião da Companhia, José Alexandre de Argolo⁶⁵, [que] estava de licença” (Pará, 1870

⁶⁵ Conforme o ofício da CAMPA datado de 16 de abril de 1870, na qual Luiz da Cunha Moreira, inspetor do Arsenal de Marinha do Pará, indicava a promoção do cabo José Alexandre de Argollo como mestre de 2ª classe, uma vez que o cargo estava disponível/vago e que o referido cabo preenchia os quesitos de “conducta e habilitações sabe ler e escrever” (Pará, 1870 [1875], notação 41). Tais habilitações necessárias contemplavam o artigo 17 do Regulamento da Instituição (Brasil, 1855), que expressava que o cargo poderia ser ocupado por capelão do Arsenal ou um oficial marinho. Mas, conforme as evidências disponíveis, o mesmo não ocupou o cargo de mestre, pois a permanência de mestre/professor era inconstante da Companhia.

[1875], notação 41). O referido cabo comunicou ao Quartel da Companhia de Aprendizes Marinheiros da Província do Pará e entregou o aprendiz marinheiro Justino Antonio de Vilhena. No qual foi submetido a um interrogatório para o levantamento da motivação de sua fuga, o qual relatou que:

por ter recebido do Mestre desta Companhia, 1º Sargento do corpo d Imperiaes Marinheiros Feliciano Pereira da Silva, maus tratos, tendo sido castigado na vespera de sua deserção, pelo mmo Mestre com um cabo de lenha, por não ter saltado com promptidão para o escaler que devia conduzir o dito Mestre á terra (Pará, 1870 [1875], notação 41).

Justino Antonio Vilhena conseguiu algo excepcional, pois apenas esse caso foi registrado nas fontes referente à CAMPA, ser ouvido e se tornar perceptível aos olhos dos superiores, a ponto de os próprios julgarem a conduta do Mestre em relação a ele como

mau procedimento do Mestre, não proveio somente como consequencia das ordens restrictas que diz a respeito do serviço, por isso que fica provado, com a declarações do dito Apprendis Marinheiro, que o Mestre já tinha anteriormente, á data em que assim o comando desta Companhia, o mesmo procedimento, sobre o qual segundo me parece, se deveria tomar alguma providencia com o fim de evitar se assim a continuação de taes abusos (Pará, 1870 [1875], notação 41).

Neste contexto, a disciplina e subordinação eram bases fundamentais na formação dos aprendizes marinheiros, ao ponto de estarem presente de acordo com o artigo 38 do Regulamento da CAMPA, a falta de disciplina e subordinação acarretaria “prisão simples, a solitaria, a privação temporaria de parte da ração⁶⁶, e guardas ou sentinellas dobradas serão os castigos applicados aos Aprendizes Marinheiros” (Brasil, 1855). Contudo, quanto ao procedimento desse Mestre/marinheiro foi considerado ato excessivo/abusivo em relação ao aprendiz, e não condizia nem com ausência de disciplina, nem como caso de subversão por parte de Justino Antonio Vilhena. Mesmo na condição de “vítima” após a agressão, o aprendiz viu a fuga do serviço e da instituição como opção favorável.

Embora que o “parecer” sobre aprendiz não o isentou de sido enquadrado no artigo 39, em prescrever o direcionamento do aprendiz ao Rio de Janeiro como forma de punição pela violação do Regulamento (Pará, 1870 [1875], notação 41). Conforme a caderneta subsidiária de Justino, ele aguardou na própria CAMPA o seu envio para a Corte, em 15 de setembro de 1870 (Jornal do Pará, 1870, p. 1).

Marcos José da Silva, caboclo, era natural de Santarém, filho de Maria dos Anjos; já Joaquim Florencio, pardo, era natural do Marajó, filho de Florencio e Maria; ambos tinham 14 anos de idade quando assentaram praça no Quartel da Companhia de Aprendizes Marinheiros

⁶⁶ Alimento militar.

do Pará (Pará, 1870 [1875], notação 41). Eles integravam um grupo de aprendizes marinheiros que sobrevivia ao tempo pelo registro de suas deserções, juntamente com os aprendizes Camilo Leges Bentes e Manoel Raymundo; estes tinham idade e tempo de formação na Companhia similar – conforme o artigo 23 do Regulamento da Companhia, mencionado anteriormente, de modo que seguiram para a Corte para dar continuação à formação de futuros marinheiros, na perspectiva de educação militar e náutica.

O inspetor do Arsenal de Marinha, Manoel Carneiro da Rocha, nomeou em ofício os aprendizes marinheiros da referida transferência e salientou que

o Apprendis Marinheiro de nome Joaquim Florencio, não obstante ter prehenchido as condições do artigo 23 do Regulamento, acha se bastante atrasado na leitura, devido isso não so á sua pouca intelligencia e má vontade como também por ser um dos comprehendidos na informação que, em data de 4 de julho proximo passado, tive de dirigir a V^aS^a em referencia a does outros que já havião sido enviados (Pará, 1870 [1875], notação 41, grifo nosso).

Os aspectos apresentados pelo inspetor denotam o foco na educação, no caso, o ensino de primeiras letras como dificuldade na leitura e na aprendizagem, que segundo o Regulamento (Brasil, 1855) deveriam ter aprendido no primeiro ano de formação na Instituição. Era nítido como o inspetor culpabilizava o aprendiz pelo baixo desempenho no ensino primário, sobre o qual utilizava o argumento de “má vontade” na evolução das aulas e atividades na instituição. Entretanto, a ida, dos quatro aprendizes marinheiros, citados para a Corte foi interrompida, pois, no dia 4 de agosto de 1870, dois deles desertaram pela noite a bordo do navio escola - Marcos José da Silva e Joaquim Florencio (Pará, 1870 [1875], notação 41). Desde a sua fuga da CAMPA, obtivemos apenas um último resquício de informação no *Jornal do Pará*, sobre o paradeiro de Joaquim Florencio, que indicava que ele “foi prezo o pardo livre Joaquim Florencio, por ferimento graves” (Jornal do Pará, 1871b, p. 1). Nada mais foi encontrado sobre os meninos em registros da Marinha.

Os aprendizes marinheiros aproveitavam os serviços em terra, durante as viagens e cruzeiros, para desertarem da instituição. A educação/formação em sua essência disciplinar e autoritária afastava os aprendizes marinheiros, não pela sua finalidade, mas pelo método adotado em relação aos meninos, principalmente aos “de cor”. Logo, a medida escolhida pelos meninos da CAMPA como oposição ao sistema/situação de “violência”, castigos físicos, tortura e de demasiadas punições era a fuga, se ausentar. A fuga foi o movimento promovido por estes futuros marinheiros e que simbolizava uma demanda imediata de resistência, não ao ensino elementar, mas ao modo bárbaro de civilizar aquelas crianças.

O sociólogo polonês Nobeit Elias (2006) enfatiza que os “principais critérios para um processo de civilização estão às transformações do *habitus social* dos seres humanos na direção de um modelo de autocontrole mais bem proporcionado, universal e estável” (Elias, 2006, p. 24). Logo, a educação como processo de civilização visa retirar a barbárie dos povos sem instrução, mas acabava que, aqueles que detinham a responsabilidade da ação de educar e civilizar eram mais bárbaro e cruel.

Uma clara exemplificação disso ocorreu com o aprendiz marinheiro Jose Antonio Francisco de Oliveira, quando ele foi recrutado e remetido a CAMPA, pelo presidente da província, em 12 junho de 1873; no mesmo dia foi inspecionado e considerado apto para o ingresso na vida naval, tinha a idade de 14 anos, registrado com a cor da pele carafuz (mestiço) e os cabelos próprios, o único registro de filiação era o primeiro nome de sua mãe, Juliana; o que possivelmente indica que fosse uma escravizada. No mas, este jovem “de cor” foi o que único aprendiz marinheiro que em menos tempo ficou aquartelado na CAMPA, visto que evadia-se sempre que possível. Em sua primeira fuga, na manhã de 05 de setembro de 1873, sumiu com um escaler da Companhia, mas após quatro dias foi capturado. Em dada situação, ludibriou a vigilância do Quartel da CAMPA e “atirou-se ao rio na noite de 26 de setembro de 1873” (Pará, 1873) quando estava no Vapor Henrique Dias, após nova captura as autoridades da Companhia realizaram uma inspeção em José Antonio Francisco de Oliveira e decidiram que o mesmo estava sujeito a primeira parte do artigo 39 do Regulamento, ou seja, seguiria o mais rápido possível para o Quartel Central, com passagem no Pacote Bahia, no dia 30 de setembro de 1873. Esse aprendiz ficou apenas 110 dias alistado na instituição no Pará, evidenciando aversão e insatisfação de sua permanência no Quartel da Companhia (Pará, 1873).

Em observação aos nossos relatos, até aqui apresentados, das histórias de alguns aprendizes marinheiros vimos que os próprios meninos, conforme documentação consultada, “não queriam ser capturados e levados à força para as companhias porque sabiam que ali seriam submetidos à disciplina e aos modelos de educação vigentes nesses espaços” (Soares Júnior; Cury, 2019, p. 119). Possivelmente pela falta de atrativos em convencer os pais e/ou responsáveis e até os meninos desvalidos em prol da construção de sentimento de nacionalidade num estado de “presos” aos muros das instituições (Soares Júnior; Cury, 2019) ou com o destino de continuação da formação ou de caráter punitivo aos meninos fugidos/desertores o fim era o Quartel Central da Marinha no Rio de Janeiro, aos aprendizes marinheiros pelo bom comportamento, ou após cumprirem o tempo de punição na Ilha das Cobras, eram destinados aos serviços outros no Arsenal de Marinha da Corte.

4 O PROCESSO EDUCATIVO DA CAMPA: ESCOLAR, PROFISSIONAL E MILITAR

Esta seção visa compreender os elementos e aspectos que constituíam o processo educativo da CAMPA em relação à prática de formação dos aprendizes marinheiros. Desta forma, priorizamos analisarmos deste o cotidiano e as práticas de formação geral, as características peculiares da Instituição Educativa como “escola especial” na oferta de uma instrução pública nas dimensões escolar, profissional e militar, no percurso temporal delimitado que compreende os anos de 1870 a 1877.

4.1 Rotina e formação geral: Educação nas dimensões escolar, profissional e militar

A rotina no quartel tinha um papel fundamental na organização do cotidiano do aluno na Instituição, o que tornava possível a formação geral, conseqüentemente materializava o processo educativo almejado pela Marinha à CAMPA. Para Magalhães (2004) o conhecimento do

processo histórico de uma instituição educativa é analisar a genealogia da sua materialidade, organização, funcionamento, quadros imagético e projetivo, representações, tradição e memórias, práticas, envolvimento, apropriação. A dimensão material alarga-se das estruturas e dos meios aos processos, à participação e ao produto, enquanto a dimensão simbólica reporta à participação e à construção educacional (Magalhães, 2004, p. 58).

Através da História das Instituições Educativas é possível conhecer o funcionamento do processo de educação no interior da CAMPA pelo seu cotidiano, relação com o alunado entre outros aspectos. Iniciaremos pela premissa de que o currículo é um *lócus* privilegiado de interação entre “saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação” (Silva, 1996, p. 197), compreendemos que o currículo de formação materializa relações sociais que são fundamentais para o processo de formação de subjetividades (Silva, 1996). Nessa perspectiva, a moralização dos costumes se impunha aos mais jovens e pobres pela via da instrução e do trabalho, via essa, atravessada pela formação imposta aos aprendizes marinheiros, como podemos perceber no mapa semanal da CAMPA (quadro 5).

Quadro 5 - Rotina semanal dos aprendizes marinheiros da CAMPA

Distribuição do tempo para o exercício e estudos dos Aprendizes Marinheiros							
Dias da semana / horários	Domingo	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira	Sábado
5h da manhã	Faxina	Faxina	Faxina	Faxina	Faxina	Faxina	Faxina
5h30 min - 7h30 min	Baldeação e Limpeza	Baldeação e Limpeza	Lavagem de roupa	Baldeação e Limpeza	Baldeação e Limpeza	Baldeação e Limpeza	Lavagem de roupa
7h30 min - 8h	Uniformes	Uniformes	Uniformes	Uniformes	Uniformes	Uniformes	Uniformes
8h - 8h30 min	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço
9h - 11h30 min	Missa e Mostra	Escola*	Escola*	Escola*	Divisão de Mostra	Escola*	Limp. de Armamento***
Ao meio dia	Jantar	Jantar	Jantar	Jantar	Jantar	Jantar	Jantar
13h - 15h	Descanso	Exercício de passos e manejo***	Exercícios Náuticos**	Exercício de Artilharia***	Bordejo	Exercício de passos e manejo***	Limpeza do físico
15h - 17h	Natação**	Descanso	Descanso	Descanso	Natação**	Descanso	Limpeza de uniformes
17h - 17h30 min	Ceia	Ceia	Ceia	Ceia	Ceia	Ceia	Ceia
18h da tarde	Faxina de Macas	Faxina de Macas	Faxina de Macas	Faxina de Macas	Faxina de Macas	Faxina de Macas	Faxina de Macas
18h - 19h30 min	Recreio	Recreio	Recreio	Ladainha	Recreio	Recreio	Ladainha
19h30 min - 20h	Recolher	Recolher	Recolher	Recolher	Recolher	Recolher	Recolher
20h - 21h	Silêncio	Silêncio	Silêncio	Silêncio	Silêncio	Silêncio	Silêncio

Fonte: Adaptado pela autora com base no Relatório CAMPA de 1876 (Pará, 1876a), Arquivo Nacional, A.N. Série Marinha, subsérie Arsenais de Diversos Estados, código XVIII M 3.

*Aulas de Primeiras Letras.

**Os exercícios náuticos contam da nomenclatura de cabos e trabalhos de marinheiros.

***Os exercícios de artilharia contam da nomenclatura de peça e sua aplicação.

Como disposto no quadro 5, há indicadores legítimos de um processo sistêmico que “controla, regula e governa” (Silva, 1996, p. 173) de forma detalhada o cotidiano dos aprendizes marinheiros desde o alvorecer do dia até o cair da noite. Rotina caracterizada pelo rigor da disciplina do tempo atuando atividades que deviam ser desenvolvidas diariamente e sempre em horários fixos, como a faxina, mostra de uniformes para a revista pelos oficiais superiores, almoço (dita como a 1ª refeição do dia às 8h), jantar (2ª refeição do dia às 12h),

ceia (última refeição do dia às 17h) e os ritos de preparação para o sono, como a faxina das macas⁶⁷, o recolhimento e o toque de silêncio.

Se o currículo manifesta as intenções e as relações de poder atuantes da Marinha, do Arsenal e da CAMPA sobre os aprendizes marinheiros, compreendemos, e concordamos, com Silva (1996) quando enfatiza que o aspecto de regulação moral do currículo está intrínseco “à própria história de escolarização das massas”, “à gênese da escola”. Nesta perspectiva, a formação dos aprendizes marinheiros extrapola a organização de tempo e espaço para materializar a regulação moral e a moldagem dos corpos do alunado pelo disciplinamento e rigor, impondo uma obediência hierárquica.

A formação curricular da CAMPA era de até três anos, ou quando os aprendizes marinheiros completassem 16 anos de idade, conforme o Regulamento e, ainda era composta por três dimensões: educação escolar, profissional (atividades náuticas) e instrução militar. Ao completarem um ano de formação no Quartel da Companhia eram selecionados, pelo Comandante, vinte meninos “robustos e adiantados” para receberem as aulas práticas nas embarcações em viagens e cruzeiros, poderia ser no navio escola ou outro destinado à missão especial, em relação ao tempo a bordo era muito relativo à distância e condições temporais. Posteriormente, ao término de uma viagem, eram escolhidos outros aprendizes marinheiros para o revezamento. Nesse primeiro ano de formação, deduzimos que era designado para a instrução escolar, uma vez que ocorria no Quartel do Arsenal e, muitos destes meninos não obtiveram outro modo de escolarização anterior ao ingresso na CAMPA.

Sobre essa formação geral na CAMPA, o relatório do presidente da província (Pará, 1858) a educação escolar era enfatizada como “escola” de Primeiras Letras, de aritmética, de doutrinas cristãs, de náutica, de artilharia e de pelotões. O diferencial das aulas em terra ou no navio escola dava-se a partir das práticas intrínsecas à vida no mar, ou, no caso paraense no rio também, com a instrução sobre o porto e o manejo com os instrumentos da embarcação.

Em relação à formação, Venâncio (2013) confirma que era destinada aos aprendizes marinheiros em forma de atividades semanais nas quais eles

aprendiam os tradicionais ofícios que todo marinheiro deveria saber, tais como manejar arma, remar, coser velas, desfilar em ‘mostras’ e ‘bordejar’ em navios, mas também recebiam aulas de natação, incomuns na época, e mais importante ainda: durante quatro vezes na semana estudavam as ‘primeiras letras’, prática rara em uma sociedade na qual apenas 16% da população entre seis e 15 anos frequentava a escola (Venâncio, 2013, p. 199-200).

⁶⁷ Que seria o que compreendemos como camas dos dormitórios.

As crianças recebiam a educação escolar (instrução primária) juntamente com a formação profissional (náutica) e a instrução militar, distribuídas conforme as diretrizes existentes no Regulamento da CAMPA. A dimensão da instrução militar era voltada para a introdução do aprendiz no mundo da Armada, com vistas à composição de “um corpo militar organizado desde sua formação enquanto tropa” (Santos, 2016, p. 89), ou seja, aprendiam as técnicas e táticas de combate, consciência de hierarquia e disciplina.

Os aprendizes marinheiros precisavam se habituar com comandos para “aprenderem a entrar em fôrma, perfilar, volver á direita e á esquerda, marchar a passo ordinario e dobrado” (Brasil, 1855). Logo, nesta escola de pelotão, necessitariam manejar “armas brancas, a nomenclatura da palamenta⁶⁸, carreta e peças de artilharia, e o uso que tem cada hum destes instrumentos”. Isso tudo para ingressarem no universo das Forças Armadas, cujo treinamento e organização da tropa eram fundamentais para atingir a obediência, característica fundamental das instituições que se baseiam em hierarquia e disciplina, os pilares para manter a ordem (Santos, 2016).

Por sua vez, a dimensão instrução prática profissional que consistia em fazer com que os aprendizes aprendessem “os misteres relativos á arte de Marinheiro, como fazer pinhas, costuras, alças, nós, coser panno, entralhar, &c., e, finalmente, aparelhar, e desapparellhar um Navio” (Brasil, 1855). Dessa forma, a instrução náutica era mais específica para a vida marítima, ou seja, profissional. Esta era ofertada semanalmente na rotina, distribuída em dois dias (domingo e quinta-feira) para a aula e/ou prática da natação, com duração de duas horas, nos referidos dias. Esta compreendia uma boa parte do tempo de formação geral dos aprendizes marinheiros conforme observado, além de dispor de um navio escola para o desenvolvimento de tais atividades na Companhia em viagens, cruzeiros e tarefas afins.

O ingresso dos meninos neste universo naval requeria momentos específicos para aquisição da cultura marítima, sobretudo na aprendizagem profissional. O que segundo Jaime Rodrigues, era como

... aprender uma língua diferente de qualquer uma falada em terra ou de qualquer outro jargão profissional [...] Seus primeiros passos, como os de todo aprendiz, foram aprender as tarefas do trabalho e os nomes das partes da embarcação: as diferenças entre popa e proa, bombordo e estibordo; a distinção das tarefas ligadas às velas e mastros; a hierarquia de bordo, do capitão ao grumete; o reconhecimento dos vários tipos de navios – brigues, escunas, chalupas e muitos outros – e também as designações específicas dos elementos da natureza (ventos, tempestades, correntes) (Rodrigues, 2022, p. 211).

⁶⁸ Conjunto de objetos pertencentes ao aparelho e serviço de embarcação miúda tais como remos, mastros, velas, etc.

Essa linguagem específica era concisa e técnica, além de evidenciar as relações sociais deste coletivo. Os aprendizes marinheiros, quando aprendiam a linguagem marítima, não estavam apenas aprendendo “as primeiras palavras na vida ao mar”, mas “também conhecendo sua posição na hierarquia e descobrindo que a primeira forma de comunicação a bordo do navio era o comando” (Rodrigues, 2022, p. 211).

Acerca do comando aos aprendizes marinheiros, um grupo de nove meninos foi selecionado para irem ao Canavial, do português Leonardo Augusto de Farias Vivas, com a finalidade de executar tarefas fora do processo educativo, proposto pela Instituição, de cortarem cana no Engenho do Murutucu⁶⁹ do referido proprietário (Pará, 1875b). Essa tarefa externa a CAMPA foi legitimada pelo Comandante do quartel pelo fato da presença de um guarda e um imperial de 2ª classe na supervisão dos nove aprendizes marinheiros. São eles: i) Bento do Amaral (caboclo, recrutado com 12 anos - 1873); ii) Elisbão Antonio Nogueira (caboclo, recrutado com 13 anos); iii) Ezequiel Antonio Pio (pardo, recrutado com 12 anos - 1872); iv) Fidelis Antonio da Cunha (caboclo, recrutado com 12 anos - 1872); v) Henrique D’ Assys (sem informações, além do nome); vi) Hermenegildo (caboclo, sem informações, além do nome e cor); vii) José (caboclo, recrutado com 15 anos - 1873); viii) Justino D’ Oliveira (caboclo, recrutado com 10 anos - 1871); e ix) Manoel Bento Ribeiro Sumagueiro (caboclo, recrutado com 13 anos - 1873).

Este grupo, no ano de 1875, tinha a faixa etária entre 14, 15 e 17 anos, e, dos nove menores indicados sabemos que sete deles foram enviados ao Corpo Central da Marinha, para a Corte no Paquete Bahia em 12 de outubro de 1875, um mês após irem para o canavial de Murutucu (Pará, 1875a). As tarefas fora do processo educativo comprova a valorização de trabalhos práticos, seja no interior do Arsenal de Marinha ou para atender demandas alheias ao Quartel da CAMPA, acima citado.

Em seguida, vemos a terceira dimensão de instrução escolar – instrução primária por meio do ensino de primeiras letras.

4.1.1 CAMPA: Uma “escola especial”

Saviani (2005) ressalta que a institucionalização da educação possibilitava o surgimento de instituições educativas de diversos ramos de atuação da sociedade brasileira, por meio do movimento de

⁶⁹ O referido Engenho fabricava açúcar mascavo e aguardente e disponibilizava na propriedade de um quantitativo considerado de escravizados para o desempenho de tal atividade (Costa, 2020).

imbricação de instituições de diferentes tipos, não especificamente educativas que, nem por isso, deixam de cuidar, de algum modo, da educação. [...], do trabalho pedagógico primário, encontramos instituições como sindicatos, igrejas, partidos, associações de diferentes tipos, leigas e confessionais, que, além de desenvolver atividade educativa informal, podem, também, desenvolver trabalho pedagógico secundário, seja organizando e promovendo modalidades específicas de educação formal, seja mantendo escolas próprias em caráter permanente. Nesse âmbito, as instituições que se destacam nitidamente entre as demais, são, sem dúvida, a Igreja e o Estado (Saviani, 2005, p. 5).

A respeito disso, a tese de que a Igreja, o Estado e a Sociedade Civil atuaram, durante o Império brasileiro, como forças organizadas na instrução escolar do Brasil, além de fomentarem, acionarem e mobilizarem iniciativas de educação, ou seja, “forças educativas plurais e distintas” (Gondra; Schueler, 2008, p. 41), o que proporcionou como a instrução pública, pela tutela do Estado, configurava-se em uma das forças educativas, para qual a complexa relação de representação, organização e funcionamento da sociedade (Gondra; Schueler, 2008), de forma a manter a ordem sob a ótica capitalista e escravagista.

Em nosso estudo, a Marinha se constituiu, além de força estatal, em uma força educativa quando desenvolveu a iniciativa de formação de crianças em futuros marinheiros, pois a CAMPA, além de ser instituição militar se assemelhava a outras instituições de ensino assistencialista, sendo mais um “espaço para educação e formação profissional” (Santos, 2016, p. 150). Além disso, o aparato coercitivo criado para atender ao recrutamento para a Instituição.

A Companhia contribuía para a manutenção dessa ordem pela ação empregada na instrução pública, por meio do ensino das Primeiras Letras, da formação profissional e militar e, também, o que seria uma unidade para forjar os ideais do período Imperial. Tais instituições, se “em um primeiro momento, tenham se inserido no velho mecanismo de recrutamento para a Armada Imperial, ao longo da metade do século XIX elas ganharam certa autonomia em relação ao Corpo de Imperiais Marinheiros” (Santos, 2016, p. 149).

A partir do Ato Adicional Diogo de Feijó a responsabilidade para com a instrução pública primária e secundária foi repassada para as províncias. Entretanto, em que pese este Ato legal, na província paraense sua efetivação “ocorreu apenas sete anos depois, por meio da Lei nº 97, de 28 de junho de 1841” (Santos; Damasceno, 2019, p. 70), que instituiu a reorganização do ensino primário em Escolas de primeiras letras, além de sistematização dos conteúdos e disciplinas, sobretudo nas escolas para o sexo masculino “tinham por objeto as seguintes matérias: Leitura, escrita, aritmética até proporções, gramática e ortografia, noções

dos deveres morais e religiosos, geometria prática e noções gerais da história e geografia do império” (Nery, 2013, 68).

De acordo com a Lei nº 97/1841, o ensino era direcionado a um coletivo de crianças órfãs e/ou desfavorecidas que obtinham instrução baseada na profissionalização (Santos; Damasceno 2019), “enquanto os filhos daqueles que ocupavam posição de prestígio econômico seriam direcionados ao Lycêo Paraense, revelando uma dualidade nas políticas para a instrução pública” (Santos; Damasceno, 2019, p. 84).

Este ensino de primeiras letras para um grupo específico acontecia em certo tipo de escola, referenciado no relatório da província, do presidente Pedro Vicente de Azevedo (Pará, 1875), que apresentou a oferta da instrução primária compreendida por 250 escolas de ensino primário entre as quais 199 eram públicas, 40 eram particulares e 11 classificadas como “escolas especiais”⁷⁰ (quatro destinadas ao sexo feminino [F] e sete ao masculino [M]) (Pará, 1875). No âmbito desta última, a CAMPA foi categorizada como “escola especial” por ter sua finalidade vinculada à instrução pública primária, que era ofertada para uma parcela da população considerada como pobre e desvalida (Matos Júnior, 2018). Essa foi a primeira menção da Companhia junto às escolas públicas, particulares e assistencialistas, pois a instituição sempre constava nos relatórios governamentais no tópico da “Força Pública”, distinta das demais instituições educativas anunciadas e inseridas no tópico da “Instrução Pública”.

A instrução pública paraense durante o Império, principalmente em relação ao ensino de Primeiras Letras, era dividida em duas classes de estudos, a saber:

Classe 1ª. Leitura e Escrita ou Caligrafia, Princípios de Aritmética com o perfeito conhecimento das quatro operações aritméticas em números inteiros, fracionados, complexos, e proporções; Gramática da Língua Nacional, e Elementos de Ortografia. Classe 2ª. Princípios de Moral Cristã e da Religião do Estado, Noções de Civildade, Elementos Gerais de Geografia, Leitura da Constituição e da História do Brasil (Pará, 1841a, p. 292 *apud* Santos; Damasceno, 2019, p. 73).

Os conteúdos a serem ministrados eram padronizados para as escolas primárias e inseridos na primeira etapa de formação dos aprendizes marinheiros na CAMPA, com componentes relativos à arte de escrever, ler, às quatro operações de aritmética, ao catecismo e às regras de civildade (Saviani, 2007). A doutrina cristã, neste caso, não era considerada

⁷⁰ Colégio de Nossa Senhora do Amparo [F:03], Asilo de Santo Antonio [F:01], Seminário [M:01], Instituto de Educandos [M:01], Arsenal de Marinha [M:01 - CAMPA] e de Guerra [M:01], Corpos do Exército [M:02], Escola da Cadeia Pública da Capital [M:01] (Pará, 1875).

uma formação religiosa, mas sim uma prática que fazia parte da rotina dos oficiais, praças e aprendizes marinheiros da CAMPA.

Já em 1870, o Regulamento da instrução primária, denominado de “Inferior”, foi reestruturado e

... ampliou o número de matérias ao se incluírem o ensino dos sistemas métricos de pesos e medidas do Império, ensino de ciências físicas e naturais. Além das disciplinas história e geografia e não mais noções gerais, uma das possíveis justificativas atribuídas à presença dessas novas disciplinas escolares no currículo do ensino primário da província do Pará, ligava-se à necessidade de formação dos cidadãos do Império (Nery, 2013, p. 111).

Nessa perspectiva vemos a CAMPA acompanhar as mudanças e permanências da legislação educacional da província do Pará no programa curricular. Ainda que, em 1876, o Comandante da CAMPA enfatizava que os dias destinados à instrução escolar eram insuficientes para a educação dos meninos, sobre a qual expressa que a

Instrucção primaria - o ensino de primeiras letras esta a cargo do Capellão do Arsenal de Marinha; este Sacerdote só leciona tres veses por semana, porque tem igual incumbencia na companhia de aprendises artifices, muito sofrendo com isso esse ramo principal da instrucção dos menores, porque alem de serem poucos os dias distribuidos na semana para este ensino, ocorre mais não demora-se em cada dia o respectivo capellão, mais do que uma ou duas horas, nas quais pouco podem aproveitar os menores. (Pará, 1876a).

Fica evidente que, embora nas atividades da semana se estabelecia 4 dias, com 2 horas e 30 minutos cada aula, voltados à escola, para instrução primária (conforme Quadro 2), na efetivação eram destinados 3 momentos de aulas semanais, com a média de 1 a 2 horas. Esse relatório explicita que o programa de formação executado priorizava os aspectos da formação profissional militar dos aprendizes em detrimento das aulas primárias, principalmente, quando ocorria a redução dos dias e duração das aulas, ambos instituídos no Regulamento da CAMPA.

A Fala do presidente da província em 1877, Capistrano Bandeira de Mello Filho, (Pará, 1877b) relata, novamente, a situação em que se encontravam a instrução e a formação dos meninos na CAMPA, testemunhando que os mesmos recebiam “a conveniente instrucção militar e nautica, e revelam algum aproveitamento. E', porém, alli deficiente o ensino de primeiras letras, devido naturalmente ao pouco tempo de que dispõe o professor, o qual funciona tambem na Companhia de Aprendizes Artifices” (Pará, 1877b, p. 48). Esse relato – de natureza oficial – comprova a condição deficitária do ensino de primeiras letras em relação à formação profissional militar que o referido presidente afirmou ser proveitosa na instituição. Além de argumentar que o responsável pelo ensino precisava se dividir entre as duas

companhias existentes no Arsenal de Marinha, a saber: a CAMPA e a Companhia de Aprendizes e Artífices, fundada no ano de 1871. Logo, ambas as instituições tinham poucos dias destinados ao ensino de primeiras letras.

Ainda sobre as dificuldades na efetivação do ensino de primeiras letras desenvolvido na CAMPA, houve situações em que o déficit curricular chegou a materializar casos de jovens que seguiram

[...] para o Corpo Central *dous Aprendises Marinheiros desta Companhia, sem saberem ler nem escrever*, e não me sendo possível dar exato cumprimento á essa ordem, informando satisfatoriamente em consequencia de ter assumido o commando desta Companhia no mes de junho proximo passado, data posterior á remessa dos ditos Aprendizes Marinheiros, ordenei ap official de fazenda João Sebastião da Silva Lisboa, que exerce as funcções de professor de primeiras letras, que informasse a tal respeito e assim remetendo eu a V.Sª a informação que me dirigiu, julgo ter cumprido a ordem sua recebida.

Atestifica o official de fazenda em sua informação esse trata não só á *falta de intelligencia* dos dous Aprendizes Marinheiros, como tambem terem elles *distrahidos para diferentes serviços do Arsenal* durante o tempo que prodenció applicar-se aos estudos, ao distaciamento que ficarão para bordo do brigue Maranhão durante oito meses e ao pouco tempo desta a bordo para funcionar as aulas (Pará, 1870 [1875], notação 41, grifo nosso).

A justificativa dada ao Corpo Central da Marinha era de que a falta de apreensão das habilidades de leitura e escrita devia-se ao fato de que, durante uma gestão interina, a Companhia tinha privilegiado a formação náutica, com a prática desenvolvida no Navio-escola em detrimento das aulas de primeiras letras. Até porque nesse período a função de Mestre estava em instabilidade na instituição, principalmente pela rotatividade de pessoal no cargo (Pará, 1870 [1875], notação 41). Nesse caso, o comandante afirmava que os aprendizes estavam distraídos com os exercícios práticos, como se eles pudessem direcionar sua formação na Instituição, já que, segundo o comandante/inspetor da CAMPA, os dois aprendizes apontados eram “desprovidos de inteligência”.

Quando na realidade, o Mestre de escola possuía poucas horas para o desenvolvimento do ensino escolar, pois dividia seu tempo e atenção aos aprendizes de duas instituições. Assim sendo, os aprendizes marinheiros praticavam na dimensão profissional militar em detrimento da dimensão escolar, devido às inconstâncias referentes ao processo educativo da Companhia de Aprendizes Marinheiros do Pará.

No que diz respeito ao o ensino de História do Brasil, se fez presente a partir do ano de 1877, por meio de ofício da Presidência da Província do Pará - Bandeira de Mello Filho - encaminhou ao Inspetor do Arsenal de Marinha alguns exemplares do livro “A Marinha de Guerra Brasileira na Campanha do Paraguay” (Pará, 1877a), de autoria de Theotônio

Meirelles da Silva⁷¹ - cuja publicação aconteceu em 1876 - enviada a mando da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha para a CAMPA, com vistas à instrução dos aprendizes marinheiros. O próprio autor se referia aos aprendizes marinheiros como a “mocidade estudiosa” (Gama, 2017). O referido possuía 287 páginas nas quais o escritor pretendia

tornar conhecido, com mais facilidade, os feitos gloriosos da marinha brasileira. E escrever o que se disse oficialmente a respeito da guerra naqueles lugares, sem invenção ou criação, tampouco descrição, por sua conta, do que não presenciou, cabendo-lhe a tarefa de colecionar e resumir os fatos (Silva, 1876, p. 1, apud Gama, 2017, p. 127).

A obra apresentava uma história contemporânea ao momento em que foi escrito, uma vez que narrava os fatos da Guerra do Paraguai e o papel da Marinha nessa Campanha que findou em 1870 e em 1876 já publicava o referido livro. De acordo com Edina Gama (2017) o texto baseou-se nos documentos oficiais, “cabendo-lhe somente ordenar os fatos e resumi-los, o que fez de forma elogiosa” (Gama, 2017, p. 128). Essa exaltação à Marinha e, por conseguinte, ao Estado evidenciava uma historiografia tradicional. Pesquisa essa pautada na história naval “imbricada à história nacional, mediante o emprego de farta documentação oficial sobre o conflito e descrição detalhada das batalhas e de seus heróis” (Gama, 2017, p. 131-132).

Em relação à narrativa contida no exemplar enviado para a CAMPA, Theotônio Meirelles descreveu sobre a Guerra do Paraguai com enredos constituídos “por descrições acerca da Batalha de Riachuelo, em 1865, seguida das operações navais empreendidas em Mercedes, Cuevas, Itapiru, Curuzu e Curupaiti (estes cinco últimos episódios agrupados em um só capítulo) (Gama, 2017, p. 132)”. Na menção à Batalha Naval de Riachuelo foi detalhada, “a começar pelos vasos de guerra empregados pelas duas forças navais e suas manobras táticas, devido à geografia do lugar, onde a pouca largura do canal não permitia grandes evoluções dos navios” (Gama, 2017, p. 132).

A utilização desse livro evidencia uma prática educativa (Silva, 2017) alicerçada ao enaltecimento de heróis da Marinha, por meio do ensino da história naval, no que se refere à Guerra do Paraguai. Embora não tenhamos informações de como foi trabalhado os exemplares do livro na instrução e formação dos aprendizes marinheiros, mas fica claro que para Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e comandante da CAMPA era fundamental, aos meninos, a construção e valorização da cultura marítima pelos “grandes

⁷¹ Nasceu em Ouro Preto, Minas Gerais, por volta de 1822/1823. Ingresso na Academia de Marinha, no ano de 1838, por apadrinhamento. Por 16 anos serviu à Armada Imperial (1838-1855), em 1855 foi reformado, mas contribuiu com a Marinha civilmente como pioneiro na produção historiográfica sobre a história Naval brasileira (Gama, 2017).

feitos e conquistas” na história do Brasil, relacionada ao papel da Marinha na constituição da nação.

4.1.1.1 Instrução escolar a cargo do Mestre de escola / Professor / Capelão

O ensino das primeiras letras desenvolvia habilidades para a escrita e leitura, além de estar inclusa a doutrina cristã, ambas as formas de ensino ministradas pelo Capelão ou “um praça” – oficial marinha –, que serviam de “Mestre de Escola” (Brasil, 1855). Percebe-se que o Regulamento denomina esse o cargo de professor do ensino de primeiras letras como “Mestre de Escola”, ou tão somente “Mestre”, termo no qual era utilizado no período da Grécia e Roma antiga para se referir à profissão de trabalho servil; que historicamente apresenta a figura do mestre de modo desprezível pela condição relacionada aos “escravos” – pedagogos. Nos anos finais de 1200, na Itália, surgiram os chamados “mestres elementares”, que eram dedicados ao ensino da leitura e escrita (Manacorda, 1992).

Na CAMPA havia tanto o “Mestre de Escola” ou “Mestre” que era “um Official, quando o haja, que a esse exercicio se queira prestar, ou um Inferior que tenha as habilitações necessarias, aprenderão a ler, escrever, contar, riscar mappas, e a doutrina christã” (Brasil, 1845), conhecimentos hábeis para o desenvolvimento da dimensão escolar, além dos cargos de

Mestre de Apparelho dará lições de apparelho; o Carpinteiro ensinará a nomenclatura dos mastros, mastaréos, vergas, leme, e outras peças essenciaes do navio; e bem assim os nomes das peças de que se compõem as bombas, e seu uso; o Mestre de Velas ensinará a cortar, coser, entralhar e tudo o mais que pertence á factura do velame; e finalmente, o Mestre d'Armas o manejo das armas brancas (Brasil, 1845).

Esses eram oficiais no cargo de mestres, cuja atuação era específica, na instrução dos aprendizes marinheiros na dimensão profissional militar. O Regulamento (Brasil, 1855) inferia sobre o que ocorria no dia a dia da formação dos aprendizes na CAMPA. Nos artigos 21 e 22 do referido Regulamento, estava prescrito que, após um ano de aquartelamento no prédio do Arsenal, apenas 20 aprendizes, por vez, seriam liberados para a realização de viagens e cruzeiros; e seriam aqueles que fossem adiantados na formação e tivessem boa constituição física.

Ainda sobre o ofício do quartel, o comandante apresentou crítica ao

Capitão Tenente Marcondes José de Araujo, que então commandava interinamente esta Companhia. Creio, que máo systema, até então seguido nesta Companhia, de

terem os Aprendizes Marinheiros aquartelamento abordo do Hiate Rio Formoso, onde nada podem aproveitar, por que não havendo ali as maior necessarias a instrucção de que carecem, precisam vir ao Arsenal para os differentes exercicios, cessará logo que prompto o dito Hiate sejam transportados para seo bordo todos os meios necessarios para ali estabelecer-se o ensino de que precisem, Aprendizes Marinheiros (Pará, 1870 [1875], notação 41).

A crítica tecida era de que a formação profissional - náutica - demandava mais tempo na formação dos aprendizes marinheiros do que o próprio ensino primário, principalmente pela logística de mudança de espaço, fosse no prédio do Arsenal fosse a bordo do navio escola e demais embarcações (Brigue Maranhão - Hiate Rio Formoso).

Ainda sobre a situação do envio de aprendizes marinheiros sem aproveitamento do ensino de primeiras letras, o Oficial da Fazenda, João Sebastião da Silva Lisboa, que nesta ocasião lecionava na CAMPA, relatou em ofício que

Os Aprendises Marinheiros que foram ultimamente recolhidos a Corte sem saberem ler nem escrever são, João Theodoro e João Soares D’Almeida, e as rasões de não ter eu podido obter que elles fossem promptos dos rudimentos escolares , são os seguintes: estes dous Aprendises apesar de terem atados de uma intelligencia bastante acanhada todavia empreguei como me cumpria os meios ao meu alcance a consegui satisfazer o dever que a lei me impõe, mas sempre via os meus esforços baldados, não só pela má vontade que nelles encontrava, a ponto de nenhum caso já fossem dos castigos que na escola se lhes impunha como porque sendo o tempo designado para licionar bastante curto, das 9 horas e meia da manhã ao meio dia, bem pouco e são os dias em que estes dous aprendizes frequentaram a escola, visto como, alem de se acharem quaze sempre por ordens superiores empregados em serviços que os afastaram da escolla como fossem tripular escalares do Arsenal, em aplicação da caza do aparelho, em amarração de embarcações pertencentes ao Arsenal (Pará, 1870 [1875], notação 41).

Da mesma forma, o Oficial de Fazenda – na condição de professor – enfatizou dois pontos apresentados pelo inspetor do Arsenal sobre os aprendizes, inteligência acanhada e a ocupação nas tarefas do Arsenal. Também elaborou uma justificativa sobre a insuficiência do tempo destinado ao ensino primário na Companhia. Ademais, abordou a situação de João Theodoro⁷² e João Soares D’Almeida, os dois aprendizes marinheiros que estavam a bordo do Brigue Maranhão em missão, contando que se encontram

[...] na provincia do Maranhão desde Outucbro de 1868 até 19 de junho de 1869, data em que se ausentaram da Companhia, deixando por conseguinte este sido esse o tempo de ser sobre mez empregados os meios precisos para elles faser comprehender a leitura. Durante a gratificação que procede pelo ensino dos aprendizes, me limitarei a penas a diser que a insuficiencia della faz com que o Capellão do Arsenal, a quem segundo creio, pelas ordens em rigor lhe compelia licionar, despresasse-a para se cahir sobre o official da fasenda, este menor, quanto espinhoso cargo (Pará, 1870 [1875], notação 41).

⁷² Este menino foi alistado e considerado apto para a CAMPA em 1867 (Jornal do Pará, 1867, p. 2).

Percebe-se que a referida missão em outra província demandou 8 meses, tempo de ausência das aulas de leitura e escrita que impactou o empenho dos mesmos aprendizes neste aspecto da educação. Além disso, ele tece uma crítica ao Capelão do Arsenal, o qual era responsável pela instrução dos meninos, quando este despreza sua incumbência e, por conseguinte, ela recai sobre outro funcionário do Arsenal, já que tal atribuição – atuação como professor – era um “espinhoso cargo”. Esse ocorrido foi relatado em 10 de julho de 1870 e, em 25 do referido mês, foi comunicado que o oficial de fazenda na função de professor de primeiras letras abdicou de “continuar n’esse exercício, em consequencia de seu estado de saude não permittir, que com a assiduidade precisa possa desempenhar n’esse magisterio os seus deveres como fora de desejar, e, sendo de urgente necessidade que esse lugar seja prehemchido” (Pará, 1870 [1875], notação 41).

De acordo com o Decreto n. 411^a, de 05 de junho de 1845, Regulamento do Corpo de Imperiais Marinheiros (Brasil, 1845), o Art. 20, prescreve-se a instrução dos aprendizes marinheiros na Escola “que deverá haver, e de que será Mestre um Official, quando o haja, que a esse exercicio se queira prestar, ou um Inferior que tenha as habilitações necessarias” (Brasil, 1845). Provavelmente, esse oficial inferior era ou marinheiro de 2^a classe ou 3^a classe. Em algumas circunstâncias, as atividades de Mestre de Escola eram desempenhadas pelo Capelão, que também se encarregava da

Missa na Capella do Quartel todos os Domingos e Dias Santos, é tambem de seu dever ensinar a Doutrina, e explicar o Cathecismo ás praças do Corpo e das Companhias dos menores; desobrigar a todos pela Quaresma, e resar a Ladainha e Orações do costume, conjunctamente com as ditas praças na respectiva Capella todos os Sabbados e vesperas de dias Santos ao entrar da noite (Brasil, 1845).

Sobre o capelão, foi identificado, na documentação da CAMPA, o Padre Benedicto Thome da Cunha e Mello, comprovando sua frequência assídua na escola de primeiras letras da Companhia, referente ao mês de agosto de 1872 (Pará, 1872 [1875], notação 50). Não houve só a presença do Padre, mas também as práticas religiosas estavam entrelaçadas com o ensino “como disciplina obrigatória para as escolas da época a partir do reconhecimento de sua importância para a Coroa e identificamos como era organizado ensino de religião no Império” (Damasceno *et al.*, 2020, p. 16). Isso permite ressaltar o alinhamento da CAMPA com as tomadas de decisões da Corte para a formação dos seus futuros oficiais e com a conciliação das ideias pelas tradições, de modo que se articulava o acréscimo de princípios morais cristãos no currículo proposto (Saviani, 2007). Ademais, os preceitos religiosos eram mecanismos para moralizar a infância no interior da instituição, perpassando por preceitos e valores.

Além disso, a gratificação mensal ao ocupante da função (capelão/praça/oficial) era de 10 mil réis mensais (Brasil, 1855). No decreto n. 1.517 de 1855, no Art. 65, observamos os vencimentos do Corpo da Armada.

O Sargento Ajudante, Mestre de Armas, e primeiros Sargentos, vencerão mensalmente vinte mil réis; os segundos Sargentos dezanove mil réis; os Forrieis dezoito mil réis; os Cabos Marinheiros dezaseis mil réis; os Marinheiros de 1ª classe doze mil réis; os de 2ª classe dez mil réis; os de 3ª classe oito mil réis; os Grumetes cinco mil réis, e os Aprendizes Marinheiros tres mil réis (Brasil, 1845).

Conforme mencionado acima, identificamos que o salário destinado ao professor da Companhia equivalia ao vencimento dos oficiais inferiores, marinheiros de 2ª e 3ª classe, e praças, com um dos menores valores em pagamento da Armada, e não se requiritava nenhuma formação para tal, apenas habilidades e noções mínimas de leitura e escrita, além de boa conduta moral.

A frequência com que acontecia as substituições neste cargo eram intensas. Em alguns ofícios, contemplamos os comandantes e inspetores sinalizando que a vaga de professor/mestre estava ociosa na CAMPA. Como em abril de 1870,

Achando-se nas circinstancia de passar classe imediatamente superior, o cabo de Marinheiro V.Sª 29º Companhia, José Alexandre de Argollo, destacado na Companhia sob mio commando, e que serve de guardiao da mesma; vou rogar a V.Sª haja de solicitar a promoção de tal praça, em premio de sua boa conducta e habilitação profissional.

A muito que se acha vago o lugar de Mestre de 2ª Classe, nesta Companhia, como não tenha sido ninguem nomeado, proponho a V.Sª, dito guardiao, acima mencionado, para prehenchel-o, visto que, alem sua conducta e habilitações sabe ler e escrever, se assim V. Sª julgar conveniente (Pará, 1870 [1875], notação 41).

Nesta ocasião, com a ausência de mestre de 2ª classe, o Capitão Tenente Alexandre José de Araujo fez a indicação de um oficial com referência de progressão, conduta e profissionalismo, além de possuir as circunstâncias necessárias para atuação do posto de professor. Como efeito de tal solicitação, em agosto de 1875, outro ofício foi direcionado para o Quartel General da Marinha, informando o período das contas do oficial indicado ao cargo de Mestre, denominado de “sargento do Corpo de Imperiais Marinheiros da 15º Companhia nº 177 José Alexandre de Argollo servindo de Mestre nesta Companhia, de 20 de Fevereiro de 1872 á 12 de Maio de 1875” (Pará, 1875 [1875], notação 91).

Assim como os aprendizes marinheiros eram regulados moralmente com aspectos de disciplinamento de seus corpos por meio do formato curricular posto pela Instituição (Silva, 1996), o que materializa a legitimação e reforço das “hierarquias sociais e reproduzindo relações de saber e autoridade baseadas em noções desencarnadas e descorporificadas de

conhecimento” (Silva, 1996, p. 175), uma vez que os mestre de escola/professores passavam, constantemente, por um rigoroso controle físico, espacial e temporal dentro da CAMPA.

O estudo sobre o processo educativo da CAMPA comprovou que, a formação geral escolar - instrução pública, em instituições de ensino, era a mesma concebida nas companhias de aprendizes marinheiros, pois os conteúdos eram similares aos que compreendiam o ensino de primeiras letras. No entanto, a concepção de formação profissional militar na CAMPA, cuja dimensão possibilitava, após a conclusão do percurso formativo, aos jovens aprendizes marinheiros uma ocupação garantida nas Forças Armadas.

Nesse sentido, foram compiladas e analisadas as dimensões deste processo educativo e a mobilização de alguns mestres de escola para o desempenho da referida instrução aos aprendizes marinheiros. Essa função de mestre, cuja atuação estava entre os professores, oficiais ou capelão, se evidenciava de modo descontínua, ora pelas substituições da própria Marinha no quadro pessoal da Companhia, ora pelas enfermidades. Desse modo, a CAMPA enquanto espaço formativo possibilitou uma percepção de educação distinta do que já houve na província do Pará, para a escolarização de crianças paraenses, entre elas crianças “de cor”, meninos esses que caracterizavam a infância na Amazônia-Pará.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, nos propusemos analisar o processo educativo desenvolvido na CAMPA aos meninos “de cor”, durante o período de 1870 a 1877. Através da indagação das diversas fontes históricas selecionadas e adoção da perspectiva indiciária ao investigar de que modo às pistas enfatizavam significados e como os documentos revelaram as narrativas da formação dos aprendizes marinheiros recrutados.

A CAMPA foi identificada como um “viveiro” para a Marinha brasileira, cujo propósito era a geração e o fortalecimento da tripulação naval, como também era uma instituição educativa caracterizada como “escola primária especial” no discurso do presidente provincial do Pará, pelo fato de ter concebido a educação escolar com o ensino de primeiras letras, formação profissional e instrução militar. A Companhia se adequava às mudanças dos regulamentos de instrução pública primária ao seu programa formativo, além de que, tinha o navio escola para as práticas e rotina dos aprendizes marinheiros a bordo que, em muitas situações eram embarcações improvisadas e em precárias estruturas, inadequadas ao que era proposta para a efetivação da formação.

Ademais, conseguimos reconhecer o perfil coletivo das crianças “de cor”, sujeitos alvo do recrutamento e da ação educativa no quartel da CAMPA, indicando aspecto de diversidade multirracial de meninos caboclos, pretos, pardos e mestiços no interior de uma instituição, no recorte temporal estudado de 1870 a 1877, prevalecendo às caboclas, com faixa etária de 10 a 13 anos e, quase unanimemente de procedência da província do Pará, de comarcas e regiões interligadas pelas vias fluviais (rios e mares). A CAMPA, enquanto espaço educativo, racializava as relações com os aprendizes marinheiros, predominantemente “de cor”, medida que internalizava as complexas relações sociais e raciais da época, seja pelas expressões pejorativas e condutas bárbaras para com as crianças desvalidas.

Além do perfil coletivo dos aprendizes marinheiros, alguns relatos de meninos “de cor”, que vivenciaram a formação disciplinar e coercitiva, apresentaram comportamentos em oposição e resistência às autoridades e comandantes CAMPA. O fator em comum entre estes relatos, além da cor, foi à fuga como uma manifestação que evidenciava o não desejo de estar no espaço escolar, pois a concepção de formação foi bruta. Com certeza, *Francisco Fructuoso, Joaquim Florencio, Marcos José da Silva, Justino Antonio de Vilhena, Manoel dos Santos Barreto e José Antonio Francisco de Oliveira* foram os aprendizes marinheiros que tiveram suas histórias de subversão registradas nas fontes referente à Instituição, em que o tempo não os apagou, apenas silenciou-os, até o presente momento.

Como elemento de constituição do processo educativo da CAMPA foi marcado pelas prescrições de controle, vigilância e fiscalização como elementos constitutivos das concepções higienistas em sua prática educativa. Esse processo educativo perpassava as dimensões: militar, profissional (náutica) e escolar. A primeira voltada para a aprendizagem do cotidiano da vida militar nas Forças Armadas com inferência a introdução hierárquica e disciplinar da corporação. A segunda, designada para a formação prática da cultura de homens do mar, na qual os aprendizes marinheiros aprendiam a ser dessa maneira, e não apenas ser marinheiros, mas a se comportarem, ter o hábito de serem marinheiros, ia além da vida no mar. Já a última dimensão com o ensino de primeiras letras, que na sua efetivação era precária e suprimida, com rupturas em seu desenvolvimento como projeto de civilização pela instrução. Isso se dava porque, em certas ocasiões, pela redução do tempo destinado ao programa de ensino de primeiras letras proposto pela instituição ou pela vacância de professores para desempenhar as atividades educativas.

Em suma, a CAMPA deve um percurso de 30 anos (1855-1885)⁷³ de história desta Instituição Educativa da Marinha, onde formou e conduziu muitas crianças e jovens ao oficialato de marinheiro, a outros foram oportunizados o letramento e, outros que decidiram seguir um caminho diferente do proposto pelo ofício de marinheiro. Instituição esta que funcionou como corretora de sujeitos considerados “indisciplinados” e subversivos.

Diante disso, no que concerne as experiências formativas e como se deram pelos embates nas relações profissionais com os diferentes sujeitos que compunham a Instituição Educativa. O que nos levou a inferir que o processo de formação de meninos “de cor” na CAMPA reproduziu as relações sociais capitalistas e escravistas da sociedade brasileira da época. Uma vez que atrelada ao processo educativo com as dimensões escolar e profissional militar. Portanto, era uma educação disciplinar coercitiva, utilizando práticas violentas, aplicadas aos aprendizes marinheiros, que resistiam com comportamentos de oposição e resistência através das fugas.

Pensar nas marcas e histórias que foram deixadas pelos nossos ancestrais ou aqueles que de alguma forma impactaram nossa presente história, a nossa constituição enquanto sujeitos históricos. Nessa reflexão, nosso estudo se referiu à historicização da escolarização do processo educacional de crianças desvalidas no Pará, sendo elas racializadas num contexto social excludente, por questões políticas e econômicas do século XIX.

⁷³ Período que compreende a promulgação do Decreto n. 1.517/1855 que deu vigência ao Regulamento de 1855 até 1885, ano da reorganização da Instituição que passou de Companhia para a designação de Escola, em todas as unidades de formação da Marinha brasileira.

Embora, no século XX, alguns aspectos tenham mudado, as construções sociais permaneceram, como o caso do racismo, lamentavelmente. Em 1910, em plena República, a Revolta dos Marinheiros⁷⁴ era a resposta desse coletivo ao se posicionarem contra a prática violenta como castigo corporal, as chibatadas como punição aplicada para controle, correção de indisciplina e insubordinação. Esse tratamento bruto com os marinheiros negros era o mesmo dado aos escravizados no período colonial e imperial brasileiro. A reprodução de tal ato ainda fazia parte da cultura marítima, o que ocasionava as rotineiras deserções e refletia como o racismo estava enraizado no interior da Marinha, mesmo após a abolição da escravidão. Hoje, em pleno século XXI, após 114 anos da Revolta, a Marinha açoita a memória e história de resistência dos marujos da referida campanha, com a relutância à indicação de João Cândido a compor o Livro dos Heróis da Pátria.

Atualmente, ainda em lutas contínuas, mas já conseguimos deslumbrar avanços significativos e graduais no âmbito político e social, na esfera educacional, cito a sanção da Lei nº 10.639/2003, atualizada pela Lei nº 11.645/2008, Lei de Cotas, nº 12.711/2012, a criação da primeira escola afro-brasileira do país em 2018, a Escola Afro-brasileira Maria Felipa⁷⁵ - que visa a descentralização do currículo europeu, trazendo aos alunos uma perspectiva antirracista no ensino, mais recentemente com aprovação da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ)⁷⁶ e a Resolução Nº 022/2024 do Conselho Municipal de Educação de Belém/PA⁷⁷. Ainda em marcha da população negra pelo direito à educação básica pública, laica, gratuita, de qualidade e antirracista é constante, desafiadora e transformadora.

⁷⁴ Durante a tessitura desta pesquisa uma pergunta surgiu no que diz respeito ao destino dos aprendizes marinheiros paraenses após transferência para o Rio de Janeiro, “Teve algum menino de cor que se tornou almirante da Marinha?”, a resposta é: paraense, NÃO! Até aonde li e pesquisei, mas houve o caso excepcional de João Cândido Felisberto (1880-1969), na época tinha 30 anos, natural do Rio Grande do Sul, filho de escravizados, comandou a esquadra na Revolta de 1910, ficou conhecido como Almirante Negro. Ele defendia o fim da chibatada e os demais castigos físicos, além de denunciar o racismo, ao proferir as palavras: “a fim de que a Marinha brasileira seja uma Armada de cidadãos, e não uma fazenda de escravos que só têm dos seus senhores o direito de serem chicoteados”.

⁷⁵ Escola com gestão e práticas pedagógicas decoloniais e com o currículo trilingue (Português, Inglês e Libras), localizada em Salvador/BA e, futuramente implantará uma unidade na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

⁷⁶ Pela Portaria nº 470, de 14 de maio de 2024, essa política objetiva a fomentação de ações e programas educacionais que ajudam a superar as disparidades étnico-raciais na educação brasileira e fomentar a política educacional para a população quilombola.

⁷⁷ Esta Resolução estabelece diretrizes para a implementação de uma educação para as relações étnico-raciais a partir da perspectiva antirracista na rede de ensino do município de Belém/PA. Em seu anexo consta um Programa de Ações de combate e prevenção ao racismo institucional nas escolas.

6 REFERÊNCIAS

Fontes

A CONSTITUIÇÃO, ano 4, n. 6, 9 jan. 1877, p. 2.

Brasil. **Carta de Lei de 25 de Março de 1824**. Constituição Política do Império do Brasil. 1824.

Brasil. Marinha do Brasil. **Relatório do Ministério da Marinha**. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa. Rio de Janeiro: Marinha do Brasil, 1853.

Brasil. Marinha do Brasil. **Relatório do Ministério da Marinha**. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa. Rio de Janeiro: Marinha do Brasil, 1834.

Brasil. **Decreto nº 411-a, de 5 de junho de 1845**. Revoga o Decreto N.º 304 de 2 de Junho de 1843, e manda pôr em execução o Regulamento para o Corpo dos Imperiaes Marinheiros. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1845.

Brasil. **Decreto nº 1.517, de 4 de janeiro de 1855**. Crêa huma Companhia de Aprendizes Marinheiros na Provincia do Pará, e manda observar o Regulamento respectivo. Rio de Janeiro: Governo Imperial, [1855]. Disponível em: <https://tinyurl.com/kxe4rb68>. Acesso em: 20 ago. 2022.

Brasil. **Recenseamento Geral do Imperio em 1872**. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Estatística, 1872.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Arsenal de Marinha [do Pará]**: Belém, (PA). [S. l.: s. n.], [19--]. [1 cartão postal : P&B]. Disponível em: <https://tinyurl.com/m2usvs29>. Acesso em: 22 novembro de 2022.

Jornal do Pará. Officios. **Jornal do Pará**, Belém, n. 107, ano V, p. 2, 10 fev. 1867.

Jornal do Pará. Exp. Gov. **Jornal do Pará**, Belém, n. 204, ano VIII, p. 1, 15 set.1870.

Jornal do Pará. Officios. **Jornal do Pará**, Belém, n. 102, ano IX, p. 1, 19 maio 1871b.

Jornal do Pará. Repartição da policia. **Jornal do Pará**, Belém, n. 42, ano IX, p. 1, 21 fev. 1871a.

Pará. **Exposição apresentada pelo presidente da província do Pará** Sebastião do Rego Barros a nova administração provincial, 29 de maio de 1856. Typ. Santos & Filhos. 1856a.

Pará. **Relatório do presidente da província do Pará** apresentado à Assembléa Legislativa pelo Henrique Beaurepaire Rohan, 15 de agosto de 1856. Typ. Santos & Filhos. 1856b.

Pará. **Relatório do presidente da província do Pará** apresentado à Assembléa Legislativa pelo Henrique Beaurepaire Rohan, 15 de agosto de 1857. Typ. Santos & Filhos. 1857a.

Pará. **Relatório apresentada pelo presidente da província do Pará** Henrique Beaurepaire Rohan em ato de posse da nova administração provincial, 27 de outubro de 1857. Typ. Santos & Filhos. 1857b.

Pará. **Relatório apresentada pelo presidente da província do Pará** Leitão da Cunha, 08 de dezembro de 1858. 1858.

Pará. Arquivo Público do Estado do Pará. **Ofícios do quartel de Aprendizes de Marinheiro**. Belém: [s. n.], 1867. Fundo: Arsenal da Marinha. Área: Guerra, Notação: 30-31.

Pará. **Livro de socorros da Companhia de Aprendizes Marinheiros do Pará.** Belém: Arquivo da Marinha do Brasil, 1871.

Pará. **Livro de socorros da Companhia de Aprendizes Marinheiros do Pará.** Belém: Arquivo da Marinha do Brasil, 1872.

Pará. **Livro de socorros da Companhia de Aprendizes Marinheiros do Pará.** Belém: Arquivo da Marinha do Brasil, 1873.

Pará. **Relatório apresentado do presidente da província do Pará** pelo Pedro Vicente de Azevedo por ocasião de passar-lhe a administração da província do Pará no dia 17 de janeiro de 1875. 1875a.

Pará. Arquivo Público do Estado do Pará. **Ofícios dos Comandantes da Companhia de Aprendizes Marinheiros:** 1870-1875. Belém: [s. n.], 1875b. Fundo: Arsenal da Marinha. Área: Guerra, Notações: 41, 50, 91.

Pará. **Relatório do Comandante da Companhia de Aprendizes Marinheiros do Pará,** Arquivo Nacional, Série Marinha, Projeto de Descrição do Acervo Documental da Secretaria de Estado e Negócios da Marinha. Subsérie Arsenais de Diversos Estados - Código XVIII-M 3,1876. Belém: Arquivo da Marinha do Brasil, 1876a.

Pará. Arquivo Público do Estado do Pará. **Ofícios da Companhia de Aprendizes Marinheiros.** Belém: [s. n.], 1876. Fundo: Arsenal da Marinha. Área: Guerra, Notação: 94. 1876b.

Pará. **Relatório apresentado do presidente da província do Pará** pelo Exm. Dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides à Assembleia Legislativa Provincial em 15 de fevereiro de 1876. 1876c.

Pará. Arquivo Público do Estado do Pará. **Ofícios da Companhia de Aprendizes Marinheiros.** Belém: [s. n.], 1877. Fundo: Arsenal da Marinha. Área: Guerra, Notação: 115. 1877a.

Pará. **Fala do presidente da província do Pará** pelo Dr. Capistrano Bandeira de Mello Filho na 2ª sessão da 20ª legislatura da Assembleia legislativa Provincial em 15 de fevereiro de 1877. 1877b.

Senado. **Mapa do Império brasileiro de 1872** – Biblioteca do Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/1o-censo-do-brasil-feito-ha-150-anos-contou-1-5-milhao-de-escravizados>. Acesso em 10 nov. 2023.

Universidade Federal do Pará (UFPA). Centro de Memórias da Amazônia. **Panorama do Pará em Doze Vistas** - J.L Righini. CMA, [on-line], [20--]. Disponível em: <https://tinyurl.com/4z75hnnj>. Acesso em: 20 mar. 2023.

Referências bibliográficas

Baena, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio corográfico sobre a província do Pará.** Brasília: Senado Federal, 2004, 432 p.

Barbosa, Andreson Carlos Elias. **O Instituto Paraense de Educandos Artífices e a morigerância dos meninos desvalidos na Belém da Belle époque.** 2011. 229 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2011. UFPA/PPGED, 2011.

Barros, José D'Assunção. **A construção social da cor**: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

Barros, José Costa D' Assunção. Fontes Históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica. **Mouseion**, Canoas, n. 12, p. 129-159 maio/ago. 2012.

Barros, José D'Assunção. **Fontes Históricas**: uma introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis: Vozes, 2019.

Barros, Surya Aaronovich Pombo de. Sem romantizar e sem amnésia: História da educação como ferramenta para uma educação antirracista. In: ECAR, Ariadne Lopes; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (Org.). **História da educação**: formação docente e a relação teoria-prática. São Paulo: FEUSP, 2022. p. 169-188.

Belém. **Resolução nº 022, de 12 de junho de 2024**. Conselho Municipal de |Belém/CME. 2024.

Bemvindo, Vitor. “Escovar a história a contrapelo”: contribuições de Walter Benjamin para a concepção dialética da história. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 18, n. 35, p. 20-37, 23 jan. 2020.

Berrio, J. R. Introducción a la Historia de la Educación Social en España. **Historia de la Educación**, Salamanca, v. 18, p. 5–11, jun. 1999.

Brasil. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2003. Disponível em: <https://tinyurl.com/34fsjzhh>. Acesso em: 2 fev. 2022.

Brasil. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília: Presidência da República, 2008. Disponível em: <https://tinyurl.com/424cpf9a>. Acesso em: 2 fev. 2022.

Brasil. Senado Federal. 1º Censo do Brasil, feito há 150 anos, contou 1,5 milhão de escravizados. 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/3uryndf5>. Acesso em: 3 nov. 2023.

Brasil. Arquivo Nacional. Grumete. **Glossário de História de Luso-Brasileira**, [on-line], [20--]. Disponível em: <https://tinyurl.com/bdebsjst>. Acesso em: 20 fev. 2023.

Brasil. **Portaria nº 470, de 14 de maio de 2024**. Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ). Ministério da Educação. 2024.

Caminha, Henrick Marques. Organização do Pessoal na Marinha Imperial. In: Caminha, Henrick Marques *et al.* **História Naval Brasileira**: terceiro volume – tomo I. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2002.

Castro, Pierre Paulo da Cunha. **Disciplina na Armada Imperial a partir da Corveta “Trajano”**: as diferentes punições aplicadas aos subordinados entre 1873 e 1879. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Programa de Pós-Graduação em História, 2013.

Castro, Hebe Maria Mattos Gomes de. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX). 3 ed. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

Castro, Hebe Maria Mattos Gomes de. História Social. In. Cardoso, Ciro Flamarion; Vainfas, Ronaldo (Org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 76-96.

Costa, Diego Menezes. Histórias do Engenho do Murutucu: um patrimônio arruinado na Amazônia brasileira. **Ideário Patrimonial**, n. 14, p. 132-161, jul. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/344077761_HISTORIAS_DO_ENGENHO_DO_MURUTUCU_UM_PATRIMONIO_ARRUINADO_NA_AMAZONIA_BRASILEIRA. Acesso em 14 nov. 2023.

Costa, Frederico Lustosa da. Brasil: 200 anos de Estado, 200 anos de administração pública, 200 anos de reformas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 42, n. 5, p. 829 a 874, 2008. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6656>. Acesso em: 24 nov. 2023.

Damasceno, Alberto; Pantoja, Suellem; Miranda, Joaquina Ianca. A doutrina do Higienismo na Revista de Educação e Ensino: Octavio Pires e a higiene dos internatos. **RIDPHE_R**, Campinas, v. 7, n. 00, p. 1-24, e021015, 2021.

Damasceno, Alberto *et al.* A presença do ensino religioso na legislação educacional do Grão-Pará (1841 - 1887). **Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo**, Campinas, v. 6, p. e020013, 2020.

Gatti Júnior, D. História e historiografia das instituições escolares: percursos de pesquisa e questões teórico-metodológicas. **Revista Educação em Questão**, [S. l.], v. 28, n. 14, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/4469>. Acesso em: 31 ago. 2023.

Elias, Nobert. **Escritos & Ensaio**s. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

Francisco, Laelson Vicente. “Um passo para o homem, um salto para a marinha”: a companhia de aprendizes marinheiros do Rio Grande do Norte (1872-1890). 2018. 66 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

Freire, Tarantini Pereira. **Militarização infantil e controle social no Maranhão provincial**: em busca de pequenos marinheiros para a Armada (1870-1900). 2014. 142 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

Fonseca, Marcus Vinicius. Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX. In.: **História da Educação do Negro e outras histórias**/Organização: Jeruse Romão. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005, p. 93-113.

Gama, Edina Laura Nogueira da. **A historiografia naval brasileira no século XIX: o pioneirismo de Theotônio Meirelles da Silva (1876 - 1884)**. Dissertação (Mestrado) - Escola de Guerra Naval, Programa de Pós - Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM), 2017.

Geremias, Patrícia Ramos. **Ser “ingênuo” em Desterro/SC**: A lei de 1871, o vínculo tutelar e a luta pela manutenção dos laços familiares das populações de origem africana (1871-1889).

2005. 117 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

Ginzburg, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Gondra, José Gonçalves; Schueler, Alessandra Frota Martinez. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

Gouvêa, Maria Cristina; Xavier, Ana Paula. Retratos do Brasil: Raça e instrução nos censos populacionais do século XIX. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 122, p. 99-120, jan./mar. 2013.

Hobsbawm, Eric. **Sobre a História**; tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

Jales, Luanna. Visibilidade histórica para Mulheres, Negros e Indígenas. In: Pinsky, Jaime; Pinsky, Carla Bassanezi (Org.). **Novos combates pela história**: desafios – ensino. São Paulo: Contexto, 2021, p. 201-223.

Jeha, Silvana Cassab. **A galera heterogênea**: naturalidade, trajetória e cultura dos recrutas e marinheiros da Armada Nacional e Imperial do Brasil, c.1822 - c. 1854. 2011. 242 f. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

Jeha, Silvana. Cores e marcas dos recrutas e marujos da Armada, c. 1822-c. 1860. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, 7, 1: 36-66, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/366>. Acesso em 03 mar. 2024.

Jeha, Silvana Cassab. A cidade-encruzilhada: o Rio de Janeiro dos marinheiros, século XIX. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n. 9, 2015, p.77-89.

Kidder, Daniel Parish. **Reminiscências de viagens e permanência no Brasil: Compreendendo notícias históricas e geográficas do império e das diversas províncias**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

Kilomba, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

Leandro, Everaldo Gomes; Passos, Cármen Lúcia Brancaglioni. O paradigma indiciário para análise de narrativas. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, e74611, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.74611>. Acesso em: 20 mai. 2024.

Lima, Solyane Silveira. “Um meio de vida decente para os futuros dias”: a Companhia de Aprendizes Marinheiros de Sergipe. In: Congresso Brasileiro de História da Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, 7., 2013, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá: UFMT, 2013a.

Lima, Solyane Silveira. **“Recrutá-los jovens”**: a formação de Aprendizes Marinheiros em Sergipe e Lisboa (1868-1905). 2013. 190 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013b.

Lima, Solyane Silveira. A formação do marinheiro e a educação na escola primária em Sergipe (século XIX). In: Amorim, Simone Silveira; Nascimento, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do (Org.). **Panorama da Instrução Primária no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. p. 273-290.

Magalhães, Justino. A História das Instituições Educacionais em Perspectiva. In.: **História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações** / Décio Gatti Júnior, Geraldo Inácio Filho (orgs.), - Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: Epuru, 2005. pp. 91-103.

Magalhães, Justino Pereira. **Tecendo nexos: histórias das instituições**. Bragança Paulista: Editora Universitária de São Francisco, 2004.

Magalhães, Justino. **Contributo para a história das instituições educativas** — entre a memória e o arquivo. Braga (Portugal): Universidade do Minho, 1996. (mimeo.)

Manacorda, Mario Aligheiro. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. 3 ed. São Paulo: Autores Associados, 1992.

Marques, Vera Regina Beltrão; Pandini, Sílvia. Feios, sujos e malvados: Os aprendizes marinheiros no Paraná oitocentista. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 4, n. 2[8], p. 85-104, jul./dez. 2004.

Martins, Maria Fernanda Vieira. Das racionalidades da História: o Império do Brasil em perspectiva teórica. **Almanack**, n. 4, p. 53–62, jul. 2012.

Matos Junior, Admarino Gonçalves de. **A Educação dos menores desvalidos na Companhia de Aprendizes Artífices do Arsenal de Marinha do Pará (1871-1880)**. 2018. 139 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

Mattos, Ilmar Rohloff. A direção Saquarema. In.: **O tempo saquarema: a formação do Estado imperial**. São Paulo: Hucitec, 1990.

Melo, Maria de Nazaré Santos; Santos, Maysa Leite Serra. Cabanagem: A história vivenciada na região do Grão-Pará / Cabanagem: The history lived in the grand Pará region. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 6, n. 12, p. 103318–103333, 2021.

Mendonça, Mário F.; Vasconcelos, Alberto. **Repositório de Nomes dos Navios da Esquadra Brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: SDGM. 1959, 271 p.

Merlo, Hugo Ricardo. A mestiçagem como conceito histórico: Uma descrição teórica. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 26, n. 1, p. 100–119, 2023.

Moreira, Luis Felipe Viel. A Guerra do Paraguai. Memórias e experiências de oficiais da Marinha Brasileira do Império à República Positivista. **Diálogos**, San José, v. 20, n. 1, p. 130-153, ene./jun. 2019.

Nery, Vitor Sousa Cunha. **Instrução pública primária na província do Pará na segunda metade do século XIX**. 2013. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2013.

Nunes, André Rangel de Souza. **130 anos da Lei Áurea: as leis abolicionistas e a integração da população negra no Brasil**. 2018. 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

Pinheiro, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

Rizzini, Irma. **O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial**. Tese (Doutorado em história social). RJ: Programa de Pós-

Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

Rodrigues, Jaime. **De costa a costa: Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Rodríguez, Margarita Victoria. Pesquisa Histórica: O trabalho com fontes documentais. In: Costa, Célio Juvenal; Melo, José Joaquim Pereira; Fabiano, Luiz Hermenegildo (Org.). **Fontes e métodos em história da educação**. Dourados: Ed. UFGD, 2010. p. 35-48.

Ruiz Berrio, Julio. Introducción a la Historia de la Educación Social en España. **Historia de la Educación**, Salamanca, v. 18, p. 5–11, jun. 1999.

Salles, Vicente. **O negro no Pará: sob o regime da escravidão**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Belém: UFPA, 1971. 336 p.

Sanfelice, José Luís. História das instituições escolares: desafios teóricos. **Série-Estudos**, Campo Grande-MS, n. 25, p. 11-17, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/212/209>. Acesso em: 01 mai. 2024.

Santos, Andrenson; Damasceno, Alberto. A Instrução Pública no Grão-Pará Imperial: os Relatórios dos Presidentes e as contradições de um modelo elitista. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, v. 12, n. 30, p. 65–88, 2019. DOI: 10.20952/revtee.v12i30.9273. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/9273>. Acesso em: 19 mar. 2024.

Santos, Wagner Luiz Bueno. **A criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros no processo de construção do Estado Nacional brasileiro: formação militar, educação e civilização no Brasil Imperial**. 2016. 226 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Santos, Wagner Luiz Bueno dos. **“Desde a tenra idade” a serviço da Armada Imperial: estado, subalternidade e recrutamento de menores na segunda metade do século XIX**. 2022. 209 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Sarges, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)**. 3. ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

Saviani, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

Saviani, Dermeval. Instituições escolares: conceito, história, historiografia e práticas. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, n. 4, p. 27-33, jan./dez. 2005.

Silva, Rozenilda Maria de Castro. **A prática educativa na Companhia de Aprendizes Marinheiros do Piauí (1874 a 1915)**. 2017. 220 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

Silva, Rozenilda Maria de Castro. Companhia de Aprendizes Marinheiros da Província do Piauí: História de uma Instituição Educativa. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22, 2003, João Pessoa. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2003.

Silva, Tomaz Tadeu da. **Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política**. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

Silva, Valdiron Bastos da. **A companhia de aprendizes marinheiros do Pará: recrutamento, cotidiano, deserção**: segunda metade do século XIX. 2020. 199 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020.

Silva, Wandoberto Francisco da. O destino dos filhos pobres, órfãos e enjeitados de Pernambuco: as companhias de aprendizes da Marinha (1847-1857). In: Simpósio Nacional de História, 26., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011.

Soares Junior, Azemar dos Santos; Cury, Cláudia Engler. “Para formar o viveiro de bons marinheiros”: as companhias de aprendizes marinheiros da Parahyba e do Rio Grande do Norte (1871 – 1890). **Educ. Form.**, [S. l.], v. 4, n. 10, p. 112–130, 2019. DOI: 10.25053/redufor.v4i10.581. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/581>. Acesso em: 6 fev. 2024.

Stone, Lawrence. Prosopografia. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/khxZXHsx498bxmNtg63Hzgy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 18 set. 2023.

Veiga, Cynthia Greive. História da Educação Social: Um campo de investigação para a História da Educação. In: Pessanha, Eurize Caldas e Gatti Junior, Décio (Org.). **Tempo de cidade, lugar de escola**: História, ensino e cultura escolar em “escolas exemplares”. Uberlândia: EDUFU, 2012. p. 17-37.

Venâncio, Renato Pinto. Os Aprendizes da Guerra. In: Del Priore, Mary (Org.). **História das Crianças no Brasil**. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 192-209.

Werle, Flávia Obino Côrrea. História das instituições escolares: de que se fala? In.: **Fontes, História e Historiografia da educação** / José Claudinei Lombardi e Maria Isabel Moura Nascimento (Orgs.). Campinas: Autores Associados, 2004, p. 13-35.